



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA - PPGB

MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA - MPB

THAÍS LOUZADA COUTINHO

**O BIBLIOTECÁRIO NO CAMPO EDITORIAL UNIVERSITÁRIO: UMA
ANÁLISE SOBRE SUA ATUAÇÃO NO SUDESTE BRASILEIRO**

Rio de Janeiro

2026

THAÍS LOUZADA COUTINHO

**O BIBLIOTECÁRIO NO CAMPO EDITORIAL UNIVERSITÁRIO: UMA
ANÁLISE SOBRE SUA ATUAÇÃO NO SUDESTE BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB), no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade

Linha de Pesquisa: Organização e Representação do Conhecimento

Orientador: Prof. Dr. Vinicius de Souza Tolentino

Rio de Janeiro

2026

C871 Coutinho, Thaís Louzada

O bibliotecário no campo editorial universitário: uma análise sobre sua atuação no Sudeste brasileiro / Thaís Louzada Coutinho – 2026.

130 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Vinicius de Souza Tolentino.

Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, 2026.

1. Bibliotecários. 2. Editoras universitárias – Brasil, Sudeste. 3. Editoração.
I. Tolentino, Vinicius de Souza. II. Título.

CDU 023:655(815)

THAÍS LOUZADA COUTINHO

**O BIBLIOTECÁRIO NO CAMPO EDITORIAL UNIVERSITÁRIO: UMA
ANÁLISE SOBRE SUA ATUAÇÃO NO SUDESTE BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB), no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia

Aprovado em: 19 de novembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vinicius de Souza Tolentino – Orientador
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof^a. Dra. Dayanne da Silva Prudencio – Titular Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof^a. Dra. Brisa Pozzi de Souza – Suplente Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire – Titular Externo
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Carlos Henrique Juvêncio – Suplente Externo
Universidade Federal Fluminense (UFF)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pois creio que nenhum desejo é colocado em nosso coração sem a possibilidade de realização. Até aqui, Ele me sustentou e guiou cada passo desta caminhada.

À minha mãe, Ana Maria, pelo amor incondicional, pela força, apoio e incentivo constantes que sempre me encorajaram a seguir em frente. À minha irmã Camila, pela dedicação, ajuda generosa, e por vibrar comigo em cada conquista. Ao meu marido, Ramon, pelo companheirismo, pelo apoio inabalável, por acreditar em mim mesmo quando eu mesma duvidei e por não me deixar desistir. Ao Zeca, que esteve ao meu lado em cada página escrita, trazendo conforto e presença.

Minha gratidão especial ao meu orientador, Prof. Dr. Vinicius de Souza Tolentino, pela orientação carinhosa e dedicada, por compartilhar seus conhecimentos, acreditar neste trabalho e contribuir de forma significativa para a concretização desta pesquisa. Cada uma de suas orientações foi valiosa e fundamental para o amadurecimento deste estudo. Sem a sua confiança e generosidade, nada disso seria possível. Agradeço, ainda, a oportunidade que me concedeu ao permitir meu ingresso no mestrado e por acreditar no meu potencial.

Sou igualmente grata aos meus chefes, Ricardo Borges e Rosalina Barros, por todo aprendizado, pelo apoio, pela compreensão e pela flexibilidade com meus horários de trabalho, o que me permitiu frequentar as aulas. Agradeço ainda aos colegas de trabalho, Thomas eICLEIA por toda a ajuda e incentivo

Às minhas amigas queridas, Cíntia, Danyelle e Suzana, agradeço por tornarem este caminho mais leve, alegre e acolhedor. A presença e o apoio de vocês foram fundamentais em cada etapa deste percurso.

Aos membros da banca de qualificação, professor Edgar Bisset e professora Dayanne Prudêncio, agradeço a generosidade em aceitar o convite e pelas contribuições valiosas que enriqueceram este trabalho.

RESUMO

O processo editorial pode ser compreendido como um conjunto de teorias, técnicas e competências artísticas e industriais voltadas ao planejamento, à elaboração e à distribuição do produto final. Mais do que a simples produção de materiais de leitura, trata-se de um processo complexo, de caráter interdisciplinar, que integra diferentes etapas e mobiliza saberes oriundos de distintos campos do conhecimento e da prática profissional. A produção do livro, nesse contexto, constitui uma cadeia de atividades que se inicia com a submissão do original e culmina na materialização da obra, demandando a atuação de diversos profissionais, entre eles, o bibliotecário. A partir dessa perspectiva, a presente pesquisa investigou a presença do bibliotecário em equipes editoriais voltadas à produção de livros em editoras universitárias federais e estaduais situadas no Sudeste brasileiro. Para tanto, realizou-se um levantamento em portais e bases de dados nacionais e internacionais acerca da presença e das atribuições desse profissional no contexto editorial do livro acadêmico, o qual evidenciou a escassez de estudos sobre o tema, revelando um campo ainda incipiente na literatura científica. A análise de 25 editoras universitárias permitiu identificar um cenário heterogêneo, marcado, em sua maioria, pela ausência do bibliotecário nas equipes editoriais. Os resultados demonstram que, embora o processo editorial demande a integração de saberes teóricos, técnicos e empíricos, a atuação do bibliotecário permanece pouco reconhecida e, em grande parte, ausente. Tal constatação reforça a necessidade de ampliar a reflexão acerca de sua relevância para a qualidade e a legitimidade da produção editorial acadêmica, bem como para a consolidação, expansão de seu campo de atuação e valorização profissional.

Palavras-chave: processo editorial; bibliotecários; editoras universitárias.

ABSTRACT

The editorial process can be understood as a set of theories, techniques, and artistic and industrial skills aimed at the planning, development, and dissemination of the final product. More than the mere production of reading materials, it constitutes a complex and interdisciplinary process that integrates different stages and mobilizes knowledge derived from various fields of expertise and professional practice. In this context, book production comprises a chain of activities that begins with the submission of the manuscript and culminates in the materialization of the work, requiring the participation of multiple professionals, among whom the librarian stands out. From this perspective, the present research investigated the presence of librarians within editorial teams dedicated to book production in federal and state university presses located in southeastern Brazil. To this end, a survey was conducted across national and international portals and databases regarding the presence and professional responsibilities of librarians in the context of academic book publishing. The findings revealed a scarcity of studies on the topic, indicating that it remains an emerging field within the scientific literature. The analysis of 25 university presses revealed a heterogeneous scenario, largely characterized by the absence of librarians in editorial teams. The results demonstrate that, although the editorial process requires the integration of theoretical, technical, and empirical knowledge, the librarian's role remains underrecognized and, to a great extent, absent. This finding underscores the need to broaden reflection on the librarian's relevance to the quality and legitimacy of academic publishing, as well as to the consolidation, expansion, and professional recognition of this field of activity.

Keywords: editorial process; librarians; university presses.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fases do processo editorial	46
Figura 2 – Fases da produção editorial.....	50
Figura 3 – Capas e Sobrecapa	61
Figura 4 – Orelha e Folha de Guarda	62
Figura 5 – Distribuição regional das editoras.....	82
Figura 6 – Dados proporcionais das editoras por região	83
Figura 7 – Resultados da pesquisa.....	86
Figura 8 – Quantitativo percentual dos resultados da pesquisa.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Base de dados nacionais consultadas.....	23
Tabela 2 – Base de dados internacionais consultadas	25

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Termos de buscas	23
Quadro 2 – Documentos recuperados nas bases de dados nacionais	24
Quadro 3 – Editoras universitárias federais e estaduais do Sudeste brasileiro	26
Quadro 4 – Desenho da pesquisa	28
Quadro 5 – Normativas utilizadas.....	55
Quadro 6 – Editoras excluídas da investigação.....	85
Quadro 7 – Editoras que atenderam à investigação	85
Quadro 8 – Editoras sem bibliotecário localizadas no estado do Rio de Janeiro.....	87
Quadro 9 – Editoras sem bibliotecário localizadas no estado de São Paulo	89
Quadro 10 – Editora sem bibliotecário localizada no estado do Espírito Santo	90
Quadro 11 – Editoras sem bibliotecário localizadas no estado de Minas Gerais.....	90
Quadro 12 – Editoras com bibliotecários localizadas no estado do Rio de Janeiro.....	92
Quadro 13 – Editora com bibliotecário localizadas no estado de São Paulo	92
Quadro 14 – Editora com bibliotecário localizada no estado do Espírito Santo.....	93
Quadro 15 – Editoras com bibliotecário localizada no estado de Minas Gerais.....	93

LISTA DE SIGLAS

AACR2	Anglo-American Cataloguing Rules
ABEU	Associação Brasileira de Editoras Universitárias
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APA	American Psychological Association
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BIBLIEX	Biblioteca do Exército
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CIP	Cataloging in Publication
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRB	Conselho Federal de Biblioteconomia
DOAJ	Directory of Open Access Journals
EAD	Educação a Distância
EDICERES	Editora da Universidade Medicina em São José do Rio Preto
EDIFES	Editora do Instituto Federal do Espírito Santo
EDUC	Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
EDUEMG	Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais
EDUERJ	Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
EDUFES	Editora da Universidade Federal do Espírito Santo
EDUFF	Editora da Universidade Federal Fluminense
EDUFSCAR	Editora da Universidade Federal de São Carlos
EDUFTM	Editora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
EDUFU	Editora da Universidade Federal de Uberlândia
EDUR	Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
EDUSP	Editora da Universidade de São Paulo

EPUB	Electronic Publication
ERIC	Education Resources Information Center
FAPERJ	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FVG	Fundação Getulio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
ISBN	International Standard Book Number
LISTA	Library Information Science and Technology Abstracts
MEMEX	Memory Extender - Extensor da memória
MOBI	Mobipocket eBook Format
MOOC	Massive Open Online Course – Curso Online Aberto e Massivo
NBR	Norma Brasileira
OASISBR	Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto
PAEX	Programa de Apoio à Extensão
PDF	Portable Document Format
PIBEX	Programa de Bolsas de Extensão
PIDL	Programa Interuniversitário de Distribuição do livro
PROED	Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual na Instituição de Ensino Superior
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão Universidade Federal Fluminense
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PUC – RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SEET	Secretaria Especial de Educação a Distância, Inovação e Tecnologia
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SIAEX	Sistema de Ações de Extensão da UFF
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
SNEU	Seminários Nacionais das Editoras Universitárias
UB	Universidade do Brasil

UFABC	Universidade Federal do ABC
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
URJ	Universidade do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Justificativa.....	16
1.2 Objetivos	18
1.2.1 Objetivo geral	19
1.2.2 Objetivos específicos.....	19
1.3 Procedimentos metodológicos	19
1.3.1 Percurso metodológico	21
1.3.1 Desenho da pesquisa	27
2 EDITORAS UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL.....	30
2.1 A consolidação das editoras universitárias.....	32
2.2 A política editorial	38
3 O PROCESSO EDITORIAL NO CONTEXTO ACADÊMICO	42
3.1 Fases do processo editorial	45
3.1.1 As etapas de produção editorial	49
4 A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO EM EQUIPES EDITORIAIS	58
4.1 A estrutura de um livro	60
4.1.2 Elementos pré-textuais	63
4.1.3 Elementos textuais.....	65
4.1.4 Elementos pós-textuais.....	72
4.2 Catalogação na fonte	75
4.3 Emissão do ISBN.....	76
4.4 Revisão de provas.....	78
4.5 Cumprimento do Depósito Legal.....	79
4.6 Gestão da produção editorial.....	79
4.7 Resultado da investigação	82
5 PROPOSTA PARA UM CURSO EM PRODUÇÃO EDITORIAL PARA BIBLIOTECÁRIOS	101
5.1 Desenvolvimento e implementação do curso	102
5.2 Estrutura do curso	105
REFERÊNCIAS	114
ANEXO A – FORMULÁRIO DE AÇÃO DE EXTENSÃO.....	126

1 INTRODUÇÃO

O livro moderno nasce de um longo processo de transformação histórica, envolvendo não apenas a evolução da escrita e dos suportes materiais, mas também da aprendizagem, da observação, do conhecimento, da demanda, da técnica, da indústria, do *métier*. Mais do que um simples compêndio de palavras, o livro é um meio de atribuir sentido, de traduzir experiências, despertar interpretações e estabelecer conexões entre saberes. Nem toda reunião de textos configura-se como livro. Este se distingue por ser um registro dotado de intencionalidade, significação e valor simbólico, capaz de instruir, comunicar e preservar a memória coletiva (Paiva, 2010).

Os estágios mais primitivos da escrita incluem as pinturas rupestres do Paleolítico, os mais antigos registros pictográficos preservados até hoje. Desde então, a humanidade tem buscado formas de registrar seu pensamento e suas ações. Com o tempo, diversificaram-se tanto os materiais utilizados como suporte quanto as técnicas de registro (Paiva, 2010).

Historicamente, não há consenso sobre qual foi o primeiro livro do mundo. Alguns estudiosos defendem que a sua origem se deu no período mesopotâmico, apontando *A Epopeia de Gilgamesh* como a primeira grande obra literária, escrita em língua acadiana em tábuas de argila. A versão acadiana do texto foi descoberta em Nínive, nas ruínas da biblioteca de Assurbanipal (Mark, 2022). Embora os primeiros registros escritos tenham sido realizados em argila ou pedra, o desenvolvimento das habilidades e criações humanas possibilitou a substituição desses suportes rígidos por materiais cada vez mais práticos, como o papiro, o pergaminho e o papel.

Entre esses novos suportes, destaca-se inicialmente o papiro que se refere originalmente a uma planta da família das ciperáceas. Por ser frágil e propenso a quebrar quando dobrado, era comumente utilizado em rolos (Fritoli; Krüger; Carvalho, 2016). Em resposta ao monopólio do Egito, o rei de Pérgamo lança alternativas de abastecimento para desenvolver sua biblioteca. Assim, surge um novo suporte: o pergaminho, que passa a ser o nome dado à pele de animais, geralmente de cabra, carneiro ou ovelha, tratada para o uso na escrita. O pergaminho demonstrou ser mais adaptável e eficiente para a leitura em comparação ao papiro (Fritoli; Krüger; Carvalho, 2016; Paiva, 2010).

A invenção do papel foi um processo que se desenvolveu ao longo da história, simultaneamente em diferentes culturas e regiões geográficas do mundo. Embora haja

uma controvérsia quanto ao real início de sua produção, a origem do papel remonta à China. Sua invenção é atribuída ao oficial da corte T'sai Lun, que, durante uma estadia em Pequim, observou as vespas triturando fibras de bambu e amoreira para formar uma pasta celulósica usada na construção de seus ninhos. Inspirado por esse processo, ele triturou cascas de amoreira, bambu e restos de rede de pescar, criando uma pasta úmida que estendeu e deixou secar, a qual resultou na primeira folha de papel (Fritoli; Krüger; Carvalho, 2016; Paiva, 2010).

Após o surgimento do papel, inúmeros manuscritos se espalharam pelo mundo, marcando um período crucial para o desenvolvimento cultural nos séculos VIII e IX. A partir desse momento, o comércio de livros se consolidou e deu origem a centros manufatureiros. Nesse sentido, Paiva (2010, p. 35) relata que “nessa trajetória artesanal, rara, preciosa, o livro comunica a história, deixa pegadas. Saído do pergaminho – peles de ovinos ou caprinos curtidas – tão utilizadas até a difusão da invenção do papel, o livro se adapta como registro”.

Para atender à crescente demanda por textos, a cópia manuscrita começaria a revelar seus limites. A partir daí, diversas pesquisas e experimentações foram realizadas para descobrir um método que permitisse multiplicar as páginas do livro de forma mais rápida e econômica. Entre os inventores, Johann Gutenberg se destacou ao desenvolver a ideia do tipo móvel. “Essa arte fabulosa chamada tipografia compreenderá as várias operações conducentes à impressão dos textos desde a criação dos caracteres à sua composição e impressão, aludindo a um produto gráfico legível e dinâmico no processo” (Paiva, 2010, p. 43).

Portanto, a técnica dos tipos móveis de Gutenberg valoriza duas perspectivas essenciais para o futuro editorial: a visão antecipada e compositiva do editor-tipógrafo na formação da obra em processo de criação e impressão; e a tiragem, que nunca havia sido tão facilitada na história do livro.

O livro passou por sucessivas transformações em sua materialidade, transitando das tábuas de argila ao papiro, do papiro ao pergaminho, do pergaminho ao papel e, posteriormente, ao digital. A origem do livro digital remonta tanto as ideias visionárias de Vannevar Bush, em 1945, com o projeto do MEMEX, quanto a iniciativa prática de Michael Hart, em 1971, ao fundar o Projeto Gutenberg, pioneiro na digitalização e distribuição de obras literárias. A trajetória do livro evidencia não apenas o avanço dos suportes, mas também as profundas mudanças nos modos de registro, produção,

circulação e acesso ao conhecimento, cada qual relacionada às condições socioculturais, econômicas e tecnológicas de seu tempo (Reis; Rozado, 2016).

No Brasil, o processo histórico de publicação de livros impressos é marcado por ideologias e práticas sociais moldadas por fatores políticos, econômicos e culturais. Nesse cenário, a atividade editorial brasileira teve início tardio, condicionado, entre outros aspectos, pela proibição da imprensa durante o período colonial. Somente em 1808, com a chegada da Família Real portuguesa e a instalação da sede do governo no Rio de Janeiro, foi autorizada a introdução da imprensa no país, inaugurando-se, assim, uma nova etapa na circulação de ideias e na produção editorial (Godin; Silva, 2020; Dumont *et al.*, 1979).

O processo editorial, um dos focos desta pesquisa, pode ser compreendido como “um conjunto de teorias, técnicas e aptidões artísticas e industriais destinadas ao planejamento, feitura e distribuição do produto editorial final” (Dumont *et al.*, 1979, p. 156). A editoração, nesse sentido, ultrapassa a mera produção de materiais de leitura, configurando-se como um processo complexo que articula diferentes etapas e dimensões. Tal processo possui caráter interdisciplinar, na medida em que mobiliza uma multiplicidade de teorias, práticas e técnicas oriundas de distintos campos do conhecimento e de atividade profissional.

Nesse contexto, compreender a editoração como um processo multifacetado e interdisciplinar permite analisar como essas práticas se consolidaram e se expressaram no âmbito das instituições de ensino superior. No caso brasileiro, a editoração universitária ganhou maior visibilidade e organização a partir da década de 1960, e tem na universidade um amplo campo de produção intelectual, com atuação predominante no desenvolvimento científico, contribuindo para o fortalecimento dos processos culturais. A universidade revela-se, portanto, como um espaço de manifestação das autênticas formas e práticas de produção artística e literária, com papel preponderante no desenvolvimento científico e tecnológico do país (Brufem, 2015). Como reflexão, apoiamo-nos na realidade dos movimentos e ações promovidos pelas editoras universitárias brasileiras, interpretando-os à luz de um referencial teórico, cujas discussões abarcam os acontecimentos mobilizadores da ação editorial nas instituições de ensino superior no Brasil.

Ao analisar as dinâmicas das editoras universitárias, torna-se igualmente necessário compreender o processo editorial do livro em sua totalidade. Essa perspectiva permite superar uma visão restrita, centrada unicamente em autores e editores, para reconhecer a complexidade das práticas editoriais e a diversidade dos sujeitos envolvidos.

Tal concepção, contudo, minimiza a natureza coletiva do processo editorial e o papel dos múltiplos profissionais que dele participam. É preciso, portanto, voltar o olhar para o interior das editoras, valorizando o trabalho minucioso e o esforço conjunto de diferentes colaboradores.

A produção de um livro constitui uma cadeia de etapas que se inicia com a entrega do original e culmina na materialização do produto final, envolvendo distintos agentes, dentre os quais se destaca também o bibliotecário. Desse modo, a inserção desse profissional em equipes editoriais amplia seu campo de atuação, o que remete diretamente às investigações acerca da expansão das suas atividades profissionais. Nesse contexto, Santa Anna (2020) destaca que, embora tais estudos sejam fundamentais para o reconhecimento e a valorização dessa profissão na sociedade da informação, ainda se observa a ausência de um referencial teórico, metodológico e, sobretudo, empírico consistente capaz de sustentar avanços concretos e promover uma mudança efetiva de comportamento e percepção.

Segundo Farias, Lima e Santos (2018) ainda são poucos os bibliotecários atuantes em equipes editoriais, o que pode ocorrer devido à falta de conhecimento, por parte do mercado editorial, a respeito das diversas competências que esses profissionais adquirem durante a graduação, as quais podem representar um diferencial para empresas e instituições editoriais. Para os autores, “o nicho de mercado para o bibliotecário em editoração é bastante promissor, e a sua atuação se torna necessária por meio de competências técnicas e comportamentais” (Farias; Lima; Santos, 2018). Analisar a inserção do bibliotecário no mercado editorial significa reconhecer um espaço profissional em potencial, capaz de ampliar as suas possibilidades de atuação e reafirmar a sua relevância no âmbito editorial.

1.1 Justificativa

Esta pesquisa apresenta, no cerne de sua proposta, um desejo de cunho pessoal, construído por meio da experiência profissional como bibliotecária atuante na equipe editorial da Editora da Universidade Federal Fluminense (Eduff), incluindo a gestão de um setor de normalização. Essa trajetória despertou o interesse em contribuir para o estudo da atuação do bibliotecário em editoras universitárias no contexto brasileiro, no âmbito de suas atividades voltadas à cadeia produtiva do livro.

A experiência profissional relatada evidencia a necessidade de superar a visão simplista acerca do campo de atuação do bibliotecário, a qual vem se modificando à medida que atributos intelectuais são incorporados às atividades por ele realizadas por meio do tratamento analítico da informação. Assim, é possível que o bibliotecário desempenhe, simultaneamente, atividades tradicionais e emergentes (Maimone; Tálamo, 2008).

Em consonância com essa perspectiva, Araújo e Inomata (2021) destacam que, tradicionalmente, a atuação do bibliotecário esteve vinculada ao ambiente da biblioteca, no qual desempenhava atividades de organização e armazenamento de livros. Contudo, ao longo do tempo, essa concepção foi se modificando, de modo que novas funções passaram a ser atribuídas a esse profissional, que, na sociedade contemporânea, pode atuar em diferentes setores, como editoras, empresas, emissoras de televisão e indústrias.

Nunes e Freitas (2010) apontam que a atuação do bibliotecário se expandiu, uma vez que a abordagem do serviço evoluiu de uma perspectiva tecnicista para a construção do conhecimento, por isso “a característica do profissional deve ser de pluralidade e dinamismo, já que é o que o mercado necessita. Dessa forma, o profissional passa a descobrir, divulgar novas possibilidades e construir sua história na instituição” (Nunes; Freitas, 2010, p. 7).

De acordo com Valentim (2000), as perspectivas profissionais do bibliotecário podem ser compreendidas a partir de uma sistematização do mercado de trabalho em três grandes grupos. O primeiro refere-se ao mercado informacional tradicional, que é composto por segmentos bastante conhecidos dos profissionais e, geralmente, são os únicos lembrados pela sociedade e, por vezes, pelo próprio profissional bibliotecário. Nele estão as bibliotecas, centros culturais, arquivos e museus.

O segundo grupo, que corresponde ao mercado informacional existente não ocupado, incluindo as editoras e livrarias, configura-se como um campo promissor, ainda que com a presença de poucos profissionais atuantes.

Editoras e livrarias são mercados existentes e veem-se poucos profissionais atuantes neles. Nesse caso, o profissional da informação pode e deve atuar, no tocante às editoras, na normalização das publicações literárias e científicas, nas livrarias, no desenvolvimento de coleções para o público/clientela – aquisição e seleção, bem como na organização e recuperação dessas coleções pelo público/clientela (Valentim, 2000, p. 143).

Por fim, tem-se o terceiro grupo, o mercado informacional de tendências, que Valentim destaca como um campo que abrange a atuação em centros de informação e

documentação de empresas privadas, bancos e bases de dados eletrônicos e digitais, além de portais de conteúdo na internet.

Embora escrito há mais de duas décadas, Valentim (2000) já identificava a existência de um mercado informacional consolidado, mas ainda não ocupado pelo bibliotecário. Ainda que as editoras integrem um mercado centrado no livro, objeto tradicional e de interesse do bibliotecário, elas não são plenamente reconhecidas como espaços típicos de sua atuação. A aparente contradição reside no fato de que, apesar da centralidade do livro na formação e atuação do bibliotecário, sua participação na cadeia produtiva editorial permanece limitada. Em geral, o bibliotecário interage com o livro apenas após a sua produção, no momento em que é incorporado ao acervo e disponibilizado ao público.

Portanto, o escopo desta pesquisa circunscreve-se à análise da atuação do bibliotecário em editoras universitárias federais e estaduais situadas no Sudeste brasileiro, no âmbito da produção de livros. A partir de um levantamento realizado em portais e bases de dados nacionais e internacionais, constatou-se a escassez de estudos que abordam essa temática. Identifica-se, desta forma, uma lacuna na literatura no que se refere à atuação do bibliotecário na editoração de livros, questão que será detalhada na seção de procedimentos metodológicos. A definição do recorte justifica-se pelo fato de que, embora existam investigações relevantes acerca da atuação profissional do bibliotecário na editoração de periódicos científicos e do fenômeno *library publishing*¹, observa-se a ausência de pesquisas que tratem especificamente da produção editorial de livros.

1.2 Objetivos

Nesta seção, pretende-se apresentar o objetivo geral e os objetivos específicos que irão guiar os procedimentos, a fim de alcançar os resultados almejados.

¹ O fenômeno *library publishing* refere-se à publicação realizada por bibliotecas e abrange a edição de periódicos, monografias e outros materiais, predominantemente de acesso aberto, por meio de plataformas de publicação de código aberto ou proprietárias. As atividades de *library publishing* incluem uma ampla gama de serviços como: consultoria, editoração, capacitação em fluxos de trabalho, elaboração de políticas, disseminação, hospedagem, digitalização de acervos, aspectos de ética e governança, avaliação de impacto e iniciativas de sustentabilidade (Internacional [...], 2018).

1.2.1 Objetivo geral

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a presença do bibliotecário nas equipes das editoras universitárias federais e estaduais do Sudeste brasileiro, contribuindo para a ampliação da discussão da atuação profissional.

1.2.2 Objetivos específicos:

- a) Contextualizar as editoras universitárias brasileiras, apresentando sua consolidação e seu compromisso com a missão universitária;
- b) Apresentar a atividade editorial acadêmica, bem como as fases que compõem o processo editorial do livro;
- c) Descrever as atividades e atribuições desempenhadas pelo bibliotecário ao longo do processo editorial do livro, destacando sua importância no âmbito das editoras universitárias, especialmente quanto à padronização, à organização informacional e à qualidade técnica das publicações;
- d) Propor um curso em “Introdução à Produção Editorial para Bibliotecários”, com o propósito de ampliar as competências técnicas e informacionais desses profissionais, preparando-os para atuar nas etapas do processo editorial do livro.

1.3 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. É classificada como exploratória por se debruçar sobre um campo ainda marcado pela escassez de estudos específicos acerca da atuação do bibliotecário em equipes editoriais voltadas à produção de livros, buscando compreender o fenômeno e reunir informações preliminares que subsidiem investigações futuras. Simultaneamente, assume caráter descritivo, na medida em que procura identificar e analisar a inserção do bibliotecário ao longo do processo editorial, descrevendo as funções e responsabilidades desempenhadas ao longo do processo editorial e correlacionando os fatos e fenômenos observados, sem intervenção ou manipulação.

Ao evidenciar um espaço ainda pouco explorado pela literatura, a pesquisa busca destacar sua relevância e aprofundar os estudos voltados à atuação do bibliotecário em equipes editoriais. Investigar temas pouco abordados é fundamental para preencher lacunas do conhecimento, ampliar o escopo de análises e oferecer novas perspectivas que possam subsidiar tanto a prática profissional quanto o desenvolvimento teórico da área. Além disso, ao dar visibilidade a um campo emergente, o estudo contribui para fomentar debates, inspirar futuras investigações e fortalecer a presença do bibliotecário em contextos editoriais acadêmicos.

Desse modo, os estudos exploratórios são úteis para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas ideias. Um estudo exploratório é realizado quando não há informações suficientes sobre determinado tema e se busca compreender o fenômeno (Zikmund, 2000; Richardson, 2012).

Na perspectiva de Theodorson e Theodorson (1970), o estudo exploratório tem o propósito de se familiarizar com o fenômeno a ser investigado, permitindo que a pesquisa principal seja planejada com maior compreensão e precisão. Para eles, o estudo exploratório pode utilizar diversas técnicas e possibilita ao pesquisador definir seu problema de pesquisa e formular sua hipótese com mais precisão. Além disso, esse tipo de estudo auxilia na escolha das técnicas mais adequadas para a pesquisa, na determinação das questões que exigem maior ênfase e investigação detalhada, além da identificação de possíveis dificuldades, sensibilidades e áreas de resistência. Desse modo, optou-se por uma pesquisa de caráter exploratório pelo fato de existirem poucas investigações sobre o tema.

Já o estudo descritivo tem como principal objetivo descrever as características de certas populações ou fenômenos, bem como estabelecer relações entre variáveis (Gil, 2002). Esse tipo de pesquisa, conforme argumenta Selltiz *et al.* (1965), tem como finalidade descrever, de forma detalhada, um fenômeno ou situação, especialmente no que se refere ao que está ocorrendo no momento. Tal abordagem permite identificar com precisão as características de um indivíduo, grupo ou contexto específico, além de possibilitar a análise das relações existentes entre os eventos observados.

O procedimento metodológico adotado nesta pesquisa caracteriza-se como bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica tem como finalidade possibilitar ao pesquisador o contato direto com a literatura existente sobre determinado tema, permitindo o fortalecimento da análise ou o aprimoramento do tratamento das informações (Lakatos; Marconi, 1992). Já a pesquisa documental constitui uma

metodologia de investigação fundamentada na utilização de documentos como principais fontes de informação para a análise de um fenómeno, tema ou objeto de estudo. Essa abordagem permite explorar e interpretar dados previamente registrados e disponíveis, distinguindo-se da pesquisa bibliográfica pelo tipo de fonte utilizada e pelo tratamento conferido ao documento. Diferentemente da pesquisa bibliográfica, cujas fontes são submetidas à avaliação de especialistas e à revisão por pares, a pesquisa documental recorre a materiais que não passam por esse processo de validação (Gil, 2002).

A pesquisa delinea-se como bibliográfica, na medida em que realiza um levantamento em fontes especializadas com vistas à fundamentação teórica da temática investigada, e como documental, por recorrer a materiais institucionais, tais como manuais de publicação, regulamentos referentes ao funcionamento de editoras e editais de extensão, que se constituem em fontes documentais pertinentes tanto ao objeto de estudo quanto à proposta do produto final.

Além disso, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois este tipo de pesquisa pauta-se na compreensão aprofundada e na interpretação dos fenômenos estudados. A pesquisa de abordagem qualitativa busca explorar a complexidade e a riqueza dos contextos sociais, culturais e individuais, valorizando as experiências, as percepções e os significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos (Guerra *et al.*, 2024).

Esta pesquisa bibliográfica baseou-se no levantamento da produção técnico-científica disponível que aborda, direta ou indiretamente, a atuação do bibliotecário no mercado editorial universitário, assim como nas contribuições de autores que discutem essa temática.

1.3.1 Percurso metodológico

O percurso metodológico desta pesquisa iniciou-se com a realização de um mapeamento bibliográfico acerca da atuação do bibliotecário em editoras voltadas a produção de livros, realizado em bases de dados e portais de abrangência nacional e internacional, tais como: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Brapci, Oasisbr, o Portal de Periódicos da Capes, Google Acadêmico; *Scopus*, *Eric*, *Library Information Science and Technology Abstracts* (Ebsco), *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), *Scielo Internacional* e *Web of Science*. O objetivo desse levantamento consistiu em identificar e sistematizar a produção científica existente sobre o tema, sem delimitação temporal, de modo a construir um panorama amplo da literatura. Para a seleção dos

artigos e trabalhos acadêmicos considerados relevantes, procedeu-se à leitura dos resumos recuperados na etapa anterior, estabelecendo-se os seguintes critérios de inclusão e exclusão.

Inclusão:

- a) O documento trata expressamente da atuação do bibliotecário em equipes editoriais voltadas à produção do livro;
- b) O documento apresenta experiências concretas envolvendo a participação do bibliotecário em processos editoriais voltado a produção do livro;
- c) O documento discute os campos emergentes para a atuação de bibliotecários no contexto das editoras;
- d) O documento versa sobre a atuação do bibliotecário em editoras universitárias.

Exclusão:

- a) O documento aborda a atuação do bibliotecário em equipes editoriais de periódicos científicos ou no âmbito do *library publishing*;
- b) O documento trata da relação entre bibliotecários e editores em contextos distintos do ambiente de uma editora.

Nesta pesquisa, o foco recai sobre o processo editorial relacionado à produção de livros, delimitando-se, portanto, a análise às editoras universitárias com recorte da região Sudeste do Brasil. Excluem-se do escopo do estudo os periódicos científicos, já amplamente investigados pela literatura da área, bem como o fenômeno do *library publishing*. O objetivo central desta pesquisa, conforme mencionado, parte da necessidade de analisar a atuação de bibliotecários em editoras universitárias, um campo profissional existente, mas ainda pouco ocupado, como indicado na literatura.

Nesta etapa, foram realizadas buscas em portais e bases de dados de âmbito nacional e internacional e sem delimitação temporal. As estratégias de busca foram cuidadosamente elaboradas com o intuito de garantir a recuperação de documentos relevantes à temática proposta. Assim, abarcam os termos em português e em inglês:

Quadro 1 – Termos de buscas

Termos em português	Termos em inglês
bibliotecário (s)	librarian (s)
profissional (is) da informação cientista (s) da informação	information professional (s) information scientist (s)
editora (s)/editoração	publisher (s)/publishing/publishing process
editora (s) universitária (s)	university press (es)
processo/fluxo/ciclo/cadeia editorial	editorial process/team/workflow
mercado editorial/livreiro	publishing market/industry
produção do livro/editorial	book production/publishing

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Para a realização das estratégias de busca, foram empregados todos os termos supracitados, combinados às expressões “bibliotecário” ou “profissional da informação” e suas respectivas correspondências em inglês. Utilizou-se o operador booleano AND, com o objetivo de recuperar registros que contemplam simultaneamente os descritores escolhidos, garantindo maior precisão na recuperação da informação. Também foi aplicado o recurso de truncamento por meio do asterisco, possibilitando a recuperação de todas as variações de algumas palavras selecionadas a partir de seu radical. Além disso, empregou-se o uso de aspas, recurso que permite a busca de expressões exatas, assegurando que um conjunto de palavras fosse recuperado apenas quando estivesse disposto em ordem específica no texto. Optou-se pela aplicação dos filtros “título” e “assunto”. A seguir, serão apresentados os resultados obtidos nas buscas realizadas nas bases de dados nacionais selecionadas para esta pesquisa.

Tabela 1 – Base de dados nacionais consultadas

Base de Dados	Documentos Recuperados	Documentos Rejeitados	Documentos Selecionados
Catálogo de Teses e Dissertações Capes	16	16	0
Brapci	22	21	1
Oasisbr	32	31	6
Portal de Periódicos Capes	4	4	0
SciELO Brasil	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No levantamento realizado em portais e bases de dados nacionais, verificou-se que, na base Oasisbr, foram recuperados 32 documentos, dos quais apenas seis

apresentaram pertinência ao tema da pesquisa, sendo a maioria composta por trabalhos de conclusão de curso. Na Brapci, foram identificados 22 documentos, mas somente um se mostrou relevante para a temática. Já no Portal de Periódicos da Capes, localizaram-se quatro documentos, que igualmente não se revelaram adequados à proposta deste estudo. Por fim, tanto no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes quanto na SciELO Brasil, não foi identificado nenhum documento relacionado ao tema investigado. Cabe destacar que, entre os documentos rejeitados, encontram-se tanto aqueles repetidos em diferentes bases quanto os duplicados em uma mesma base de dados, além dos rejeitados conforme os critérios previamente estabelecidos.

Quadro 2 – Documentos recuperados nas bases de dados nacionais

Base de Dados	Tipo de Documento	Autor	Título	Ano
Brapci	Artigo	Vitor Daniel Gonçalves da Silva	Perspectivas e relações entre a biblioteconomia e ciência da informação e o mercado editorial	2022
Oasisbr	Artigo	Maria Giovanna Guedes Farias	Bibliotecário e Editoração: mercado e competências necessárias	2018
Oasisbr	Trabalho de Conclusão de Curso	Eliana Ferrão Quintana de Souza	Livrarias e editoras: um mercado de trabalho para bibliotecários?	2017
Oasisbr	Trabalho de Conclusão de Curso	Ana Clara Leite Pedersoli	Panorama do mercado editorial brasileiro e a atuação do bibliotecário	2022
Oasisbr	Trabalho de Conclusão de Curso	Liége Alves Farias	Atuação do bibliotecário em editoras comerciais e universitárias do sul e Sudeste brasileiro	2017
Oasisbr	Trabalho de Conclusão de Curso	Yasmin Diniz Dias Andrade	Antes da biblioteca: competências e funções do(a) bibliotecário(a) no mercado editorial brasileiro	2020
Oasisbr	Trabalho de Conclusão de Curso	Janderley Vilaça do Nascimento	A importância da editoração para o bibliotecário	2025

Fonte: Elaboração própria (2025).

Nos resultados da estratégia de busca nas bases de dados nacionais, optou-se por incluir os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), a título de ilustração, com a finalidade de demonstrar o volume, a distribuição e as características da produção acadêmica

existente sobre a temática. Ainda que a presente pesquisa se insira no nível de mestrado, a inclusão por Trabalhos de Conclusão de Curso se justifica em razão da escassez de literatura científica sobre a temática investigada. Observou-se que parte da produção concentra-se no âmbito da graduação, o que evidencia um interesse inicial e ainda pouco aprofundado por parte da comunidade acadêmica, sobretudo entre estudantes desse nível de formação. Ressalta-se, contudo, que nenhum TCC foi utilizado como fonte teórica ou empírica desta pesquisa, sua menção restringe-se à composição do panorama geral dos resultados da busca, com a finalidade de demonstrar a produção acadêmica existente sobre o tema.

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos nas buscas realizadas nas bases de dados internacionais selecionadas para esta pesquisa.

Tabela 2 – Base de dados internacionais consultadas

Base de Dados	Documentos Recuperados	Documentos Rejeitados	Documentos Selecionados
Web of Science	146	146	0
Google Acadêmico	24	24	0
LISTA - EBSCO	119	119	0
Scopus	85	85	0
Eric	155	155	0
DOAJ	0	0	0
Scielo Internacional	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Nas bases de dados e nos portais internacionais consultados, não foram identificados nenhum documento que atendesse diretamente ao tema da pesquisa, motivo pelo qual nenhum material foi selecionado. Esse resultado evidencia a carência das investigações sobre a inserção do bibliotecário em equipes editoriais no cenário internacional, reforçando a pertinência do presente estudo.

As referências presentes nos materiais bibliográficos analisados foram utilizadas como ponto de partida para novas buscas, ampliando o levantamento bibliográfico. Assim, os materiais selecionados não se restringem apenas aos documentos recuperados diretamente nas bases de dados, o que contribuiu para o aprofundamento e ampliação do escopo da pesquisa.

Além dos artigos e trabalhos acadêmicos identificados por meio da busca nas bases de dados, foram selecionadas algumas fontes complementares, como livros.

Observa-se, na bibliografia voltada à editoração, uma tradição de obras fundamentadas na experiência prática de seus autores. Destacam-se, dentre essas obras, que são consideradas pioneiras e referências obrigatórias no campo, *Elementos de Bibliologia* (1983), de Antonio Houaiss, *Editoração Hoje* (1975), de Aluísio Magalhães, *A Construção do Livro* (2008), de Emanuel Araújo. Posteriormente, outros profissionais do setor editorial contribuíram com manuais técnicos, como o *Manual de Editoração e Estilo* (2016), de Plínio Martins Filho. Outras obras também contribuíram para o embasamento teórico desta pesquisa, tais como *O Livro no Brasil* (2012), de Laurence Hallewell, *Impressos no Brasil* (2010), de Aníbal Bragança e Márcia Abreu, *Editoração Científica* (1981), de Ivani Kotait, entre outras.

Contudo, em virtude do caráter predominantemente técnico dessas obras, a pesquisa bibliográfica voltou-se inicialmente para estudos direcionados à editoração do livro ou para aqueles que dialogassem com essa temática.

Com o propósito de delinear um panorama da atuação dos bibliotecários em editoras universitárias federais e estaduais situadas na Região Sudeste brasileira, optou-se pela identificação dessas editoras com base nas informações disponibilizadas pela Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU). Assim, este estudo contempla exclusivamente as editoras universitárias filiadas à referida associação. Ressalta-se, ademais, que o foco da investigação recai sobre a atuação do bibliotecário como integrante da equipe editorial, e não sobre as editoras universitárias enquanto instituições. A seguir, o Quadro 3 sintetiza as 25 editoras vinculadas a universidades federais e estaduais e instituições de pesquisa localizadas na região Sudeste brasileiro.

Quadro 3 – Editoras universitárias federais e estaduais do Sudeste brasileiro

Editoras	Região
Editora Bibliex	Rio de Janeiro
Editora Fiocruz	Rio de Janeiro
Editora UFRJ	Rio de Janeiro
EdUERJ	Rio de Janeiro
EDUFF	Rio de Janeiro
EDUR	Rio de Janeiro
Essentia Editora	Rio de Janeiro
Editora da Unicamp	São Paulo
Editora UFABC	São Paulo
Editora Unesp	São Paulo
Editora UNIFESP	São Paulo
EdUFSCar	São Paulo
Edusp	São Paulo

Edifes	Espírito Santo
EDUFES	Espírito Santo
Editora IFMG	Minas Gerais
Editora UFJF	Minas Gerais
Editora UFLA	Minas Gerais
Editora UFMG	Minas Gerais
Editora UFV	Minas Gerais
Editora UNIFAL-MG	Minas Gerais
Editora Unimontes	Minas Gerais
EdUEMG	Minas Gerais
EDUFTM	Minas Gerais
EDUFU	Minas Gerais

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Cabe esclarecer, que, embora a Editora Bibliex e a Editora Fiocruz não estejam vinculadas a instituições de ensino nem se apresentem formalmente como editoras universitárias, foram incluídas na lista por possuírem expressiva representatividade no campo editorial e por estarem associadas a instituições de pesquisa, com programas de Pós-Graduação. Essa vinculação justifica, portanto, sua inclusão no universo definido para o recorte desta pesquisa.

A definição desse recorte justifica-se não apenas pelas limitações temporais e operacionais inerentes ao desenvolvimento da pesquisa, mas também pelo fato de a região concentrar um número expressivo de instituições de ensino superior e de editoras universitárias, configurando-se como um amplo campo para a análise da atuação do bibliotecário no processo editorial. Ademais, a escolha busca favorecer a aproximação entre os profissionais que integram essas editoras, estimulando a troca de experiências e a identificação de boas práticas que possam subsidiar a consolidação do campo de atuação do bibliotecário nesse segmento.

Na etapa subsequente, procedeu-se à análise da presença ou ausência do bibliotecário nas equipes editoriais das editoras selecionadas. As informações foram obtidas mediante duas estratégias de coleta de dados: a análise dos sítios institucionais das editoras e o contato estabelecido por meio de correio eletrônico.

1.3.1 Desenho da pesquisa

A estrutura do trabalho está alinhada com os objetivos da pesquisa, de forma a apresentar o estudo proposto:

Quadro 4 – Desenho da pesquisa

Objetivos	Metodologia	Procedimentos
Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a presença do bibliotecário nas equipes das editoras universitárias federais e estaduais do Sudeste brasileiro, contribuindo para a ampliação da discussão da atuação profissional.	Levantamento documental e coleta complementar de dados	Realizar a coleta de informações no sítio eletrônico da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), considerando o recorte geográfico da Região Sudeste. Posteriormente, proceder à análise dos sítios eletrônicos das editoras selecionadas, com o objetivo de verificar a presença do bibliotecário como integrante das equipes editoriais. Nos casos em que as informações disponibilizadas se mostraram insuficientes, recorreu-se ao envio de solicitações por correio eletrônico, de modo a obter dados complementares diretamente junto às instituições.
Contextualizar as editoras universitárias brasileiras, apresentando sua consolidação e seu compromisso com a missão universitária	Pesquisa bibliográfica	Levantamento e revisão bibliográfica sobre a história e a consolidação das editoras universitárias no Brasil.
Apresentar a atividade editorial acadêmica, bem como as fases que compõem o processo editorial do livro	Pesquisa bibliográfica e documental	Levantamento e revisão bibliográfica sobre a literatura relacionada ao processo editorial acadêmico, complementados pelo relato e pela descrição da experiência profissional da autora na Editora da Universidade Federal Fluminense (Eduff), com o propósito de articular a dimensão teórica à prática e destacar a atuação dos diferentes profissionais envolvidos no processo.
Descrever as atividades e atribuições desempenhadas pelo bibliotecário ao longo do processo editorial do livro	Pesquisa bibliográfica e documental	Descrição das funções e atribuições do bibliotecário ao longo da cadeia produtiva do livro. A descrição das atividades também se ancora em elementos considerando a experiência profissional da pesquisadora na Editora da Universidade Federal Fluminense (Eduff).
Propor um curso em “Introdução à Produção Editorial para Bibliotecários”, com o propósito de ampliar as competências técnicas e informacionais desses	Pesquisa bibliográfica e documental	A proposta deverá ser submetida à Universidade Federal Fluminense por meio do Departamento de Extensão, em conformidade com as diretrizes estabelecidas em edital específico. Esse procedimento assegura a institucionalização da iniciativa e

profissionais, preparando-os para atuar nas etapas do processo editorial do livro	possibilita que a ação de extensão seja oficialmente reconhecida, com a emissão de certificados pela universidade. O curso será estruturado em seis módulos, organizados de modo a contemplar conteúdos teóricos e práticos.
---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

De acordo com King, Keohane e Verba (1994, p. 118, tradução própria), “um desenho de pesquisa é um plano que mostra, por meio de uma discussão do nosso modelo e dos nossos dados, como nós pretendemos usar nossa evidência para fazer inferências”. Essa definição serve de base para a apresentação geral do delineamento desta pesquisa, a qual foi estruturada de modo a atender aos objetivos tanto gerais quanto específicos do estudo. Tais objetivos orientam o que se pretende alcançar e articulam teoria e técnica, por meio do levantamento bibliográfico, da definição metodológica, da coleta de dados e da análise das informações, com o propósito de aprofundar o conhecimento sobre o objeto investigado.

2 EDITORAS UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL

*“Se você tiver uma biblioteca e uma editora, você tem tudo
o que é necessário para uma universidade”*

York Powell (1850-1904)

A compreensão do início da trajetória histórica da universidade brasileira é complexa. Embora seja comum afirmar que as universidades só apareceram no país no início do século XX, essa é apenas uma meia verdade. De fato, o termo universidade só começou a ser usado para designar conjuntos de escolas superiores nesse período, bastante tardio em comparação com o restante do mundo ocidental. No entanto, é importante reconhecer que as universidades brasileiras criadas no começo do século passado não surgiram do nada (Barreto; Filgueiras, 2007).

Até a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, não existiam universidades no país. As tentativas dos jesuítas de estabelecer instituições de ensino superior não lograram sucesso, pois a Coroa Portuguesa proibia a criação de universidades em suas colônias. Foi somente com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, sede do Império, que surgiu a preocupação em implantar os primeiros cursos universitários no Brasil (Castro *et al.*, 2015).

Enquanto a Europa moderna avançava na produção e difusão do conhecimento, consolidando a ideia de que “conhecimento é poder” por meio das publicações acadêmicas, a educação formal no Brasil teve início em 1549, com a chegada dos jesuítas à Bahia, acompanhando Thomé de Souza. Posteriormente, a vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil levou o príncipe regente D. João a adotar medidas para restabelecer a ordem, centralizar o poder e criar condições culturais e tecnológicas para a instalação da Corte na colônia. Nesse sentido, Marques Neto e Rosa (2010, p. 337) afirmam que

uma das iniciativas foi a criação de cursos superiores, tais como a Academia Real da Marinha e Cirurgia, na Bahia e no Rio de Janeiro, e alguns outros que tinham por objetivo atender às necessidades do reino português em terras brasileiras. Com a permanência da Corte no país e após a independência brasileira em 1822, a demanda por novos cursos superiores para a formação da elite social e econômica do país se tornava cada vez mais premente.

Atrasado historicamente em relação a países de colonização hispânica e incomparavelmente atrasado em relação à Europa, o Brasil deu os primeiros e tímidos

passos na educação superior e na cultura letrada a partir de 1808. As primeiras universidades brasileiras surgiram de forma dispersa e tiveram existência breve. Exemplos disso são a Universidade de Manaus, criada em 1909 e extinta em 1926, a Universidade de São Paulo, com seu início em 1911 e encerramento em 1917, e a Universidade do Paraná, que perdurou de 1912 a 1915 (Marques Neto; Rosa, 2010).

Em 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto n.º 14.343, o governo federal criou sua primeira universidade: a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Posteriormente, em 5 de julho de 1937, a Lei n.º 452 reorganizou a instituição, renomeando-a como Universidade do Brasil (UB). Já em 1965, a sanção da Lei n.º 4.759 estabeleceu, em seu primeiro artigo, que as universidades e escolas técnicas federais da União passariam a ser qualificadas como “federais” e adotariam o nome do respectivo Estado (Oliveira, 2024).

As universidades brasileiras, embora tenham influenciado a implantação da indústria editorial local, não seguiram o exemplo europeu e norte-americano de possuir suas próprias editoras. Coube, primeiramente, à iniciativa privada explorar essa atividade, exercida por imigrantes europeus que se instalaram em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Grande parte das editoras universitárias brasileiras tiveram sua origem vinculada às oficinas de impressão existentes nas próprias instituições de ensino superior. Conforme observa Lima, “as editoras universitárias brasileiras nasceram, quase sempre, de um pequeno serviço ou oficina de artes gráficas: a imprensa universitária. Poucas foram criadas separadamente desse serviço ou independentemente de sua existência” (Lima, 1989, p. 13). Sob outra perspectiva, Brufrem (2015) destaca que algumas editoras evoluíram diretamente da imprensa universitária, embora reconheça que outras tenham surgido por caminhos distintos ou permanecido, por mais tempo, restritas à condição de oficinas gráficas.

Assim, o processo de consolidação das editoras universitárias brasileiras é marcado por inúmeros desafios. Muitas instituições frequentemente conferiam ao trabalho editorial um caráter secundário, afastando-o de sua função primordial de produção e difusão do conhecimento científico e cultural. Além disso, a carência de uma política editorial claramente definida, de modo que suas publicações, em muitos casos, não atendiam a critérios de mérito acadêmico, rigor científico ou padronização técnica, o que contribuiu para a recorrente confusão entre os termos gráfica e editora. Tal equívoco manifesta-se quando se denomina “editora” um setor restrito à impressão, sem a presença de um conselho editorial ou de atividades de edição, ou ainda quando se associa a noção de editora unicamente ao espaço físico em que se imprimem livros.

Nesse contexto, a implementação de conselhos editoriais constituiu um marco decisivo, pois passou a desempenhar um papel fundamental na organização, legitimação e profissionalização das práticas editoriais, assegurando maior qualidade, consistência e alinhamento das publicações à missão institucional das universidades.

No percurso histórico, é difícil identificar qual seria a editora universitária brasileira pioneira. A ausência de critérios que permitam delimitar suas características iniciais e distingui-la dos serviços gráficos tradicionais dificulta tal definição. Essa mesma problemática já havia sido observada por Hallewell (2012, p. 698), em sua análise sobre as editoras universitárias no Brasil.

Parece que o mérito de ter criado a primeira editora universitária cabe à Universidade Federal de Pernambuco, cuja EUPe data de 1955. Muito mais conhecida é a Editora da Universidade de Brasília, criada por decreto em 15 de dezembro de 1961 e com 713 títulos editados até 1988 e uma média atual de sessenta livros ao ano. Foi logo seguida pela Edusp, fundada em 1962 e com 1955 títulos coeditados até 1988.

Já para Brufrem, entre as editoras universitárias, “a mais antiga e prestigiosa é a da Universidade de Brasília, fundada em 1961, simultaneamente com a criação da própria universidade, dentro de uma concepção moderna do ensino superior” (2001, p. 274).

Nos anos ditatoriais, iniciados em 1964, interrompeu-se a criação de novas editoras universitárias, anulando projetos editoriais mais amplos e ambiciosos. Somente as gráficas ou imprensas universitárias desenvolviam atividades que lhes eram pertinentes, como a produção de materiais administrativos. Em 1971, o processo de criação das editoras universitárias brasileiras foi lentamente retomado e consolidado nos anos de 1980, no Seminário Nacional de Editoras Universitárias realizado na Universidade Federal de Goiás, em 1987, com a criação da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU).

Se a fase de criação das editoras universitárias brasileiras representou o estabelecimento das primeiras iniciativas institucionais voltadas à produção editorial no âmbito acadêmico, a etapa seguinte foi marcada pelo esforço de consolidar essas experiências, dotando-as de maior legitimidade e articulação nacional. Esse movimento de amadurecimento, que ganharia força especialmente a partir da década de 1980, abriu caminho para a consolidação das editoras universitárias.

2.1 A consolidação das editoras universitárias

Após o lapso temporal entre 1960 a 1970, o processo de criação de editoras

universitárias é retomado. O início da consolidação ocorreu em 1980, que culminou, em 1987, na criação da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU). Segundo a própria associação, a editora universitária é

um organismo editorial sem fins lucrativos, ligado a instituições de ensino superior, cuja função é publicar obras de caráter acadêmico, científico, cultural e didático, orientadas pelo princípio da relevância social, e não apenas por critérios comerciais. Seu objetivo central é difundir o conhecimento produzido na universidade e promover o intercâmbio cultural e científico (Associação Brasileira das Editoras Universitárias, 2011).

Atualmente, a ABEU, que reúne cerca de 134 associados, promove a cultura e socializa o conhecimento por meio da produção e difusão do livro universitário. Além disso, desenvolve atividades de capacitação em editoração destinadas prioritariamente às editoras associadas, bem como fomenta o intercâmbio entre instituições nacionais e estrangeiras (Associação Brasileira das Editoras Universitárias, 2024).

Bragança e Abreu (2010) destacam que a ABEU é articulada em nível nacional e busca o fortalecimento e a modernização de suas associadas, dando origem a um ciclo de crescimento, e impõe às editoras universitárias projetos editoriais definidos e importantes que cumprem a função original do segmento editorial. Sua missão é

atuar no desenvolvimento da cultura editorial universitária, de modo corporativo e ético, fornecendo soluções, produtos e serviços adequados às necessidades dos associados, das instituições parceiras e dos leitores, contribuindo para as políticas do livro e da leitura no país (Associação Brasileira das Editoras Universitárias, 2024).

Esse movimento associativo contribuiu para a consolidação das editoras universitárias. Embora tardiamente, a partir dos anos 1980, o Brasil começou não apenas a implementar o número de universidades com editoras próprias, mas a questionar o modelo de editora até então vigente.

Além da ABEU, foram realizados diversos eventos e iniciativas políticas que impulsionaram o desenvolvimento das editoras universitárias brasileiras. Dentre essas iniciativas, destacam-se os Seminários Nacionais das Editoras Universitárias (SNEU), o I Encontro Nordestino de Editoras Universitárias, o Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual na Instituição de Ensino Superior (PROED), o Programa Interuniversitário para a Distribuição do Livro (PIDL), o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), e a Câmara Brasileira do Livro (CBL) (Brufrem, 2015).

Entre os fatores mais importantes para o desenvolvimento da editoração

universitária brasileira, estão o I Encontro Nordestino de Editoras Universitárias, em 1982, e os Seminários Nacionais das Editoras Universitárias, nos anos de 1984 a 1989. O I Encontro Nordestino de Editoras Universitárias, que antecedeu a criação da ABEU, foi promovido pela Universidade Federal do Ceará, no qual se discutiu a problemática do livro universitário, principalmente em relação à distribuição. Nessa ocasião, os editores universitários presentes decidiram criar uma sistemática própria para viabilizar com eficiência a distribuição do livro produzido por eles (Brufem, 2015).

Em 1984, em Niterói, foi realizado o primeiro Seminário Nacional das Editoras Universitárias, no qual se reuniram professores e editores de instituições de ensino superior de todo o país. Na ocasião, alguns apontamentos foram recomendados:

a promoção de um maior intercâmbio entre as editoras universitárias, não só âmbito comercial mas com relação às consultorias técnicas para obtenção de pareceres quando necessário; a extensão do Proed a todas as editoras universitárias [...]; o incentivo aos meios de divulgação não só da universidade, mas como da editora, para tornar conhecidas suas obras. Foi também sugerido que todas as editoras envidassem esforços junto aos órgãos superiores no sentido de reconhecimento e promoção do PIDL (Brufem, 2015, p. 97).

E, assim, nasceu o Programa Interuniversitário de Distribuição do livro (PIDL), vigente até hoje no âmbito das associadas da ABEU. Lançado em 1982, o PIDL tem como propósito a distribuição de livros produzidos pelas editoras universitárias associadas por meio das livrarias universitárias de todo o país (Associação Brasileira das Editoras Universitárias, 2024). O Programa era percebido “como fator decisivo para o estabelecimento de uma política geral de atuação das editoras universitárias brasileiras e, talvez, como elemento para a concepção de uma política latino-americana e internacional para a distribuição do livro universitário” (Brufem, 2015). Compete ao PIDL:

- a) Acompanhar e avaliar o movimento de distribuição dos livros das editoras vinculadas ao Programa, divulgando os resultados;
- b) Proceder a estudos visando aperfeiçoar os critérios de funcionamento do Programa em âmbito nacional e internacional;
- c) Criar e manter atualizado um banco de dados sobre o Programa, com informações cadastrais e comerciais dos associados;
- d) Criar e disponibilizar um modelo de Contrato de Venda e Consignação para o PIDL, a ser observado por todas as livrarias/editoras integrantes do Programa;
- e) Realizar a “ABEU Técnico” com os responsáveis pela área comercial das editoras associadas, paralelamente à Reunião Anual da ABEU, com o objetivo

de discutir o aperfeiçoamento do Programa (Associação Brasileira das Editoras Universitárias, 2024).

Criado em 1981, o Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual na Instituição de Ensino Superior (PROED) surgiu a partir de debates com professores universitários sobre os diversos desafios que impactam o desempenho acadêmico das instituições de ensino superior. O programa visava buscar soluções para a situação precária dos professores em relação à editoração dos seus trabalhos, tendo como objetivo fundamental

estimular a produção científica e intelectual das IES, tanto para fomentar o debate crítico dentro das universidades como para dar o imprescindível apoio ao avanço do desenvolvimento científico e tecnológico nacional (Brasil, 1981, p. 5).

De acordo com Brufrem, dentre os mecanismos operacionais sugeridos pelo Programa, “destacam-se no documento de 1981 a criação de conselhos ou comissões editoriais, uma gerência específica para o programa e o intercâmbio de recursos gráficos entre as instituições” (Brufem, 2015, p. 125).

O Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e a Câmara Brasileira do Livro (CBL) são instituições fundamentais na promoção do livro e da leitura no Brasil. Fundado em 1941, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros coordena e estuda as atividades editoriais, além de proteger e representar legalmente a categoria de editores de livros e publicações culturais em todo o Brasil. Ademais, o SNEL objetiva a solidariedade social, o incentivo à leitura, o interesse público, o respeito e a garantia às liberdades de expressão. De acordo com o seu estatuto, o Sindicato terá sempre como objetivos:

a solidariedade social, o incentivo à leitura, o interesse público, o respeito e garantia às liberdades de expressão e comunicação e a proteção dos direitos do cidadão e de seus associados (Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2020, p. 1).

A Câmara Brasileira do Livro (CBL) “é uma associação sem fins lucrativos que representa editores, livreiros, distribuidores e demais profissionais do setor” (Câmara Brasileira do Livro, 2024). A CBL fomenta o acesso ao livro e a democratização da leitura em âmbito nacional, além de divulgar internacionalmente a literatura brasileira. A partir de 2020, atua como Agência Nacional do ISBN – *International Standard Book Number*, ou Padrão Internacional de Numeração de Livro, que é um padrão numérico criado com o objetivo de fornecer uma espécie de “RG” para publicações monográficas. A entidade desenvolve uma série de ações junto a instituições e órgãos governamentais sobre os mais diversos assuntos ligados ao setor. Apoia campanhas de incentivo à leitura e políticas para

o livro: “todas as suas ações são pensadas com um olhar estratégico e sensível de quem acredita no poder transformador dos livros para a sociedade” (Câmara Brasileira do Livro, 2024). Entre essas atividades, constam a Bienal Internacional do Livro de São Paulo, maior evento do setor na América Latina, e o prêmio Jabuti, símbolo de excelência na literatura, que valoriza os escritores, destaca a qualidade do trabalho de todos os profissionais envolvidos na criação e produção de um livro.

Esses movimentos e iniciativas colaboraram significativamente para o desenvolvimento das editoras universitárias no Brasil e foram essenciais na discussão e solução de problemas relacionados ao setor editorial acadêmico. Além disso, esses movimentos possibilitaram uma verificação contínua da qualidade das atividades desenvolvidas por essas editoras, estabelecendo um campo de produção cultural autônomo que as integra.

Ao refletir sobre as funções da universidade na atualidade, com base em princípios democráticos e transformadores, exige-se a incorporação de novos paradigmas que ampliem perspectivas e promovam o diálogo entre os diferentes campos do saber. Nos parece muito clara a função e a missão ética das universidades, especialmente as federais, quanto à difusão do conhecimento nelas produzido para a sociedade, promovendo seu avanço, gerando atividades de modo integrativo e complementar, promovendo a difusão, criação, sistematização e transformação do conhecimento por meio da articulação entre teoria e prática (Pivetta *et al.*, 2010).

Agrega-se ainda o fato de que, na Constituição Federal de 1988, o art. 207 estabelece que as universidades “obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988). O artigo em questão nos instiga à reflexão de que o tripé formado pelo ensino, pesquisa e extensão constitui o eixo fundamental das universidades brasileiras e não pode ser compartimentado.

As universidades são responsáveis por grande parte das pesquisas científicas, gerando uma vasta quantidade de informações que demandam sistematização e difusão. Para que a comunicação científica produzida nas instituições de ensino superior seja efetivamente disseminada, é fundamental, por um lado, o intercâmbio de informações e ideias entre cientistas e, por outro, a implementação de uma política institucional específica para publicações. É nesse sentido que a atividade editorial ganha destaque dentro da universidade. Desse modo, Brufem (2015, p. 23), afirma que:

o movimento editorial tem na universidade um vasto campo de produção intelectual, como papel preponderante no desenvolvimento

científico e tecnológico do país. Com contribuição para os processos culturais, vem se revelando espaço de manifestação das autênticas formas e práticas de produção artística e literária.

Para Marques Neto, a atividade exercida por uma editora universitária pode ser entendida “como uma atividade organizada, autossustentável, estruturada sobre planos estratégicos e que exerça as indispensáveis autonomias editorial, administrativa e financeira” (2003, p. 9). O autor defende a ideia de editora universitária como uma empresa cultural que faz a intermediação entre o autor e o leitor:

urge transformar nossas editoras em empresas culturais acadêmicas, não apenas para racionalizar e fortalecer suas atividades, mas porque temos um enorme capital cultural criativo em mãos, pelo da riqueza que a diversidade universitária tem condições de criar (Marques Neto, 2003, p. 8).

Bufrem corrobora essa perspectiva ao afirmar que “os projetos editoriais universitários, em geral caracterizados como culturais, visam prioritariamente atender às funções básicas de ensino, pesquisa e extensão” (Brufem, 2001, p. 20). Para a autora, ao estabelecer padrões de uma prática em campo cultural específica, a atividade editorial universitária demonstra sua autonomia que a diferencia como geradora de um tipo de raridade e valor culturais. Ela abarca todas as áreas do conhecimento e suas publicações primam pela qualidade. Apoia o crescimento nacional, visto que produz conhecimento, forma e preserva a memória cultural do país.

O comprometimento das editoras universitárias, diferentemente das editoras comerciais, consiste essencialmente em garantir que as obras divulgadas ou publicadas se tornem produtos culturais. Isso implica, de um lado, o reconhecimento de que há um trabalho digno de publicação e, de outro, a exposição do conhecimento gerado pela universidade. A responsabilidade e o compromisso social dessa atividade são complexos, uma vez que tudo aquilo que é publicado reflete o que a universidade considera valioso, necessário e benéfico para a sociedade. Martins Filho e Rollemberg (2001, p. 47-48), fortalecem este entendimento ao afirmarem que

se desenvolve no contexto dos propósitos universitários e das funções que historicamente lhe são conferidas pela sociedade à qual serve, mesmo que, em princípio, esses propósitos sejam profundamente diferentes daqueles que animam a indústria editorial.

Dessa maneira, a produção editorial universitária colaborou para o avanço do conhecimento e da cultura, sem a preocupação excessiva inerente das editoras comerciais, cuja função é moldar-se às exigências do mercado. Suas publicações não se limitam meramente ao que é vendável ou lucrativo; elas possuem valor cultural e de cunho

científico e, frequentemente, abdicam do lucro. O primor pela qualidade das publicações traduz-se na importante função educacional das editoras universitárias.

Desse modo, com todas as suas particularidades, o livro acadêmico é um componente proativo na produção científica brasileira. A busca por maior eficiência em sua elaboração e por maior visibilidade de seus conteúdos configura-se como a questão central que orienta as editoras acadêmicas, bem como a formulação e implementação de políticas voltadas ao desenvolvimento do livro acadêmico.

O resultado é uma valiosa diversidade de políticas editoriais e modelos de negócio que, ao privilegiarem a disseminação do conhecimento, distinguem-se e, ao mesmo tempo, complementam as editoras puramente comerciais. Nesse processo, contribuem não apenas para o avanço da pesquisa, do ensino e da cultura, mas também para a formulação de políticas públicas e para a tomada de decisões em questões de interesse profissional, social e cultural.

Além de assegurar o rigor científico e a liberdade acadêmica, a universidade confere às editoras universitárias sustentabilidade jurídica e financeira. Contudo, essas mesmas condições, por estarem vinculadas às exigências e aos compromissos próprios da gestão pública, restringem sua competitividade em relação ao mercado tradicional das editoras comerciais. Desse modo, a missão fundamental da editora universitária consiste em difundir, por meio de suas publicações, o conhecimento e a produção cultural originados na universidade, ampliando seu alcance para a sociedade. Ao cumprir esse papel, a editora universitária contribui de forma significativa para o desenvolvimento cultural e científico, tanto no âmbito institucional quanto no espaço social mais amplo.

Em síntese, a consolidação do movimento editorial universitário decorre de um processo coletivo de fortalecimento das práticas editoriais no âmbito das universidades, envolvendo dirigentes, docentes, técnicos-administrativos e estudantes. A interação entre os sujeitos que compartilham propostas e objetivos comuns favorece o diálogo e a construção de consensos em torno de interesses coletivos. Nesse contexto, compreende-se que a elaboração de uma política editorial consistente é fundamental para que a editora universitária alcance sua finalidade de difundir o conhecimento produzido na universidade para a sociedade.

2.2 A política editorial

Os projetos editoriais universitários consolidaram-se no Brasil a partir da década de 1970 como instrumentos de incentivo e promoção da atividade intelectual. Entretanto,

a maioria das editoras universitárias já havia iniciado suas atividades na década anterior, nos anos de 1960, concebidas como órgãos responsáveis pela seleção, produção e divulgação da produção científica e cultural das instituições de ensino superior. Nesse processo, as editoras universitárias foram sendo gradualmente estruturadas, constituindo conselhos, formalizando seus regimes internos e fortalecendo suas políticas editoriais (Brufem, 2009).

Segundo Darcy Ribeiro (1982), a característica mais marcante das universidades reside em sua capacidade de mobilizar-se, tanto para questionar a estrutura de poder e a ordem social quanto para projetar utopias concretas acerca do que poderá ser a sociedade e a existência humana nas civilizações futuras. Impõe-se, contudo, o debate em face das especificidades desse campo de ação cultural, sobretudo pela necessidade de esclarecer o alcance da atuação política no âmbito editorial das instituições de ensino superior, contextos nem sempre favoráveis a deliberações ágeis.

A reflexão sobre essa conjuntura particular e sobre os fatores que compõem a política editorial contribui para ampliar a compreensão das possibilidades de atuação e para reconhecer que se exerce política a partir das circunstâncias concretas. Dessa forma, o projeto editorial universitário configura-se como uma iniciativa essencialmente crítica e propositiva, cuja natureza se revela na observância de sua dimensão política (Brufem, 2009).

Assim, para que uma editora universitária atinja seu objetivo de transmitir conhecimento à sociedade por meio de suas publicações, é indispensável a elaboração de um projeto político bem definido. A construção de uma política editorial bem definida, que estabeleça princípios, diretrizes e responsabilidades, a fim de nortear a produção editorial, constitui um elemento estruturante para garantir a coerência, a qualidade e a legitimidade das publicações. Esse projeto deve orientar suas atividades e garantir que as publicações estejam alinhadas com a missão institucional. Uma política editorial consolidada deverá estabelecer o tratamento editorial das suas atividades, bem como definir seus parâmetros e diretrizes de atuação. Assim, Brufem (2015, p. 235), assevera que

reconhecida a importância da atividade editorial universitária como fator de incentivo e promoção para a atividade intelectual e superada a ideia antiga de gráfica universitária, vão se consolidando as atuais estruturas e se definindo linhas de atuação com base em políticas editoriais mais compromissadas com os objetivos universitários.

Para a autora, a expressão política editorial é encontrada na literatura por vezes com o significado de “um conjunto de critérios, explícitos ou não, para seleção de obras em uma editora. Porém este termo é insuficiente para definir a extensão do termo” (Brufem, 2015, p. 235-236). Rosinha (1989) admite um conceito de política editorial como “a arte ou ciência relativa à organização, coordenação e execução de atividades orientadas a comunicar, sob a forma escrita” (1989, p. 252). Para ele, a finalidade de uma política editorial é transmitir, sob a forma escrita, assuntos de interesse para leitores definidos. Ademais, deverão ser respondidos os quesitos relativos a: o que publicar; para quem publicar; como publicar; quando publicar; quanto publicar; onde publicar. O autor salienta também a necessidade de estabelecer

diretrizes relativas a: direitos autorais, co-edições, prioridades, sistemas de avaliação de originais, retribuição por estas avaliações, mecanismos de estímulo ou pagamento pela apresentação de originais, normas editoriais, definição sobre estruturas de produção (próprias ou contratadas), publicação de trabalhos em veículos externos, publicação de originais produzidos externamente à instituição, distribuição e venda dos produtos (Rosinha, 1989, p. 256).

Apesar da abrangência de conceitos sobre política editorial, é possível afirmar a necessidade de uma política editorial consolidada, sobretudo no caso de editoras universitárias, nas quais se prima pelo ensino e pela produção científica de excelência.

Cabe à política editorial firmar as diretrizes e o funcionamento da editora como instrumentos balizadores que determinarão as linhas editoriais da instituição. No contexto universitário, a política editorial “deve ser analisada criticamente levando-se em conta os sujeitos, o cenário, os acontecimentos, as relações de força e as possibilidades de articulação entre estrutura e conjuntura” (Brufem, 2009, p. 34).

A política editorial em uma editoria universitária é definida pelo Conselho Editorial ou pela Comissão Editorial. A presença de um comitê editorial é determinante na esfera de qualquer editoria, uma vez que sua principal atribuição é “encomendar, selecionar, revisar – direta ou indiretamente – e aprovar os originais, de acordo com os objetivos de instruir, educar, treinar, informar, entreter, motivar, formar opinião e outros” (Rosinha, 1989, p. 253).

A convicção de que as políticas e os planos editoriais devem ser definidos por uma comissão editorial qualificada, respeitada e autônoma, bem como de que somente os trabalhos por ela aprovados devem ser publicados, estabelece-se como princípio norteador da prática editorial nas instituições de ensino superior brasileiras (Brufem, 2001). Para a autora, a política editorial define

Desde os modos de receber ou procurar originais seleciona-los, trata-los, passando por formas contratuais e de relacionamento com autores e outros atores no processo de publicação, pela composição dos conselhos ou comitês editoriais e pela constituição de linhas editoriais (Brufem, 2009, p. 28).

Pode-se inferir, portanto, que a política editorial resulta de análises e avaliações criteriosas voltadas à definição de normas e diretrizes a serem observadas pela equipe editorial, em consonância com os objetivos institucionais. Tal política deve contemplar as áreas de conhecimento vinculadas aos programas de ensino e pesquisa da instituição, delimitando, assim, o escopo de atuação da editora. Além de orientar a seleção das obras a serem publicadas, a política editorial estabelece parâmetros que influenciam diretamente as etapas subsequentes do processo de produção, garantindo coerência, qualidade e legitimidade às publicações.

3 O PROCESSO EDITORIAL NO CONTEXTO ACADÊMICO

A revolução de Gutenberg intensificou ainda mais a oposição entre a escrita original e o texto impresso, na medida em que a possibilidade de reprodução mecânica do livro exigiu novos níveis de profissionalização e de padronização no campo editorial. A publicação de textos eruditos passou, então, a se configurar como uma atividade colegiada que envolvia a ampla participação de especialistas em diferentes etapas da construção do livro: desde a seleção do manuscrito, até as decisões de ordem estética, como a escolha dos tipos, a definição da quadratura da página e do formato do volume. A esse processo somavam-se ainda intervenções de natureza editorial, ou seja, a inserção de paratextos, a hierarquização das informações e a revisão do exemplar impresso (Deaecto, 2023).

Nesse contexto, observa-se que a revolução tipográfica inaugurada por Gutenberg não apenas transformou os modos de reprodução do texto, mas também instituiu as bases do que hoje se compreende como editoração². A complexidade das tarefas envolvidas na produção do livro exigiu a constituição de práticas sistematizadas, em que aspectos técnicos, estéticos e normativos passaram a ser articulados de forma integrada. Assim, a editoração consolidou-se como uma atividade fundamental para assegurar a qualidade material e intelectual de uma obra.

A definição mais corrente para o termo editoração é “o conjunto de teorias, técnicas e aptidões artísticas e industriais destinadas ao planejamento, feitura e distribuição de um produto editorial” (Araújo, 2008, p. 42).

No *Manual de Editoração e Estilo*, Martins Filho (2016, p. 25) define a editoração como “um conjunto de atividades profissionais especializadas e organizadas, que engloba desde a preparação técnica de originais, revisão de forma e de conteúdo até a impressão”. Em abordagem mais detalhada, Faria Guilherme, em seu *Pequeno Dicionário de Editoração*, caracteriza a editoração como

um conjunto ordenado de atividades relacionadas com a publicação de livros e que se iniciam com o preparo do original (tarefa do editor), prosseguem com a produção industrial (composição, impressão e acabamento), a cargo do gráfico, e terminam pela sua distribuição (distribuidor) e comercialização (livreiro) (Guilherme, 1996, p. 43).

Segundo Houaiss, a editoração confunde-se com a própria atividade editorial, ou,

² Em razão das indefinições terminológicas que envolvem os conceitos de *editoração* e *processo editorial*, nesta dissertação ambos os termos serão empregados como sinônimos.

mais precisamente, com a atividade a que se dedica uma editora. Ao destacar a relevância da inteligibilidade do texto original para a adequada produção do livro, Houaiss (1983) enfatiza que, entre o original e o leitor, existe uma série maior ou menor de profissionais que emprestam ao seu trabalho seus conhecimentos, experiências, sabedoria, técnicas e operosidade. Segundo o autor, isso implica que a cópia aprovada — seja pelo autor, editor de texto ou diretor de texto — para ser transformada em livro, deve estar em condições de ser compreendida fácil e imediatamente pelos profissionais por cujas mãos irá transitar.

A necessidade e a preocupação de se prepararem originais sob determinados critérios que imprimam unidade coerente ao texto não é algo recente. Assim, Martins Filho (2023, p. 24), define o original como:

qualquer texto manuscrito ou produzido mecanicamente (datilografado, digitado ou, até mesmo já impresso), destinado à composição tipográfica. É o texto definitivo entregue à editora pelo autor para ser editado.

Os profissionais que se dedicaram a essa função tiveram, portanto, de padronizar o texto que davam como definitivo para publicação, o que significava recuperá-lo no particular e uniformizá-lo no conjunto, em uma atividade basicamente filológica.

O setor de produção editorial desempenha um papel central dentro de uma editora, sendo responsável por transformar manuscritos em obras publicáveis. Por meio da formatação, revisão gramatical, normalização, diagramação e seleção de elementos visuais, como capas e ilustrações, esse setor assegura que os livros atinjam os padrões de qualidade exigidos pelo público leitor e desempenha um papel importante na preservação da identidade visual da editora. Cada obra publicada reflete não apenas o conteúdo, mas também a marca e o estilo da editora, tornando-se parte de um catálogo coerente e reconhecível.

Emanuel Araújo, na apresentação breve da primeira parte de *A construção do livro*, abre seu texto declarando: “Aparentemente simples, o trabalho prévio com o original é, todavia, quase sempre bastante complexo” (Araújo, 2008, p. 33). E, ao tentar apresentar em seguida por que essa etapa de trabalho com os originais pode ser mais complicada do que parece, lista o que está envolvido na tarefa de padronizar um texto, porém não ousa oferecer uma lista completa e para depois de alguns itens com a salvação do etc.

No processo editorial são desenvolvidas várias atividades, os elementos humanos e técnicos intervêm nessa parte do processo de edição, transformando o original em livro. Para executá-las, torna-se necessário a participação de vários atores, como o editor,

revisor, bibliotecário, designer gráfico ou diagramador, jornalista, contador, entre outros. Todo esse trabalho objetiva tornar a informação mais acessível ao público a partir da transformação do manuscrito em livro.

Na produção de livros, a produção editorial ganha nuances particulares e é articulada por uma personagem específica, o editor de livros.

Palavra de origem latina, o editor indica-nos dois movimentos: ‘dar à luz’ e ‘publicar’. Surge na Roma antiga para identificar aqueles que assumiam a responsabilidade de multiplicar e de cuidar das cópias dos manuscritos originais dos autores, zelando para que fosse correta a sua reprodução (Bragança, 2005, p. 220).

Araújo adota o termo editor para denominar o profissional que concebe uma obra segundo padrões literários e estético-gráficos para a divulgação comercial. O autor ainda considera uma concepção de editor que deriva do latim (editor, *editoris*) e que foi mantida pelo inglês. Além disso, vincula ao editor o preparador de originais, ao expor um histórico da edição de livros. O editor, naquela acepção, entendido como preparador de originais, é o responsável pela edição de um texto a ser divulgado (transcrito) pelos copistas. O editor deve imprimir ao original uma produção editorial harmônica e compatível com a mesma natureza do texto (Araújo, 2008).

Já na abordagem de Antônio Houaiss, o editor é o *publisher*, aquele que divulga a obra e a torna disponível para venda. Para ele, o termo se refere “ao seu sentido usual de pessoa sob cuja responsabilidade, geralmente comercial, corre o lançamento, distribuição e venda em grosso do livro” (1967, p. 3). Aníbal Bragança ressalta que “essa diferença de perspectiva entre Houaiss e Araújo faz com que as duas mais importantes obras sobre o tema, em nosso idioma, acentuem diversamente os dois aspectos do conteúdo semântico do conceito de editor” (Bragança, 2005, p. 221).

Embora exista essa distinção de concepções do editor, tanto Araújo como Houaiss adotam o termo “editor de texto” quando se referem ao trabalho realizado no texto antes de ser transformado em livro. A partir daqui se nota, portanto, um entrelaçamento de conceitos, pois ambos, além de usar a expressão “editor de texto”, eventualmente incluem nessa acepção para o preparador de originais.

São os editores, enfim, que decidem que textos vão ser transformados em livros, o público a que devem servir e como serão feitos esses livros. Mesmo quando não é deles a iniciativa dos projetos, é deles que parte a direção a seguir. É neste lugar de decisão, comando e criação que reside o coração do trabalho de editor, a sua essência. É também esse lugar que exige dele saberes específicos que o diferenciam dos demais agentes

envolvidos no processo editorial e lhe impõem responsabilidades únicas. Bragança (2005, p. 224) qualifica um editor como

um filtro no elo entre autor e leitor, que pode ser uma barreira intransponível entre um escritor, com um manuscrito, e um autor, e os leitores, mas que pode, também, ser a ponte entre um escritor inédito e um autor consagrado e lido.

Na seção seguinte, serão apresentadas as diferentes fases que compõem o processo editorial, assim como os principais agentes envolvidos em sua execução. O objetivo é analisar cada etapa, desde entrega do original da obra até sua publicação e disseminação, destacando as atribuições, responsabilidades e competências dos profissionais que participam de cada etapa.

3.1 Fases do processo editorial

No processo editorial, as fases configuram-se de maneira particularizada e variam de acordo com cada editora, que adota procedimentos próprios de preparação, muitas vezes não formalizados por escrito. Tais diretrizes têm como finalidade orientar a edição dos originais a partir de critérios que assegurem unidade e coerência ao texto, além de promover uma uniformidade global mediante padrões que estruturam e qualificam a obra.

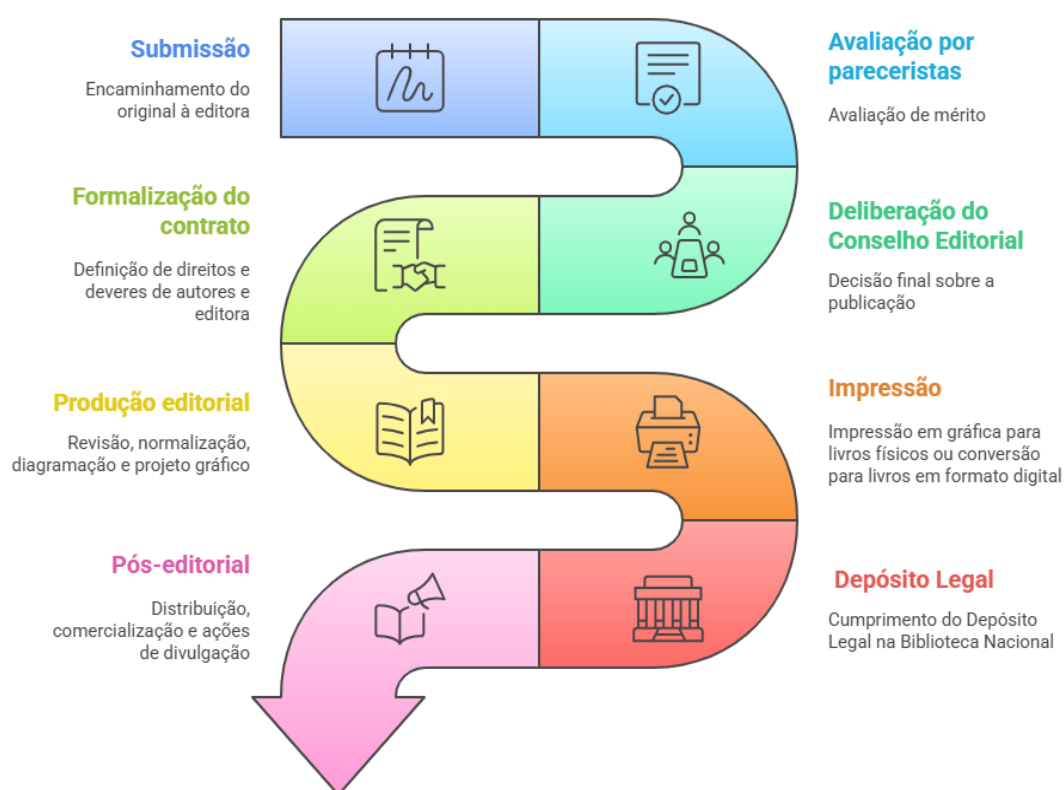
Para os fins desta dissertação, as informações serão apresentadas tanto sob uma perspectiva teórica quanto empírica, fundamentadas na literatura existente sobre o tema, mas principalmente na experiência profissional da autora em uma editora universitária. Ressalta-se que os processos que serão detalhados refletem práticas comumente adotadas em editoras universitárias, não constituindo, portanto, uma obrigatoriedade nem indicando que tais procedimentos ocorram em todas as editoras universitárias. O objetivo é ilustrar o funcionamento de um processo editorial, e não prescrever, ditar ou padronizar as práticas de cada editora.

Ao aprovar uma obra para edição, parte-se do princípio de que o autor forneceu um texto coeso tanto do ponto de vista informativo quanto gramatical. No entanto, é raro que esse material apresente total coerência na adoção sistemática de elementos como pontuação, acentuação, uso de maiúsculas e minúsculas, recursos tipográficos, abreviaturas, citações, notas de rodapé, bibliografia, entre outros. Por isso, quase todos os originais precisam passar por um processo de revisão linguística e adequação às normas técnicas.

A publicação de um livro envolve, primeiramente, sua produção intelectual e, em seguida, sua produção física. Concebido por um ou mais autores e revisado por uma equipe de profissionais, um livro editado representa o resultado do esforço criativo de múltiplos colaboradores (Martins Filho, 2023).

Nesse contexto, serão abordadas as principais fases do processo editorial no âmbito das editoras universitárias, bem como os profissionais nela envolvidos. Assim, o processo editorial, de modo geral, segue um conjunto de etapas estruturadas que visam assegurar a qualidade, a padronização e a legitimidade das obras publicadas. Para melhor compreensão dessas etapas, apresenta-se, a seguir, uma representação esquemática que sintetiza o percurso da obra dentro de uma editora universitária, desde a submissão dos originais até o pós-editorial e registro do ISBN.

Figura 1 – Fases do processo editorial



Fonte: Elaboração própria (2025).

Na fase inicial, o autor ou organizador submete a obra, procedimento que geralmente ocorre por meio do site da editora, na seção destinada às orientações de publicação, mediante o preenchimento de formulário específico. É fundamental que os originais sejam encaminhados em sua versão definitiva, contemplando todos os

elementos necessários à publicação, como texto revisado, ilustrações, tabelas e gráficos, em conformidade com as diretrizes editoriais estabelecidas.

Na etapa seguinte, os originais passam por uma avaliação de mérito, conduzida por dois ou três pareceristas, especialistas reconhecidos na área temática da obra. Essa avaliação tem como finalidade assegurar a qualidade científica, técnica ou cultural do material submetido. Os pareceres podem recomendar a aprovação, a rejeição ou a aprovação, condicionada à realização de modificações substanciais.

Posteriormente, os pareceres são encaminhados ao Conselho Editorial, instância colegiada responsável pela decisão final sobre a publicação. Uma vez aprovada a obra, emite-se um parecer de aprovação final, no qual podem constar recomendações de ajustes que o autor se compromete a cumprir. A deliberação do Conselho Editorial possui caráter soberano, conferindo legitimidade institucional ao processo editorial e garantindo que as publicações estejam alinhadas à política editorial e à missão acadêmica da editora. Neste contexto, Brufem (2015, p. 240), explica que:

quando se trata de selecionar originais encaminhados à editora, no caso de uma editora universitária, o que se pretende é estabelecer um filtro de qualidade, tecido de critérios rígidos e coerentes, baseados numa política comprometida com a universidade e independente dos critérios mercadológicos predominantes na iniciativa privada.

Em seguida, realiza-se o cadastro dos autores, bem como a elaboração e assinatura dos contratos. Nessa fase, denominada formalização do contrato de publicação, dá-se início à formalização jurídica mediante a celebração de contrato entre os autores e a editora. Esse instrumento normativo estabelece, de forma explícita, os direitos e deveres de ambas as partes, abrangendo aspectos relativos à cessão ou manutenção dos direitos autorais, à definição da tiragem, às modalidades de distribuição e à previsão de eventuais reedições (Universidade Federal do Paraná, 2025; Universidade Federal Fluminense, 2025).

A etapa seguinte do processo editorial, considerada a mais complexa, corresponde à fase de produção editorial, na qual se desenvolve o projeto editorial propriamente dito. Essa etapa abrange três áreas de trabalho interdependentes. A primeira refere-se à revisão linguística e técnica, que compreende a correção ortográfica, gramatical e estilística do texto. A segunda corresponde à normalização, voltada à adequação do material às normas técnicas e ao padrão editorial adotado pela instituição, bem como ao registro do livro. A terceira refere-se à diagramação e ao design gráfico, responsáveis pela organização visual do conteúdo, incluindo a escolha tipográfica, a formatação, o tratamento da capa e a

inserção de recursos visuais. Durante essa fase, os originais percorrem um fluxo de trabalho pautado pelo projeto gráfico e editorial previamente definido pela editora, em consonância com o cronograma de produção estabelecido (Universidade Federal do Paraná, 2025; Universidade Federal Fluminense, 2025).

A etapa de produção editorial constitui o momento em que o projeto previamente definido se concretiza em suportes específicos, distinguindo-se em duas modalidades principais: impressa e digital. No caso do livro impresso, os originais finalizados são encaminhados à gráfica, onde se desenvolvem as operações técnicas de impressão, acabamento e encadernação, resultando em exemplares físicos destinados à circulação no mercado. Já na produção de livros digitais, procede-se à conversão do conteúdo para diferentes formatos eletrônicos, como ePub³, PDF⁴ e MOBI⁵. Nesse sentido, Martins (2003, p. 113) explica que:

não são apenas o editor e o escritor que participam desse processo longo e angustiante de transformação do manuscrito em livro, há ainda outros intermediários. Não cabem ao editor, mas à sua equipe ou a pessoas designadas por ele, os trabalhos gráficos, de revisão, adaptação ou coordenação de textos. Idealmente, ao menos.

A etapa correspondente ao depósito legal constitui atividade indispensável para assegurar a preservação das publicações e o cumprimento da legislação vigente. Nessa fase, o bibliotecário desempenha papel central, sendo responsável pela efetivação do depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme determina a Lei n.º 10.994/2004. Esse procedimento garante, simultaneamente, a salvaguarda da memória bibliográfica nacional e o acesso público às obras (Fundação Biblioteca Nacional, 2025; Brasil, 2004).

A última fase pós-editorial compreende o conjunto de ações voltadas à divulgação, comercialização, circulação e distribuição das obras finalizadas. Nessa etapa, a editora mobiliza diferentes estratégias de promoção, como a realização de eventos de lançamento, a participação em feiras e congressos, a utilização de redes sociais e o estabelecimento de parcerias com livrarias físicas e plataformas digitais. Além da divulgação, a dimensão da distribuição envolve não apenas o envio de exemplares a

³ ePUB (Electronic Publication): formato aberto e padrão internacional de e-book, com texto refluxível (se adapta ao tamanho da tela). É o mais aceito em livrarias digitais e ideal para leitura em celulares, tablets e e-readers (Adobe, 2025).

⁴ PDF (Portable Document Format): formato de layout fixo, que preserva diagramação, fontes e imagens exatamente como no impresso. É ótimo para livros que dependem de projeto gráfico rígido (didáticos, científicos, artísticos), mas pouco flexível em telas pequenas (Adobe, 2025).

⁵ MOBI (Mobipocket): formato proprietário criado para os dispositivos Kindle, depois substituído pelo AZW3/KFX. Assim como o EPUB, é refluxível, mas restrito ao ecossistema da Amazon (Adobe, 2025).

livrarias e outras instituições, mas também uma série de etapas complementares.

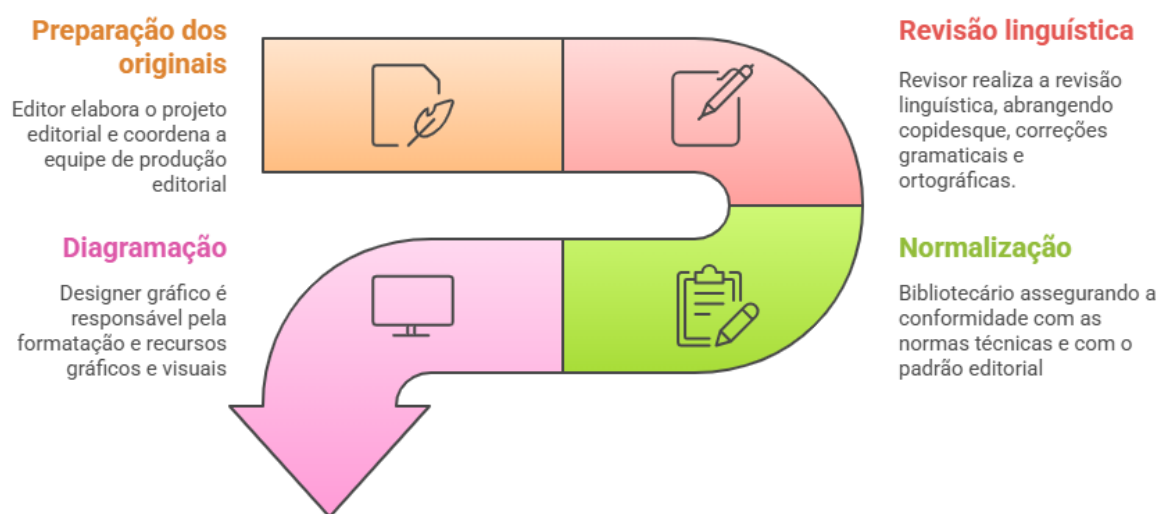
No processo de distribuição, o bibliotecário desempenha função essencial, especialmente no que se refere à gestão de estoque, ao encaminhamento de exemplares à biblioteca central da instituição, bem como às bibliotecas setoriais e especializadas, além do depósito das obras digitais no repositório institucional.

Soma-se, ainda, à fase pós-editorial o acompanhamento dos processos financeiros decorrentes da comercialização. Assim, esse momento assume papel estratégico ao ampliar a visibilidade das publicações e assegurar sua efetiva disponibilidade ao público-alvo.

Compreende-se, portanto, que o processo editorial é, na prática, extenso e complexo, exigindo a participação de diferentes profissionais além do autor e do editor. Essa multiplicidade de agentes evidencia o caráter coletivo da produção editorial, no qual a articulação de saberes distintos é condição essencial para a materialização do livro.

3.1.1 As etapas de produção editorial

A fase de produção editorial configura-se como o núcleo vital da atividade de uma editora, por concentrar o conjunto de operações que asseguram a transformação do original em uma obra publicável. Nesse estágio, inicia-se a preparação dos originais conduzida pelo editor, que elabora o projeto editorial e, simultaneamente, a estrutura e coordena a equipe de produção. Essa equipe reúne diferentes profissionais especializados, entre os quais, além do editor, o revisor textual, o bibliotecário e o designer gráfico. A Figura 2 apresenta, de forma esquematizada, as principais etapas da produção editorial e os profissionais envolvidos em cada uma dessas etapas.

Figura 2 – Fases da produção editorial

Fonte: Elaboração própria (2025).

O trabalho do editor vai além da mera fruição da leitura da obra ou da apreciação de seu conteúdo. Comporta, além disso, uma avaliação crítica que contrapõe o produto final, que é o livro, com os recursos e critérios que foram empregados em suas elaborações, de modo a assegurar a adequação do conteúdo à sua finalidade principal (Guilherme, 1996).

Cabe ao editor, portanto, elaborar o projeto editorial, definir as diretrizes que orientarão o processo de produção editorial e coordenar a equipe multidisciplinar envolvida, de modo a assegurar a integração entre as diversas etapas: da preparação técnica dos originais, da revisão e da normalização e até o projeto gráfico.

Nesse sentido, sua atuação envolve, além da coordenação da produção editorial, a análise de conteúdos, métodos e formas situados em coordenadas espaciais e temporais, com a finalidade de harmonizar as exigências de consumo, qualidade e legibilidade de uma obra.

Nesse contexto, sobre um material bruto em forma de texto, em um original que se pretenda publicar, debruçam-se diferentes olhares dispensados pelos mais diversos profissionais, das mais variadas áreas de conhecimento. Com o projeto editorial definido, a equipe constituída e o original devidamente organizado, inicia-se a etapa de revisão linguística, também denominada revisão textual. É nesta etapa da produção editorial que

o revisor entra em ação.

A figura do revisor de textos exerce uma substancial importância na fase produção editorial. É ele o responsável, ao fazer uma leitura minuciosa e detida do material, por identificar possíveis inconsistências, no nível do código linguístico, de natureza ortográfica e gramatical, e fazer cautelosamente as correções necessárias, suprimindo todas as irregularidades e “fraturas gramaticais”, para que o texto esteja em conformidade com a norma padrão da língua portuguesa (Yamazaki, 2009).

Houaiss cita um excerto de Seán Jennet, sobre o revisor de textos.

As qualificações requeridas dele [revisor] são extensas. Deve ter olho agudo e mente aberta para reconhecer num átimo as cacografias; e deve reconhecer os desenhos dos tipos que se lhe apresentam, mesmo com uma só letra. Deve ser capaz de grafar quase tudo sem recurso ao dicionário — num grupo de revisores seria apto para enfrentar quaisquer oponentes numa controvérsia ortográfica. Deve ser hábil para ler o mais carunchoso e ilegível dos manuscritos, e lê-lo corretamente — e os autores, como os doutores, possuem notoriamente vezes arbitrários e desarrazoados (Jennet, 1950 *apud* Houaiss 1967, p. 81).

Para Coelho Neto (2008), “é na revisão textual que o conteúdo vai ser aprimorado, no que diz respeito à coesão e à coerência, aos erros ortográficos, aos erros conceituais, enfim, aos deslizos praticados pelo autor”. Essa operação do revisor envolve ajustes na pontuação, na acentuação gráfica, na concordância verbal e nominal, na regência, e, por vezes, adequação à normalização bibliográfica e às regras editoriais.

Contudo, o fazer do revisor não comporta somente um amplo conhecimento normativo que dê conta dos elementos mais formais que se situam na superfície do texto; essa atividade deve considerar também aspectos mais profundos do texto, como os discursivos, os semânticos, os sintáticos, os estilísticos, etc., e os contextos em que o texto é produzido e circulado — isto é, conhecer o público para o qual se destina, o gênero do qual faz parte e, até mesmo, o tipo de suporte por meio do qual será publicado.

No que diz respeito às situações de produção e recepção de textos — um dos muitos aspectos dos quais o revisor deve se ocupar, Coelho e Antunes (2010, p. 208), assinalam que:

ao receber um texto para revisão, o revisor precisa ter consciência de quais características do gênero são fundamentais, devendo, portanto, estar presentes, e das características opcionais, flexíveis. Por exemplo, ao revisar um artigo de opinião, cuja finalidade é opinar, argumentar, sobre um fato, o revisor deve, em primeiro lugar, verificar se o texto com que trabalha cumpre a finalidade de opinar sobre um fato. Para cumprir essa finalidade, algumas características referentes ao estilo e à estrutura composicional serão idênticas nos diversos textos desse gênero, outras serão variáveis.

Assim, o revisor configura-se como um agente crucial em uma linha editorial, uma vez que ele contribui significativamente para o aperfeiçoamento do texto, deixando-o claro, coeso, coerente, inteligível, com a fluidez necessária que possibilite uma boa recepção por parte do leitor, e transformando-o em um produto mais bem acabado e publicável.

Concluída a revisão, o texto é encaminhado para a etapa de normalização, conduzida pelo bibliotecário. Nesse momento, o material passa por uma análise minuciosa que assegura a conformidade com as normas vigentes e a adequação ao padrão editorial. Trata-se de uma atividade de natureza técnica, cuja finalidade é assegurar a padronização formal e a uniformidade da obra, elementos indispensáveis para a qualidade editorial. Entretanto, Santos e Sampaio (2014, p. 151), alertam que as normas não são leis, mas

funcionam como diretrizes que ajudam no momento da recuperação e da troca de informações, por esse motivo, mesmo não sendo obrigatório o seu uso, a padronização é necessária. As normas foram criadas basicamente para que esse intercâmbio informacional acontecesse de forma fidedigna, eficiente e eficaz.

Nessa perspectiva, Oliveira ressalta que a normalização é uma prática que consiste em “dar forma, lapidá-lo, de modo que possamos apreciá-lo, não apenas em relação ao seu interior, sua alma, representada pelo conteúdo registrado, mas pelos contornos perfeitos de uma boa forma física, seu corpo” (Oliveira, 2007, p. 22).

Segundo Houaiss (1983, p. 5), “a normalização do livro não concerne à substância da mensagem, mas informa a substância de sua mensagem, é, por conseguinte, tarefa que também merece esforço e a pena de quantos quiserem dedicar-lhe um pouco de boa vontade”. Para o autor, a normalização não muda o conteúdo do livro, mas ajuda a apresentá-lo de forma clara e eficaz. Por isso, mesmo sendo uma tarefa técnica, ela é essencial e merece atenção de quem está envolvido na produção editorial.

No entanto, Houaiss (1975, p. 67), ressalta também que

há dois problemas que deveríamos aqui diferenciar: o que se chama de normalização da editora, que nos livros lingüeses se faz através do que se intitula *Manual of style* (Manual de estilo), e o que se poderia chamar de normalização dos centros de normalização, que tendem a codificar certas regras para os usuários da língua na forma escrita. Entre as duas, nem sempre há coincidência. Seria de presumir que a normalização da editora englobasse todas as outras normalizações. Mas nem sempre é isso que acontece.

De modo semelhante, Araújo (2008, p. 67) afirma que

distinguirem-se dois tipos de padronização literária, em muitos pontos excludentes entre si: o da editora (normalização empírica), que os ingleses denominam ‘manual de estilo’, e o dos chamados centros de normalização (normalização teórica). Entre ambos os polos, contudo, o editor de texto fatalmente escolherá um *tertius*, o que significa a sua própria opção em cada caso, para cada original.

Cumpram-se destacar que a literatura clássica sobre editoração de livros utiliza o termo normalização para designar o conjunto de procedimentos destinados à padronização formal do texto, de modo a assegurar sua correção linguística e consistência editorial. Tal prática contempla dimensões relativas ao estilo e à clareza da escrita, ao emprego adequado do vocabulário, à estruturação de frases e parágrafos, bem como à observância rigorosa das normas ortográficas vigentes. Incluem-se, ainda, orientações quanto ao uso de maiúsculas e minúsculas, à grafia de nomes próprios, às formas variantes de substantivos comuns, à divisão silábica, ao emprego de numerais e à padronização de abreviações entre outros.

No entanto, em contraposição a esse conceito aplicado na literatura clássica de editoração, no campo da Biblioteconomia o termo normalização⁶ é compreendido como

uma atividade que tem por objetivo a aplicação das normas estabelecidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e internacionais – ISO (*International Organization for Standardization*) para a apresentação física e do conteúdo dos documentos, com vistas à sua padronização (Guilherme, 1996, p. 83).

Nesse contexto, Oliveira (2007) destaca que a prática da normalização relaciona-se com a padronização ou, ainda, com a uniformidade. Essa prática, *a priori*, implica a adoção de padrões considerados como medidores da qualidade e excelência de um produto, tarefa ou processo.

Assim, a normalização configura-se como uma atribuição específica do bibliotecário, expressa em atividades técnicas como elaboração de referências, preparação de fichas catalográficas, indexação e outras atividades correlatas (Pelufê, 2015). Portanto, normalizar um livro corresponde a padronizá-lo em conformidade com as normas vigentes, garantindo que todas as informações sejam apresentadas de maneira uniforme e consistente. Esse procedimento não apenas facilita a leitura e a compreensão do conteúdo, como também assegura maior eficiência na recuperação da informação.

Na perspectiva de Lubisco (2008), um trabalho devidamente normalizado

⁶ Para efeitos desta dissertação, considera-se o termo *normalização* como designação das práticas conduzidas pelo bibliotecário relativas à observância e aplicação das normas técnicas.

proporciona condições favoráveis à sua indexação e recuperação, aspectos que contribuem diretamente para a eficácia da comunicação científica. Essa prática assume particular relevância para o pesquisador por dois motivos: garante que sua produção possua requisitos adequados para integrar bases e fontes de informação científica e, simultaneamente, fortalece a projeção de sua trajetória acadêmica, ao ampliar a visibilidade e o reconhecimento de sua produção no currículo.

Souto (1991) afirma que a normalização está vinculada ao conceito de qualidade total, termo amplamente utilizado na literatura contemporânea e que remete à busca pela perfeição e excelência em todos os procedimentos relacionados a um produto, serviço, tarefa ou processo.

A necessidade de padronizar procedimentos e estabelecer critérios uniformes para a produção de bens, serviços e documentos levou à criação de instituições responsáveis pela gestão da normalização em diferentes contextos e instâncias. Em âmbito internacional, destaca-se a atuação da *International Organization for Standardization* (ISO), fundada em 1947, que se consolidou como a principal referência na elaboração e difusão de normas técnicas voltadas a diversas áreas do conhecimento e da atividade produtiva (International [...], 2025).

No contexto brasileiro, essa atribuição cabe à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), entidade privada de utilidade pública criada em 1940 que exerce papel central na regulamentação e padronização de processos em múltiplos setores, incluindo a área editorial e a produção científica.

As normas técnicas são fundamentais para garantir que os produtos alcancem um padrão elevado de qualidade e organização. A normalização assegura a produção de materiais de alta qualidade e rigor técnico. Isso é possível por meio de regras que estabelecem orientações, modelos e características específicas, essenciais para a criação de um produto bem elaborado.

A ABNT é responsável pela elaboração das normas brasileiras elaboradas por seus Comitês Brasileiros, Organismos de Normalização Setorial e Comissões de Estudo Especiais. A área de Informação e Documentação é de responsabilidade do Comitê – 014, cujo escopo compreende “as práticas relativas a bibliotecas, centro de documentação e informação, serviços de indexação, resumos, arquivos, ciência da informação e publicação” (Associação [...], 2024).

O trabalho exímio exercido pela ABNT permite a uniformização do texto, para atribuir maior qualidade às informações registradas e facilitar o seu intercâmbio. Assim,

a aplicação das normas é essencial para garantir um padrão de excelência nas obras editadas, promovendo resultados consistentes e positivos. As principais normas utilizadas no processo de normalização na cadeia produtiva do livro são:

Quadro 5 – Normativas utilizadas

Norma	Título	Escopo
NBR 6029	Livros e folhetos	Estabelece os princípios gerais para apresentação dos elementos que constituem o livro ou o folheto. É previsto que seja utilizada por editores, autores e usuários.
NBR 6023	Referências	Estabelece os elementos a serem incluídos em referências. Fixa a ordem dos elementos das referências e estabelece convenções para transcrição e apresentação da informação originada do documento e/ou outras fontes de informação. Destina-se a orientar a preparação e compilação de referências de material utilizado para a produção de documentos e para inclusão em bibliografias, resumos, resenhas, recensões e outros.
NBR 6024	Numeração progressiva das seções de um documento	Especifica os princípios gerais de um sistema de numeração progressiva das seções de um documento, de modo a expor em uma sequência lógica o inter-relacionamento da matéria e a permitir sua localização.
NBR 6027	Sumário	Especifica os princípios gerais para elaboração de sumários em qualquer tipo de documento.
NBR 6034	Índice	Estabelece os requisitos de apresentação e os critérios básicos para a elaboração de índices.
NBR 12225	Lombada	Estabelece os requisitos para a apresentação de lombadas e tem por finalidade oferecer regras para a apresentação de lombadas para editores, encadernadores, livreiros, bibliotecas e seus clientes.
NBR 6033	Ordem alfabética	Estabelece os critérios de aplicação da ordem alfabética em listas, índices, catálogos, bibliografias e trabalhos de natureza semelhante.
NBR 10520	Citações	Especifica as características exigíveis para apresentação de citações em documentos”. Trata-se da menção de uma informação extraída de outra fonte, como livros, periódicos, vídeos.

NBR ISO 2108	Número Padrão Internacional de Livro (ISBN)	Estabelece as especificações para o Número Padrão Internacional de Livro (ISBN) como um sistema de identificação internacional exclusivo para cada formato ou edição de uma publicação monográfica publicada ou produzida por uma editora ou produtor específico. Ele especifica a construção de um ISBN, as regras para sua atribuição e uso, os metadados a serem associados à alocação do ISBN e a administração do sistema ISBN.
---------------------	---	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações na Associação Brasileira de Normas Técnica (ABNT).

Kotait (1981) argumenta que, apesar da relevância da atividade de normalização, as normas não têm força de lei, tampouco são decoráveis, pois são flexíveis e adaptáveis dependendo do documento, da sociedade a que se destinam e da realidade de cada país. As normas, assim como os códigos, foram elaboradas para a consulta. Não existe, portanto, nada imutável; a cada dia novas adaptações são feitas para melhorar e aperfeiçoar o padrão da documentação.

Por fim, o processo de normalização exige cautela por parte do profissional bibliotecário, pois ocorre nas etapas finais do processo editorial. Esse procedimento assegura que o texto seja padronizado, adotando formatos adequados para uma leitura mais fluida e agradável. O profissional responsável por essa tarefa deve ter cuidado para evitar qualquer modificação que altere o conteúdo original do texto, garantindo que nenhum significado seja comprometido. Desse modo, o bibliotecário deve possuir habilidades e competências necessárias para a execução dessa tarefa.

Concluída a etapa de normalização, o texto é encaminhado para a diagramação, fase sob a responsabilidade do designer gráfico, profissional encarregado de conceber o projeto visual e a estrutura física da obra. Compete-lhe definir a disposição dos elementos na página, garantindo harmonia, legibilidade e unidade estética ao conjunto. Em colaboração com o editor, o designer também seleciona o formato do livro e define os aspectos de acabamento, determinando, assim, a aparência final do produto editorial (Haslam, 2007).

Na cadeia produtiva do livro, o trabalho do designer gráfico concentra-se no desenvolvimento do projeto gráfico, uma etapa específica e objetiva do rito editorial. Essa fase integra a conformidade dos aspectos formais com os requisitos técnicos para reprodução, além dos elementos subjetivos que contribuem para a construção da

identidade visual e a comunicação eficaz da obra. É na fase da diagramação que o conteúdo se tornará mais fluido e esteticamente agradável para o leitor. É nessa fase, inclusive, em que são sugeridas pausas na leitura quando necessárias, com a utilização de páginas em branco e títulos com maiores espaçamentos, por exemplo.

Portanto, uma diagramação bem elaborada organiza o fluxo do texto, aumentando a legibilidade e proporcionando uma leitura agradável e fluida. Além disso, estabelece conexão entre o *layout* da capa, o projeto gráfico e o nicho ao qual a obra pertence. Para essa etapa, o software *Adobe InDesign*⁷ é amplamente utilizado, pois oferece ao designer gráfico recursos específicos voltados para a área editorial. Com um planejamento adequado e uma diagramação cuidadosa, a publicação se transforma em um objeto único.

⁷ O *Adobe InDesign* é um software profissional de design de layout e editoração eletrônica para criar e publicar materiais impressos e digitais, como revistas, livros, folhetos e eBooks (Adobe, 2025). Além do *Adobe*, outros software também são utilizados, tais como: QuarkXPress, Affinity Publisher, Scribus entre outros.

4 A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO EM EQUIPES EDITORIAIS

A formação interdisciplinar adquirida ao longo da trajetória acadêmica proporciona ao bibliotecário um conjunto de competências múltiplas, permitindo que sua atuação no mercado de trabalho extrapola as funções e os espaços tradicionalmente atribuídos a ele. Nesse contexto, o bibliotecário tem expandido seu campo de atuação para além das atividades convencionais de gestão e organização de acervos em bibliotecas e centros de documentação.

O debate sobre as possibilidades de inserção do bibliotecário em diferentes segmentos do mercado vem sendo discutido na literatura especializada desde as últimas décadas do século XX, sobretudo a partir da valorização da informação enquanto recurso estratégico, em detrimento da centralidade do suporte tecnológico como objeto de trabalho desses profissionais (Santa Anna, 2020).

Santa Anna acredita que esse avanço significativo tenha sido impulsionado pelo texto publicado por Lancaster, em 1983, no qual o autor discute as transformações decorrentes do uso das tecnologias da informação e comunicação nos serviços de biblioteca. Neste trabalho, Lancaster defende a necessidade de formação de um profissional autônomo, desvinculado das unidades tradicionais de informação e sustentado por uma trajetória profissional não convencional.

Portanto, reconhece-se a relevância da atuação do bibliotecário em diferentes serviços, não se restringindo apenas às práticas de organização e comunicação da informação, mas estendendo-se a todo o ciclo informacional, desde a fase de construção até a comunicação e o uso (Le Coadic, 2004). Considerando especificamente a etapa de construção da informação no contexto da produção do conhecimento científico, conforme argumenta o autor, compreende-se que esse profissional pode também atuar no processo de editoração (Souza, 2017).

Segundo Farias, Lima e Santos (2018), a inserção do bibliotecário no mercado editorial é constatada sobretudo em periódicos científicos e em editoras comerciais e universitárias. A partir das experiências relatadas pelos autores, verificou-se que a presença desses profissionais ainda é reduzida nesse segmento. Tal situação pode estar relacionada ao desconhecimento, por parte do mercado editorial, das múltiplas competências adquiridas ao longo da formação em Biblioteconomia, as quais poderiam representar um diferencial significativo para empresas e instituições editoriais.

Refletir sobre o mercado editorial implica reconhecê-lo como um nicho profissional emergente capaz de ampliar o leque de oportunidades disponíveis ao bibliotecário. Nessa perspectiva, sua inserção em equipes editoriais configura-se como um campo de atuação em que se pode mobilizar suas competências técnicas, ainda que, muitas vezes, sua participação se restrinja à atividade de normalização (Maimone; Tálamo, 2008).

A atividade normalização constitui um conjunto de práticas voltadas à padronização da produção científica, assegurando que as informações registradas em diferentes suportes tecnológicos sejam comunicadas de maneira clara, uniforme e eficiente. Para além de sua função comunicativa, a normalização também contribui para a otimização do fluxo informacional, favorecendo a organização, a disseminação e o acesso ao conhecimento em distintos canais, recursos e sistemas de informação (Associação [...], 2025).

A adoção de práticas normativas, em termos gerais, configura-se como um mecanismo de controle destinado a propiciar segurança, confiabilidade e padronização no uso de produtos, serviços e processos. A ausência de normas resultaria, muito provavelmente, em um cenário desordenado marcado por instabilidade e inconsistências. Nesse sentido, a normalização tem como objetivo central promover a uniformidade das informações para evitar sua dispersão e desarticulação.

A atuação do bibliotecário nas equipes editoriais não se restringe à normalização, abrangendo um conjunto amplo de atividades técnicas e informacionais que o posiciona como profissional indispensável nas práticas editoriais.

O processo de normalização de uma obra abrange um conjunto de etapas que envolvem a definição e a organização de seus elementos estruturais, contemplando tanto a parte externa quanto a interna, que inclui os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. A normalização desses componentes assegura a padronização formal do livro, favorecendo sua consistência estrutural e a qualidade da publicação. Nesse contexto, a seção 4.1 abordará a estrutura de um livro, com o objetivo de ampliar a compreensão acerca da importância da atuação do bibliotecário nesse processo. Contudo, as atividades do bibliotecário estendem-se também às etapas de registro do livro, catalogação na publicação, revisão de provas, cumprimento do depósito legal, organização do acervo, distribuição de exemplares, entre outras, que serão abordadas nas próximas seções.

4.1 A estrutura de um livro

A estrutura de um livro é composta por um conjunto de elementos textuais e gráficos que cumprem funções específicas na organização da obra, assegurando tanto a legibilidade quanto a padronização editorial. A parte externa compreende componentes como sobrecapa, capa, folhas de guarda, lombada e orelhas. Já os elementos internos subdividem-se em pré-textuais, textuais e pós-textuais (Martins Filho, 2023; Associação [...], 2023).

Os pré-textuais correspondem às seções que antecedem o conteúdo principal, tais como folha de rosto, dedicatória, epígrafe, entre outros. Os textuais constituem o núcleo da obra, abrangendo o prefácio e o corpo do texto, no qual se inserem citações e notas de rodapé. Por fim, os pós-textuais incluem seções complementares e de apoio, como referências, glossário, apêndices e anexos (Martins Filho, 2023; Associação [...], 2023).

A parte externa de um livro é formada por sobrecapa, capa, primeira, segunda e terceira capas, quarta capa (ou contracapa), folhas de guarda e orelhas. A sobrecapa é considerada um elemento opcional e, quando presente, deve incluir a primeira e a quarta capas, podendo também conter orelhas (Associação [...], 2023).

A capa, em contrapartida, constitui elemento obrigatório e deve apresentar, de forma explícita, o nome do autor, o título e o subtítulo por extenso, bem como a identificação da editora e/ou sua logomarca. Recomenda-se que na capa sejam indicados a edição, o local (cidade) e o ano de publicação. A segunda e a terceira capas não devem conter material publicitário, de modo a preservar sua função de resguardar a estrutura do livro. A quarta capa ou contracapa deve incluir obrigatoriamente o número internacional normalizado do livro (ISBN) e o código de barras, podendo ainda trazer o resumo da obra e os dados de contato da editora (Associação [...], 2023).

Figura 3 – Capas e Sobrecapa



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Nota: Quarta capa e primeira capa, respectivamente. Abaixo, a sobrecapa. Ilustração do livro *O código endiabrado*, publicado pela Eduff.

As folhas de guarda são de caráter obrigatório apenas em publicações com encadernação em capa dura, não sendo permitido que apresentem qualquer tipo de texto. Por sua vez, a lombada, também denominada dorso, é um elemento obrigatório que reúne as margens internas ou dobras das folhas, independentemente do método de encadernação (costura, grampeamento, colagem ou outro), devendo conter o título da obra, o nome do autor, a logomarca da editora e, quando existente, a indicação do número do volume e do ano de publicação (Associação [...], 2023).

Já as orelhas configuram-se elementos opcionais, geralmente destinadas à

apresentação biográfica do autor e à inclusão de comentários analíticos sobre o conteúdo, podendo ainda fornecer informações adicionais que contribuam para a contextualização do material (Associação [...], 2023)

Figura 4 – Orelha e Folha de Guarda



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Em uma obra impressa, é fundamental compreender a distinção entre os elementos estruturais que a compõem, especialmente no que se refere às capas. É importante destacar a diferença entre a segunda e a terceira capas e as folhas de guarda, elementos que frequentemente causam confusão.

A segunda capa corresponde ao verso da capa frontal, ou seja, à face interna da capa anterior. Já a terceira capa designa o verso da contracapa, isto é, a parte interna da capa posterior. As folhas de guarda, por sua vez, possuem natureza física e estrutural distinta. São folhas confeccionadas em papel de gramatura geralmente superior, coladas parcialmente à segunda e à terceira capas. Sua principal função é unir o miolo do livro à capa, conferindo resistência mecânica e acabamento estético à encadernação.

Quanto ao tipo de encadernação, a brochura (também denominada *paperback*) caracteriza-se pela capa flexível, confeccionada em papel cartão e colada diretamente ao dorso do miolo. É o modelo mais comum em obras de circulação acadêmica e comercial,

devido ao menor custo e à leveza. Nesse formato, as segundas e terceiras capas são simples extensões da própria capa, impressas no mesmo material, e as guardas podem ser suprimidas ou substituídas por páginas iniciais e finais do próprio miolo.

Em contrapartida, a capa dura (*hardcover*) utiliza uma estrutura rígida, geralmente composta por papelão revestido por material impresso ou tecido, ao qual o miolo é fixado por meio das folhas de guarda. Nesse tipo de encadernação, as guardas são indispensáveis, pois cumprem a função de colar e reforçar a junção entre a capa e o bloco de folhas, além de proporcionar acabamento visual de maior sofisticação e durabilidade.

A distinção entre segunda capa, terceira capa e folhas de guarda está diretamente relacionada à função e ao tipo de encadernação. Enquanto as duas primeiras integram o design interno das capas, as guardas constituem um elemento estrutural essencial à fixação e à conservação do volume, sendo particularmente relevantes em obras de capa dura.

4.1.2 Elementos pré-textuais

Os elementos pré-textuais correspondem às partes que antecedem o conteúdo principal da obra. Em muitos originais encaminhados às editoras, costuma-se apresentar apenas o nome do autor e o título, sem contemplar as demais páginas iniciais que integram essa seção, as quais, no entanto, constituem parte indispensável da estrutura do livro. Ao se iniciar a produção de um original, deve-se, na primeira etapa, complementá-lo mediante a inserção dessas páginas (Martins Filho, 2023; Associação [...], 2023).

A parte pré-textual compõe-se de elementos obrigatórios e opcionais. Dentre os componentes obrigatórios de um livro, destacam-se: a folha de rosto ou frontispício e o sumário. Já os elementos opcionais incluem: a falsa folha de rosto ou anterrosto, folhas de guarda, errata, dedicatória, epígrafe, agradecimentos, bem como as listas (de ilustrações, tabelas, abreviaturas e siglas) (Martins Filho, 2023; Associação [...], 2023).

As folhas de guarda correspondem a cada uma das folhas, geralmente sem impressão, posicionadas no início e no final do livro. Dependendo do projeto gráfico, podem receber tratamento especial, sendo mais comumente utilizadas em publicações de capa dura (Martins Filho, 2023). De acordo com a ABNT NBR 6029/2023, as folhas de guarda são definidas como “folhas dobradas ao meio e coladas no começo e no fim do livro, para prender o miolo às capas duras”.

A falsa folha de rosto, também denominada olho ou anterrosto, é um elemento

opcional que deve apresentar, em seu anverso, o título completo da obra e, em seu verso, informações referentes à série a que o livro pertence, quando houver (Associação [...], 2023). Trata-se da primeira página do livro em que aparece algum texto impresso e que, segundo Martins Filho (2023, p. 39), “o motivo de sua existência é pouco conhecido, mas o fato de apresentar muito espaço em branco faz dela o lugar ideal para as dedicatórias dos escritores nos lançamentos”.

A folha de rosto, elemento obrigatório, é considerada a folha nobre do livro e deve conter, em seu anverso, os dados essenciais para a identificação do livro, incluindo o nome do autor, do coordenador ou do organizador, seguido da indicação do tipo de participação. O título e o subtítulo, quando houver, devem ser diferenciados tipograficamente. Devem ainda ser indicados, quando existentes, tradutores e ilustradores, bem como a edição e a numeração do volume. Por fim, informações referentes ao nome da editora, ao local de publicação e ao ano devem ser apresentadas de forma clara e precisa, garantindo a completa identificação da obra. No verso da folha de rosto devem constar as informações relativas aos direitos autorais, incluindo o símbolo de copyright (©), o ano de formalização do contrato de direitos autorais e o titular desses direitos. Devem ser indicados, ainda, os direitos de reprodução da obra, bem como quaisquer autorizações concedidas para a reprodução de seu conteúdo (Martins Filho, 2016; Associação [...], 2023). É fundamental que o bibliotecário esteja familiarizado com a legislação vigente, a Lei nº 9.610/1998, que dispõe sobre direitos autorais, bem como sobre as licenças *Creative Commons*.

O bibliotecário também deve possuir o domínio sobre a utilização dessas licenças. As licenças *Creative Commons* constituem modalidades de licenças abertas que permitem que os autores liberem parte de seus direitos e estabeleçam condições específicas para o uso de suas obras. Algumas dessas licenças permitem copiar, distribuir e adaptar a obra desde que o autor seja devidamente creditado, enquanto outras exigem que qualquer obra derivada seja compartilhada sob a mesma licença. Existem ainda licenças que permitem apenas a distribuição sem modificações ou que restringem o uso a fins não comerciais. A combinação dessas condições de uso da obra resulta em diferentes níveis de permissão e restrição, sendo possível encontrar licenças mais permissivas, como as que exigem apenas a atribuição do autor, e as mais restritivas, que limitam tanto o uso comercial quanto a realização de alterações na obra (Creative Commons, 2025).

Ainda no verso da folha de rosto devem constar, quando aplicáveis, o título original da obra em caso de tradução, as informações sobre outros tipos de suporte

disponíveis e os dados de identificação da editora, assim como os créditos e os dados internacionais de catalogação da publicação elaborados em conformidade com o código de catalogação vigente. Abaixo da ficha catalográfica, devem ser indicados o nome e o número de registro no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) do bibliotecário responsável pela catalogação (Associação [...], 2023).

No processo de normalização, o bibliotecário deve assegurar não apenas a padronização dos elementos obrigatórios da obra, mas também a correta organização dos componentes opcionais que compreendem, sequencialmente, a errata, a dedicatória, os agradecimentos, a epígrafe e as listas, observando rigorosamente essa disposição. Esses elementos, ainda que não obrigatórios, exercem papel importante na apresentação e completude do livro, razão pela qual sua disposição deve obedecer a critérios previamente estabelecidos pelas normas técnicas.

A errata consiste em uma lista que indica as páginas e linhas em que ocorrem erros e deve ser acompanhada das respectivas correções. A epígrafe é um texto no qual o autor apresenta uma citação, seguida da indicação de autoria, que se relaciona com a temática abordada no corpo do trabalho. A dedicatória constitui o espaço em que o autor presta homenagem ou dedica a obra a alguém. Por fim, as listas devem ser elaboradas de acordo com a ordem apresentada na publicação, contendo cada item designado por seu nome específico, seguido de travessão, título e respectivo número da página (Associação [...], 2023).

4.1.3 Elementos textuais

As partes textuais correspondem aos elementos que constituem o corpo do livro, isto é, o texto da obra propriamente dito, que pode ser estruturado em grandes seções ou subdividido em seções menores. A organização visual dessas divisões deve seguir um padrão normativo que possibilite a distinção clara entre as diferentes partes do texto. Tais diretrizes encontram-se estabelecidas na norma ABNT NBR 6024, relativa à numeração progressiva das seções.

A hierarquização dessas seções é definida em primária, secundária, terciária, quaternária e quinária, e possibilita ao leitor compreender a relação entre as partes do texto e o grau de aprofundamento da matéria apresentada. Desse modo, cabe ao bibliotecário verificar se a estruturação das seções cumpre os seguintes critérios:

- a) utilização de algarismos arábicos na numeração;

- b) limitação da numeração progressiva até a seção quinária;
- c) apresentação do título das seções (primárias, secundárias, terciárias, quaternárias e quinárias) após o indicativo numérico alinhado à margem esquerda e separado por um espaço, com o início do texto em linha subsequente;
- d) vedação do uso de ponto, hífen, travessão, parênteses ou qualquer outro sinal entre o indicativo da seção e seu título;
- e) obrigatoriedade de que todas as seções contenham o texto correspondente;
- f) indicativo das seções primárias grafado em números inteiros, iniciando-se a partir do número 1;
- g) indicativo das seções secundárias formado pelo número da seção primária a que pertence seguido do número sequencial atribuído ao assunto, separados por ponto (Associação [...], 2012, p. 2-3).

As alíneas, entendidas como subdivisões de uma seção de um documento, devem obedecer aos seguintes critérios:

- a) os diversos assuntos que não possuam título próprio, dentro de uma mesma seção, devem ser subdivididos em alíneas;
- b) o texto que antecede as alíneas termina em dois-pontos;
- c) as alíneas devem ser indicadas alfabeticamente com letra minúscula seguida de parêntese. Utilizam-se letras dobradas, quando esgotadas as letras do alfabeto;
- d) as letras indicativas das alíneas devem apresentar recuo em relação à margem esquerda;
- e) o texto da alínea deve começar com letra minúscula e terminar com ponto e vírgula, exceto a última alínea, que termina com ponto final;
- f) o texto da alínea deve terminar com dois-pontos, se houver subalínea;
- g) a segunda e as seguintes linhas do texto da alínea começam sob a primeira letra do texto da própria alínea (Associação [...], 2012, p. 3).

Na seção dos elementos textuais, insere-se a apresentação e/ou o prefácio, caracterizados como um texto de esclarecimento, justificativa ou comentário, geralmente redigido por pessoa distinta do autor. Quando elaborado pelo próprio autor, recebe a denominação de apresentação. Trata-se de um elemento opcional que deve iniciar-se na página ímpar, sem indicativo de seção, e conter o mesmo padrão tipográfico reservado às seções primárias. Em reedições, caso haja novo um prefácio, este deve anteceder os

prefácios passados, os quais devem ser apresentados em ordem cronológica inversa, ou seja, do mais recente para o mais antigo, com a indicação, no título, da edição correspondente (Associação [...], 2023).

É relevante observar que não há consenso na literatura especializada de livros quanto à classificação do prefácio como elemento textual ou pré-textual. Autores como Martins Filho, em *Manual de Editoração e Estilo*, e Emanuel Araújo, em *A construção do livro*, situam o prefácio entre os elementos pré-textuais. Contudo, a ABNT NBR 6029, que regulamenta a *apresentação de livros e folhetos*, o define como o primeiro elemento textual. Para fins desta dissertação, adota-se a perspectiva normativa, que considera o prefácio como parte integrante da seção textual.

No estágio de análise do texto, o bibliotecário procede a uma avaliação minuciosa das diferentes dimensões que o compõem. Nesse processo, são examinados elementos como citações (diretas e indiretas), notas de rodapé, ilustrações, tabelas, gráficos e demais componentes que integram a publicação. É realizada, ainda, uma leitura criteriosa para identificar e verificar as citações, conferindo a exatidão das transcrições, a indicação de autoria e paginação, bem como sua correspondência com a lista de referências. Tal exame assegura a conformidade da coerência e da padronização das informações com as normas técnicas vigentes, notadamente a ABNT NBR 10520 (citações), de forma a promover a uniformização necessária para a adequada apresentação do material.

No caso das citações diretas com até três linhas, estas devem ser transcritas entre aspas, mantendo-se o mesmo corpo de letra do texto. Já as citações diretas com mais de três linhas devem ser destacadas em parágrafo próprio, com recomendação de recuo de 4 cm em relação à margem esquerda, corpo de letra menor que o do texto principal, espaçamento simples e sem o uso de aspas, conforme preveem as normas da ABNT. Ressalte-se, ainda, a necessidade de se atentar para a correta pontuação da citação, de modo que o ponto final encerre a frase e não a citação (Associação [...], 2023).

Para enfatizar trechos de uma citação direta, recomenda-se o uso de recursos gráficos como negrito e itálico acompanhados das expressões “grifo nosso” ou “grifo do autor” inseridas ao final da chamada da citação. Da mesma forma, quando houver tradução de um trecho de obra consultada, deve-se indicar essa intervenção por meio das expressões “tradução nossa” ou “tradução do autor”, também registradas como último elemento da chamada da citação, para garantir transparência e fidedignidade na utilização da fonte (Associação [...], 2023).

Nessa etapa, torna-se igualmente necessário verificar a correta aplicação do

sistema de chamada adotado pelo autor, seja o sistema autor-data, seja o sistema numérico, de modo a assegurar que cada citação esteja acompanhada de sua devida autoria, ano de publicação e, quando pertinente, número da página. Deve-se, ainda, se atentar para o uso dos colchetes, nos casos de supressões, interpolações, acréscimos ou comentários, e para o emprego correto de parênteses e da pontuação. Outro aspecto relevante refere-se ao uso das expressões latinas, como *apud*, que significa “junto a” ou “citado por” e deve ser utilizado exclusivamente em situações de citação de citação, conforme prevê a norma ABNT NBR 10520 (Associação [...], 2023).

A expressão latina *et al.*, abreviação de *et alii*, significa “e outros” e deve ser empregada em citações de obras com quatro ou mais autores. A expressão deve ser grafada em destaque tipográfico itálico, de modo a preservar sua forma original em latim. Do mesmo, é indispensável verificar a ocorrência de citações de autores que possuam o mesmo sobrenome e obras publicadas no mesmo ano. Nesses casos, deve-se acrescentar as iniciais dos prenomes para diferenciá-los; persistindo a coincidência nos sobrenomes, os prenomes devem ser indicados por extenso. Em situações em que um mesmo autor tenha publicado diversos documentos no mesmo ano, deve-se distinguir esses documentos com o acréscimo de letras minúsculas em ordem alfabética, imediatamente após a data, e sem espaçamento, em consonância com a lista de referências (Associação [...], 2023).

No caso de autoria institucional, é essencial que o bibliotecário conheça a forma adequada de apresentação, atentando-se para a grafia por extenso ou pelo uso da sigla. Como exemplo, observa-se que o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é identificado pela sigla IBGE, enquanto a ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas, deve ser apresentada por extenso. Para garantir uniformidade e padronização na atribuição da autoria, recomenda-se a consulta ao terminal da Biblioteca Nacional, no campo “Autoridades”, onde é possível verificar a forma correta a ser adotada.

No sistema numérico de chamadas, a fonte consultada deve ser indicada por numeração consecutiva, em algarismos arábicos, remetendo diretamente à lista de referências disposta ao final do documento, do capítulo ou da seção, na mesma ordem em que as citações aparecem no texto. Ressalte-se que essa numeração não deve ser reiniciada a cada página, devendo manter-se contínua ao longo de todo o trabalho (Associação [...], 2023).

Outro aspecto relevante a ser verificado no processo de normalização refere-se às notas inseridas ao longo do texto. Segundo a ABNT NBR 10520, tais notas correspondem

a “indicações, observações ou aditamentos ao texto, feitos pelo autor, tradutor ou editor” (Associação [...], 2023, p. 2).

A norma estabelece que as notas devem ser indicadas no corpo do texto por números arábicos em ordem sequencial e podem ser dispostas no rodapé, nas margens da mancha gráfica ou ao final do documento.

Quando dispostas no rodapé da página ou ao final do documento, as notas devem obedecer a critérios específicos de formatação. O seu alinhamento deve iniciar-se a partir da segunda linha da mesma nota, posicionada logo abaixo da primeira letra da palavra inicial, de forma a destacar o expoente, sem espaçamento entre ambos, e a sua fonte deve ter o corpo reduzido em relação ao texto principal. Em termos de tipologia, tais notas podem ser classificadas em dois grupos: notas de referências e notas explicativas (Associação [...], 2023).

As notas de referência têm a função de indicar a fonte consultada ou remeter a outras seções da própria obra em que o assunto é tratado. As notas explicativas, por sua vez, destinam-se a incluir comentários, esclarecimentos ou explanações que, por questões de fluidez ou economia textual, não podem ser inseridos diretamente no corpo do texto. Ambas devem seguir uma numeração consecutiva e ser iniciadas a cada capítulo ou parte, e não a cada página, de modo a manter a coerência e a padronização da obra. A norma recomenda que não se utilizem, simultaneamente, nota explicativa e nota de referência (Associação [...], 2023).

Nesse contexto, cabe ao bibliotecário verificar se o autor fez uso adequado das notas, observando tanto sua correta aplicação quanto o emprego apropriado das expressões latinas utilizadas nas notas de referência. Essa conferência é indispensável para assegurar a conformidade com os padrões técnicos e a uniformidade da apresentação das informações, elementos essenciais à qualidade da produção acadêmica. Dentre as expressões latinas utilizadas em notas de referência, destacam-se: *idem*, *ibidem*, *opus citatum*, *loco citato*, *passim*, *confer*, *sequentia* e *apud* (Associação [...], 2023).

A expressão *idem*, que significa “o mesmo”, é empregada para evitar a repetição do nome do autor, sinalizando que se trata da mesma autoria mencionada anteriormente, mas em obra distinta. Seu uso é restrito a casos em que a referência imediatamente anterior corresponde ao mesmo autor, mas não ao mesmo documento. Nesses casos, a indicação deve aparecer sob a forma abreviada *id.* seguida do ano da publicação e, quando pertinente, do número da página ou da localização específica consultada (Associação [...], 2023).

Já a expressão *ibidem* significa “no mesmo lugar”, e é utilizada para indicar que a mesma obra, imediatamente à anterior, está sendo novamente citada, tratando-se, portanto, do mesmo autor e do mesmo documento. Essa prática evita repetições desnecessárias e confere maior concisão às notas. A forma de apresentação deve ser feita pela abreviatura *ibid.* acompanhada, quando pertinente, da indicação da página ou da localização específica consultada (Associação [...], 2023).

A expressão *opus citatum*, traduzida como “obra citada”, é usada quando se faz referência à mesma obra, mas em citações que não foram apresentadas de forma subsequente. A nota deve apresentar o sobrenome do autor, seguido da abreviatura *op. cit.* e, quando necessário, do número da página ou da localização específica consultada. No entanto, a expressão *Opus citatum* não pode ser usada quando houver duas obras diferentes do mesmo autor na mesma página (Associação [...], 2023).

Em contrapartida, a expressão *loco citato*, cujo significado é “no lugar citado”, é adotada quando se deseja remeter a uma fonte e à mesma localização específica já mencionadas anteriormente, mas que não aparecem de forma consecutiva no texto. Desse modo, a nota deve ser apresentada pelo sobrenome do autor, seguido da abreviatura *loc. cit.* (Associação [...], 2023).

Compete ao bibliotecário possuir a expertise necessária para distinguir entre as expressões *opus citatum* e *loco citatum*, cuja utilização é, por vezes, realizada de maneira equivocada pelos autores. A abreviatura *op. cit.* deve ser empregada para remeter a uma obra anteriormente mencionada, dispensando a repetição completa dos dados bibliográficos e sem a necessidade de indicar a localização exata do trecho consultado. Por sua vez, a abreviatura *loc. cit.* refere-se especificamente ao mesmo trecho, página ou seção de uma obra já citada, isto é, à localização precisa dentro da fonte previamente mencionada.

A expressão *conferre*, traduzida como “confira” ou “confronte”, é aplicada quando se deseja orientar o leitor a consultar outras obras ou fontes, de modo a estabelecer comparações ou contrapontos em relação ao conteúdo apresentado. Trata-se, portanto, de uma indicação de caráter sugestivo que amplia as possibilidades de análise crítica e de verificação das informações. Emprega-se a abreviatura *cf.* seguida do sobrenome do autor, do ano da publicação e, quando houver, da página ou localização específica consultada (Associação [...], 2023).

Outra expressão utilizada é *sequentia*, que significa “seguinte” ou “o que se segue” e indica não apenas a página mencionada, mas também as páginas subsequentes

da obra consultada. Essa forma de citação tem a finalidade de abranger uma sequência contínua de trechos relevantes, sem a necessidade de listar individualmente todas as páginas. A sua indicação deve ser realizada pelo sobrenome do autor seguido do ano da publicação, da página inicial consultada e da abreviatura *et seq.* (Associação [...], 2023).

Por fim, a expressão *apud*, já amplamente consolidada no uso acadêmico, deve ser empregada para indicar citação de citação, ou seja, quando o autor não teve acesso direto à obra original e a conhece apenas por intermédio de outra fonte. Diferentemente das demais expressões latinas, *apud* pode ser utilizado tanto em notas de referência quanto no texto. A forma de registro deve apresentar a autoria e o ano da obra citados seguidos da expressão *apud* e, na sequência, a autoria, o ano e, quando pertinente, a página da fonte efetivamente consultada (Associação [...], 2023).

Ao longo da normalização do texto, é imprescindível que o bibliotecário zele pelo uso rigoroso e padronizado das siglas. De acordo com a norma vigente, a primeira ocorrência deve apresentar a forma completa do termo seguida de sua respectiva sigla entre parênteses (Associação [...], 2025). Além disso, recomenda-se a observância das regras de grafia: siglas com até três letras devem ser redigidas integralmente em maiúsculas; aquelas cujas letras são soletradas, como BNDES, também mantêm a grafia em letras maiúsculas.

Quando apresenta mais de três letras e é pronunciada como palavra, a sigla deve ser grafada com iniciais maiúsculas e demais letras minúsculas, como Detran. Nos casos em que parte da sigla é soletrada e parte é pronunciável, aplica-se a distinção entre maiúsculas e minúsculas, de modo que as letras soletradas permaneçam em maiúsculas e a parte pronunciável em minúsculas, a exemplo de ICMBio (Senado Federal, 2025).

No que concerne às normas de apresentação de ilustrações, cabe ao bibliotecário assegurar sua utilização de forma adequada e em conformidade com os padrões normativos estabelecidos. Para isso, ele deve observar rigorosamente determinadas diretrizes, independentemente de sua tipologia como: desenho, esquema, fluxograma, fotografia, gráfico, mapa, organograma, planta, quadro, retrato, figura ou imagem. Cada ilustração deve ser identificada pela palavra designativa correspondente, acompanhada de numeração sequencial em algarismos arábicos, seguida de travessão e, por fim, de seu respectivo título (Associação [...], 2023).

Após a inserção da ilustração, torna-se imprescindível a indicação, em sua parte inferior, da fonte consultada, requisito de caráter obrigatório mesmo quando a produção for de autoria própria. Além disso, devem ser incluídas a legenda, eventuais notas

explicativas e outras informações que contribuam para a adequada compreensão do conteúdo representado. Convém destacar, ainda, que a ilustração deve ser obrigatoriamente mencionada no corpo do texto e posicionada o mais próximo possível do trecho ao qual se refere, a fim de assegurar a clareza, a coerência e a integridade da exposição (Associação [...], 2023).

Ademais, faz-se necessário observar os aspectos normativos que regulam a utilização de tabelas e quadros, elementos gráficos cuja aplicação, não raro, carece da devida atenção por parte dos autores. A principal distinção entre ambos reside tanto na natureza das informações apresentadas quanto em sua formatação. As tabelas são destinadas à organização de dados numéricos, frequentemente associados a análises estatísticas, e apresentam como característica estrutural a ausência de fechamento das bordas laterais. Os quadros, por sua vez, têm como finalidade a exposição de informações predominantemente textuais, geralmente dispostas em linhas e colunas, sendo definidos pelo fechamento completo de suas bordas (Associação [...], 2023; IBGE, 1993).

Nos casos em que a obra contenha fórmulas e equações, tais expressões devem ser apresentadas de forma destacada, de modo a favorecer a clareza, a legibilidade e a fluidez da leitura. Quando pertinente, recomenda-se sua numeração sequencial entre parênteses, alinhada à margem direita, em conformidade com as orientações normativas, além de outras diretrizes complementares previstas (Associação [...], 2023).

4.1.4 Elementos pós-textuais

Os elementos pós-textuais constituem a parte complementar da obra e possuem relevância significativa, sobretudo em publicações de caráter acadêmico. Essas seções devem ser organizadas de acordo com as demandas decorrentes do conteúdo do livro e apresentadas ao final da obra, em conformidade com a ABNT NBR 6029, que estabelece a seguinte ordem de apresentação dos elementos pós-textuais: posfácio, referências, glossário, apêndice, anexo, índice e colofão (Associação [...], 2023).

O posfácio caracteriza-se como um texto de natureza informativa ou explicativa, inserido após a conclusão do trabalho, com a finalidade de complementar ou reinterpretar o conteúdo previamente exposto. Pode ser redigido pelo próprio autor ou por terceiros, com o propósito de reforçar, esclarecer ou ampliar ideias, tópicos ou partes abordadas na obra. Trata-se de um elemento pouco comum em primeiras edições, sendo sua inclusão

justificada quando o livro já estiver composto e houver a necessidade de acrescentar informações adicionais (Martins Filho, 2023; Associação [...], 2023).

As referências, por sua vez, configuram-se como uma das etapas mais complexas do trabalho do bibliotecário, uma vez que, com frequência, os autores apresentam listagens incompletas ou de difícil localização. Desse modo, compete ao bibliotecário adequá-las às normas estabelecidas pela editora, a qual pode adotar a ABNT NBR 6023, o estilo Vancouver ou a normativa APA (*American Psychological Association*), assegurando a padronização e a consistência do material publicado. Tais referências podem ser apresentadas em notas de rodapé, ou organizadas em lista própria disposta ao final do livro ou ao término de cada capítulo.

Segundo a ABNT NBR 6023, norma mais utilizada para a elaboração de referências, os elementos essenciais e complementares que as compõem devem ser apresentados em sequência padronizada, de modo a assegurar consistência e uniformidade na apresentação (Associação [...], 2025). É prerrogativa do bibliotecário analisar e, quando necessário, reestruturar cada referência em conformidade com as diretrizes normativas. Dentre os aspectos a serem observados, destacam-se: elaboração em espaço simples, alinhamento à margem esquerda e separação entre referências por uma linha em branco. Quando as referências foram apresentadas em notas de rodapé, o recuo, a partir da segunda linha, deve iniciar abaixo da primeira letra da primeira palavra.

Além disso, é fundamental preservar a uniformidade da pontuação, de forma que os elementos essenciais representem com exatidão os dados do documento referenciado. No caso de documentos online, devem ser acrescentados o endereço eletrônico precedido da expressão “disponível em:”, e a data de acesso precedida da expressão “acesso em:”. Cumpre ainda observar a padronização do recurso tipográfico empregado para destacar o título ou outro elemento da referência, em conformidade com as normas aplicáveis (Associação [...], 2025).

No caso de artigos de periódicos, devem constar os nomes dos autores em ordem direta, o título do artigo em destaque seguido do título do periódico, local de publicação, volume, número, páginas inicial e final, bem como a data. Para capítulos de livros, a norma prescreve a indicação dos autores do capítulo, o título correspondente seguido das informações do responsável pela obra, como autor ou organizador, título do livro em destaque, edição, local, editora, ano e a extensão das páginas. Em relação à jurisprudência, devem ser mencionados o órgão julgador, o tipo e número do processo ou recurso, as partes envolvidas, o relator, a localidade e a data, além da fonte de publicação ou meio

eletrônico de acesso. De forma geral, a norma também define que os títulos das obras sejam destacados em itálico e os meses e localidades sejam abreviados de forma padronizada (Associação [...], 2025).

A ABNT NBR 6023 é uma normativa extensa que contempla uma variedade de situações específicas relacionadas à elaboração de referências. Abrange desde regras gerais, até diretrizes aplicáveis a casos particulares, e é repleta de particularidades e exceções, razão pela qual não pode ser detalhada em sua totalidade nesta seção. Dada a complexidade de seus dispositivos, não se espera que o bibliotecário memorize essa norma por completo, mas sim desenvolva a competência de consultá-la sempre que necessário e aplicar corretamente suas orientações às diversas situações que envolvem a elaboração de referências.

O glossário configura-se como uma lista que reúne termos, expressões ou conceitos técnicos, especializados ou de uso pouco comum, acompanhados de suas respectivas definições ou explicações. Sua finalidade principal é favorecer a compreensão do leitor, constituindo um instrumento de consulta rápida destinado a elucidar palavras ou conceitos empregados ao longo do texto (Associação [...], 2023).

No que se refere a anexos e apêndices, constata-se, com frequência, certa confusão por parte dos autores quanto à sua correta aplicabilidade. A distinção fundamental entre esses elementos relaciona-se à autoria do material complementar: os apêndices correspondem a documentos elaborados pelo próprio autor, com a finalidade de ampliar ou aprofundar a argumentação desenvolvida no trabalho, ao passo que os anexos consistem em documentos não produzidos pelo autor, mas incorporados ao texto como suporte ou ilustração (Associação [...], 2023).

O índice configura-se como uma relação de palavras ou expressões organizadas segundo critérios preestabelecidos, cuja finalidade é orientar o leitor na localização das informações contidas no texto. Sua abrangência deve contemplar não apenas os conteúdos principais da obra, mas também elementos complementares, como notas explicativas, apêndices e anexos (Associação [...], 2023).

Em publicações que apresentam índice, fica a cargo do bibliotecário refazê-lo, uma vez que, durante o processo de diagramação, a numeração das páginas pode ser alterada. Trata-se, portanto, de uma atividade complexa e minuciosa que requer atenção e rigor por parte do bibliotecário, a fim de assegurar a precisão e a efetividade desse instrumento de consulta.

O colofão, por fim, deve ser inserido na última folha do miolo da obra, na qual devem constar as especificações gráficas da publicação. Nos casos em que a composição e a impressão sejam realizadas por mais de um estabelecimento, é necessário registrar os dados de todos os responsáveis pelo processo. O colofão, dessa forma, desempenha a função de registro documental da produção editorial e possibilita a transparência nas etapas de fabricação do livro e a rastreabilidade da obra (Associação [...], 2023).

Nas seções subsequentes, de 4.2 a 4.6, serão apresentadas as atividades inerentes à atuação do bibliotecário em editoras universitárias. Essas atividades ilustram a relevância do bibliotecário no processo editorial, mas não necessariamente refletem que todos os bibliotecários exerçam tais atividades, uma vez que sua atuação pode variar conforme a estrutura e as políticas institucionais de cada editora.

4.2 Catalogação na fonte

A catalogação na fonte, internacionalmente conhecida como *Cataloging in Publication* (CIP), consiste na elaboração da ficha catalográfica de uma obra e é considerada pela Política Nacional do Livro (Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003) requisito obrigatório no processo de editoração. Trata-se de uma atividade de caráter intelectual, cuja execução é prerrogativa exclusiva dos bibliotecários, conforme dispõe a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que regulamenta o exercício da profissão no Brasil.

O art. 6º dessa lei estabelece como atribuições dos bacharéis em Biblioteconomia a organização, direção e execução de serviços técnicos, abrangendo, entre outras atividades, “a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos, livros raros e preciosos, mapotecas, publicações oficiais e seriadas, além da elaboração de bibliografias e trabalhos de referência” (Brasil, 1962). Ademais, a Resolução nº 184/2017 do Conselho Federal de Biblioteconomia dispõe que:

os documentos referentes ao campo de ação profissional do bibliotecário só terão validade quando assinados por Bibliotecário devidamente registrado no Conselho Regional. É obrigatório que conste o número de registro no CRB do bibliotecário abaixo das fichas catalográficas de publicações de quaisquer natureza e trabalhos acadêmicos (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2017).

A ficha catalográfica constitui um registro bibliográfico estruturado que reúne informações essenciais à identificação, recuperação e localização de uma obra. Sua elaboração fundamenta-se nas normas do *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR2),

bem como em outros instrumentos normativos, como a Classificação Decimal Universal (CDU), a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Tabela *Cutter-Sanborn*.

A elaboração da ficha catalográfica configura-se como uma atividade técnica e especializada, cujo objetivo é assegurar precisão e uniformidade no tratamento da informação. Para sua construção, o bibliotecário realiza um levantamento minucioso dos dados da obra coletados principalmente na folha de rosto e em outras partes preliminares ou complementares do trabalho.

Dentre os elementos contemplados, destacam-se: nome do autor ou organizador, título e subtítulo, local de publicação, editora, ano, número de páginas, extensão do item, presença de ilustrações, indicação de bibliografia, índices, número de ISBN, entre outras informações relevantes. Essa atividade transcende a mera transcrição de dados e se configura como um processo intelectual de análise e representação temática. Nesse contexto, o bibliotecário atribui termos que representam o conteúdo da obra, fundamentando-se em vocabulários controlados, como o Catálogo de Autoridades da Biblioteca Nacional, a fim de garantir uniformidade terminológica e padronização na recuperação da informação.

A falta de padronização na elaboração da ficha catalográfica, bem como a inadequada disposição de seus elementos descritivos, configura-se como problemas que comprometem a qualidade da catalogação. Essas inconsistências dificultam ou até inviabilizam a utilização dos registros pelas bibliotecas, prejudicando a integração das obras aos catálogos institucionais e aos sistemas de informação.

4.3 Emissão do ISBN

O ISBN (*International Standard Book Number* ou Padrão Internacional de Numeração de Livro) é equivalente a um número de identificação, como o RG, para livros e outras publicações monográficas, como artigos e apostilas. Ele é composto por uma sequência de 13 dígitos que codificam informações como o título, o autor, o país, a editora e a edição de uma obra. Em virtude dessa combinação, é possível individualizar e catalogar as informações particulares e específicas de cada uma das diversas publicações produzidas ao redor do planeta. Essa série numérica, reconhecida em mais de 200 países, permite o compartilhamento de metadados das obras em diferentes sistemas. Não obstante, a criação deste padrão representou um marco no mercado editorial, na medida em que otimizou os processos de produção, distribuição, análise de vendas e

armazenamento dos dados bibliográficos (Câmara Brasileira do Livro, 2024).

O ISBN tem como finalidade identificar, por meio de sua estrutura numérica, que o produto corresponde a um livro e, ainda especificamente, o país de publicação, a editora responsável, o título da obra e, por fim, o dígito verificador, que assegura a validade matemática do código. Trata-se de um elemento obrigatório que deve constar tanto na ficha catalográfica quanto no código de barras impresso na quarta capa da obra. Ademais, a Câmara Brasileira do Livro (CBL) disponibiliza serviços complementares, como o registro de direito autoral, a emissão de código de barras e a elaboração de fichas catalográficas, todos oferecidos mediante pagamento.

No Brasil, a emissão do ISBN é de responsabilidade da Câmara Brasileira do Livro (CBL), instituição que atua como Agência Brasileira do ISBN. A solicitação do registro é realizada integralmente de forma online, por meio do Portal de Serviços da CBL. Para tanto, o bibliotecário deve acessar o sistema utilizando suas credenciais de login e senha, e proceder ao preenchimento do formulário eletrônico com os dados bibliográficos da obra a ser publicada. No formulário, o bibliotecário deverá preencher as informações:

Dados da obra

- Titular do ISBN, como nome da Editora e o CNPJ
- Título e subtítulo da obra
- Tipo de obra: individual, coletiva ou série
- Idioma da publicação

Autoria

- Nome da autoria
- Atribuição: autor, organizador e etc
- País

Características

- Veiculação: digital ou físico
- Formato da obra: livro digital, áudio livro, aplicativo entre outros
- Extensão da obra: PDF, EPUB entre outros
- Tamanho do arquivo da obra
- Edição
- Ano
- Estado, Município e Cidade
- Coeditores

Classificação

- Qual o público a que se destina a obra: adulto, infantil, universitário entre outros
- Qual o assunto: atribuição do número de classificação a partir da CDD
- Palavras-chave
- Se a publicação possui acessórios: CD, revistas entre outros

- Se a publicação possui ISBNs Complementares

Sinopse

- Resumo breve e conciso do enredo do livro

É importante que o bibliotecário esteja atento aos fatores que implicam a necessidade de emissão de um novo ISBN. A CBL estabelece que a cada nova obra publicada é obrigatória a atribuição de um ISBN, assim como a cada nova edição ou a cada formato distinto. Dessa forma, mesmo quando se trata da mesma obra, mas em versões diferentes, como digital e impressa, é necessária a emissão de um ISBN específico para cada formato. Em outras palavras, cada nova obra, edição, formato ou publicação requer um ISBN próprio, a fim de garantir uma identificação precisa e exclusiva no mercado editorial.

No caso de reimpressões, não se faz necessária a atribuição de um novo ISBN, uma vez que se trata da reprodução do mesmo livro, cujo conteúdo ou formato não sofreram alterações significativas. Entre as situações que não demandam a emissão de um novo registro, estão: reimpressões puras e simples, em que as cópias são reproduzidas sem qualquer modificação textual; pequenas correções restritas a ajustes de digitação, ortografia ou pontuação; alterações na capa, como mudança de cor ou de elementos gráficos; e modificações tipográficas relativas ao tipo de letra ou à formatação do texto.

Por fim, nos casos em que há publicação conjunta ou coedição, cada editora participante deve solicitar o ISBN de sua respectiva obra, para assegurar a identificação de cada obra na versão que será publicada. Contudo, apenas uma das editoras será responsável pela elaboração da ficha catalográfica e pela geração do código de barras da obra, devendo constar na ficha os dois ISBNs correspondentes a cada instituição. Cabe ressaltar que o ISBN é válido indefinidamente e não expira, permanecendo vinculado à publicação ao longo de toda a sua existência (Câmara Brasileira do Livro, 2025).

4.4 Revisão de provas

Antes de imprimir múltiplas tiragens de uma mesma obra, a gráfica produz um exemplar denominado prova do livro, etapa em que se torna fundamental a atuação do bibliotecário para atestar a qualidade e a conformidade da publicação. Nesse momento, o profissional procede a uma análise minuciosa, verificando elementos como a primeira, segunda, terceira e quarta capa, a lombada, a folha de créditos, os dados da equipe e da comissão editorial, as informações institucionais da editora, o copyright, a folha de rosto,

a indicação do cumprimento do depósito legal, a conferência do ISBN, da ficha catalográfica, do código de barras, do colofão, bem como a exatidão da paginação, do sumário e demais detalhes técnicos.

Essa conferência não se limita a uma função meramente corretiva, mas configura-se como um procedimento estratégico que assegura a integridade da obra. Ao desempenhar essa etapa, o bibliotecário garante que o livro seja distribuído em conformidade com os requisitos legais e técnicos, possibilitando sua adequada identificação, indexação e posterior recuperação, além de preservar o padrão editorial estabelecido. Tal processo contribui, ainda, para a clareza e a compreensão por parte dos leitores, favorecendo uma leitura mais precisa e fluida. Após o aval do bibliotecário, a obra é encaminhada à impressão definitiva em tiragem ampliada.

4.5 Cumprimento do Depósito Legal

A Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, regulamenta o Depósito Legal de publicações na Biblioteca Nacional, com a finalidade de assegurar o registro e a guarda da produção intelectual do país. Esse mecanismo visa, ainda, possibilitar o controle bibliográfico, a elaboração e a divulgação da bibliografia brasileira corrente, bem como contribuir para a defesa e a preservação da língua e da cultura nacionais (Brasil, 2004).

O Depósito Legal consiste no envio obrigatório de, no mínimo, um exemplar de todas as publicações produzidas em território nacional, independentemente do meio ou processo de produção, destinadas à distribuição gratuita ou à comercialização. O envio deve ser realizado no prazo máximo de 30 dias após a publicação, cabendo ao editor e ao autor a responsabilidade de verificar o cumprimento dessa exigência legal. O não cumprimento poderá acarretar multa correspondente a até 100 (cem) vezes o valor da obra no mercado (Fundação Biblioteca Nacional, 2025).

4.6 Gestão da produção editorial

A gestão da produção editorial compreende não apenas o acompanhamento das etapas que conduzem à materialização da obra, mas também a organização sistemática do acervo da própria editora, no intuito de garantir a preservação da memória editorial. Inclui, ainda, outras ações, como o encaminhamento de exemplares para bibliotecas e instituições parceiras, a submissão da produção digital em repositórios institucionais, além da manutenção de registros internos que assegurem o controle e o acesso à produção

editorial. Tais práticas revelam a amplitude do processo, que vai além da publicação em si e envolve estratégias de difusão, preservação e valorização da produção intelectual.

A organização do acervo editorial constitui uma prática fundamental para a preservação da memória institucional e gestão eficiente da produção intelectual de uma editora. Em geral, as editoras mantêm um acervo próprio que reúne exemplares de todas as obras já publicadas, o que assegura não apenas a salvaguarda da história editorial, mas também a possibilidade de consultas internas ou demandas como uma reedição, coleções ou uma tradução.

Para que o acervo cumpra plenamente sua função, é indispensável a adoção de padrões de organização e controle, os quais podem variar conforme os recursos disponíveis e as políticas estabelecidas por cada instituição. Enquanto algumas editoras recorrem a métodos mais simples, como registros em planilhas, outras optam por sistemas informatizados de gestão que asseguram maior precisão, eficiência e facilidade de recuperação da informação. Nesse contexto, destaca-se a atuação do bibliotecário, cuja responsabilidade envolve o gerenciamento técnico do acervo editorial, especialmente nas atividades de indexação e catalogação, fundamentais para a padronização e o acesso eficiente às obras. Paralelamente, o bibliotecário também pode desenvolver políticas de preservação e conservação, incluindo estratégias de preservação digital, o que contribui para a longevidade e a integridade das informações.

O trabalho do bibliotecário assegura que o acervo editorial não se limite a desempenhar uma função de memória institucional, mas também um papel estratégico como instrumento de visibilidade e difusão da produção intelectual da editora. Nesse sentido, o acervo deixa de ser apenas um repositório histórico e passa a se constituir como um recurso ativo para a consolidação da identidade editorial e para o fortalecimento da posição e importância dentro da instituição.

Cabe também ao bibliotecário a responsabilidade pela gestão do envio de exemplares publicados pela editora à Biblioteca Central da instituição, bem como às bibliotecas setoriais e especializadas, quando a obra for considerada de interesse para o acervo. Essa atividade contribui para a preservação da memória institucional e para o fortalecimento do desenvolvimento de coleções, assegurando que as publicações estejam devidamente representadas e acessíveis à comunidade acadêmica e à sociedade em geral. Tal prática remete ao conceito fundamental de uma editora universitária, cuja missão institucional está diretamente vinculada ao atendimento das demandas da comunidade

acadêmica por meio da produção, difusão e preservação do conhecimento científico, técnico, cultural e artístico.

Ademais, o bibliotecário também é o profissional responsável pelo depósito dos livros digitais de acesso gratuito no repositório institucional, o que contribui para a consolidação das práticas de ciência aberta.

O repositório institucional configura-se como um instrumento de preservação, organização e difusão da produção científica, acadêmica e cultural de sua comunidade. Trata-se de um ambiente digital, de acesso público, no qual são reunidos todos os trabalhos produzidos no âmbito institucional. Sua principal função é assegurar a memória intelectual da instituição e ampliar a visibilidade das pesquisas desenvolvidas (Ferreira, 2010).

A ciência aberta, por sua vez, insere-se em um movimento que defende a democratização do conhecimento, a transparência dos processos científicos e a livre circulação de dados e informações. Fundamenta-se na premissa de que os resultados da pesquisa financiada devem estar acessíveis à sociedade. Nesse contexto, o repositório institucional desempenha papel central, na medida em que viabiliza o acesso aberto às publicações acadêmicas (Unesco, 2021).

Ao atender prioritariamente à comunidade acadêmica, a editora universitária cumpre uma função pública, contribuindo para a consolidação da identidade institucional da universidade, para a preservação de sua memória intelectual e para a ampliação do impacto social de sua produção científica. Assim, o conceito fundamental da editora universitária está ancorado na ideia de serviço à comunidade acadêmica, com vistas a fortalecer a difusão do conhecimento e a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

É importante ressaltar que tais considerações refletem uma percepção dos processos que ocorrem na editora da Universidade Federal Fluminense, com base na experiência relatada da própria autora. Contudo, esta seção não se configura como um estudo de caso. Dessa forma, a partir da pesquisa realizada e à luz dos referenciais teóricos adotados, foi possível proceder à triangulação dos dados, entendida como uma

estratégia de aprimoramento dos estudos qualitativos envolvendo diferentes perspectivas, utilizada não só para aumentar a sua credibilidade, ao implicar a utilização de dois ou mais métodos, teorias, fontes de dados e pesquisadores, mas também possibilitar a apreensão do fenômeno sob diferentes níveis, considerando, desta forma, a complexidade dos objetos de estudo (Santos *et al.*, 2020, p. 656).

A articulação entre a experiência profissional da autora e o embasamento teórico contribuiu para uma análise mais consistente e fundamentada, permitindo aprofundar a compreensão do fenômeno investigado e ampliar a credibilidade e a validade dos resultados.

4.7 Resultado da investigação

As informações utilizadas na investigação foram obtidas por meio de duas estratégias: consulta aos sites oficiais das editoras e contato por correio eletrônico. Essa combinação contribuiu para aumentar a confiabilidade dos dados, uma vez que os e-mails possibilitaram o esclarecimento de dúvidas e a obtenção de declarações diretas, enquanto a análise dos sites forneceu informações complementares e de confirmação. Contudo, é importante destacar a limitação representada pela ausência de resposta de algumas instituições, o que restringe a abrangência total do levantamento.

A investigação teve início a partir do universo de 134 editoras associadas à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU). Deste total, a distribuição regional evidencia a concentração de 39 editoras na região Sudeste, seguida por 34 no Sul, 32 no Nordeste, 15 no Norte e 14 no Centro-Oeste. Esses dados apontam para uma centralidade do Sudeste, mas também revelam a presença significativa das demais regiões na composição do cenário editorial universitário brasileiro.

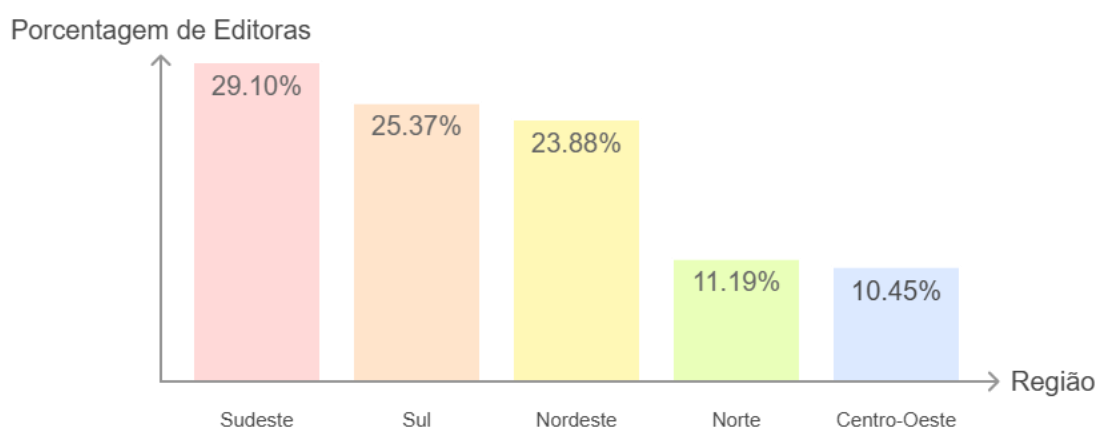
Figura 5 – Distribuição regional das editoras



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Quando observados em termos proporcionais, os dados mostram, conforme Figura 6, que o Sudeste corresponde a 29,10% do total nacional, o Sul a 25,37% e o Nordeste a 23,88%. Já as regiões Norte e Centro-Oeste representam, respectivamente, 11,19% e 10,45% das editoras vinculadas à ABEU. Essa configuração confirma a centralidade do Sudeste no panorama editorial universitário brasileiro, mas também demonstram a relevância das demais regiões para a composição do campo.

Figura 6 – Dados proporcionais das editoras por região



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Portanto, a opção pela região Sudeste justifica-se tanto pelo maior número de editoras nela concentradas quanto pela sua predominância histórica, econômica e institucional no cenário editorial brasileiro. Trata-se do território que abriga o maior contingente de universidades e os principais centros de pesquisa científica e de produção cultural do país. A concentração do maior número de universidades e centros de pesquisa na região Sudeste decorre de diversos fatores que remontam ao processo de formação e desenvolvimento do Brasil.

Desde o final do século XIX, o Sudeste consolidou-se como o principal eixo político, industrial e financeiro do país, em razão da expansão cafeeira, da modernização urbana e da industrialização precoce, especialmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Essa trajetória contribuiu para a criação de uma rede educacional

mais ampla e institucionalmente estável, favorecendo o estabelecimento das universidades mais antigas e de maior prestígio do país. Essas instituições fortaleceram-se como polos editoriais, reunindo gráficas, livrarias e distribuidoras responsáveis pela estruturação da cadeia produtiva do livro. Associado a esse legado histórico, o dinamismo econômico e a infraestrutura urbana favoreceram a ampla circulação das obras e a realização de eventos acadêmicos e literários (Hallewell, 2005; Furtado, 2007).

Além disso, a região concentra a maior parcela da população e da infraestrutura nacional, o que amplia a demanda e as condições materiais para a oferta de ensino superior e de pesquisa científica. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), o Sudeste responde por aproximadamente 53% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, o que reforça sua posição como a região mais rica e desenvolvida do país. Essa conjuntura explica, em grande medida, a predominância das editoras universitárias no Sudeste, cuja existência está diretamente associada à densidade institucional e à capacidade técnica e financeira das universidades públicas e privadas ali instaladas. Dessa forma, a presença expressiva de instituições de ensino superior, articulada à tradição editorial e às condições materiais de produção e difusão, sustenta a concentração de editoras universitárias no Sudeste brasileiro.

Além disso, a delimitação desta área de estudo fundamenta-se não apenas nas limitações temporais e operacionais inerentes ao desenvolvimento da pesquisa, mas também na atuação profissional da autora em uma editora universitária localizada na região Sudeste, o que possibilita maior proximidade com o contexto analisado e com os profissionais que nele atuam. Tal condição favorece o estreitamento de vínculos com os pares, como bibliotecários, editores, revisores, diagramadores e demais agentes envolvidos no processo editorial, promovendo um canal efetivo de comunicação, diálogo e colaboração no âmbito das práticas editoriais. Essa aproximação estimula a troca de experiências, o compartilhamento de boas práticas capazes de subsidiar a consolidação do campo de atuação do bibliotecário nesse segmento.

No entanto, foram excluídas 13 de caráter privado em virtude da ausência de obrigatoriedade legal quanto à disponibilização de informações, uma vez que a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) incide apenas sobre órgãos e entidades da administração pública, em âmbito federal, estadual e municipal. A legislação assegura tanto a transparência ativa, pela divulgação espontânea de dados, quanto à transparência passiva, quando solicitados pelo cidadão. Nesse contexto, editoras universitárias privadas não estão sujeitas à LAI, justificando sua exclusão da amostra.

Além das editoras privadas, também foi desconsiderada aquela que, embora associada à ABEU, não possui vínculo direto com uma instituição de ensino superior, como o Arquivo Nacional, que apresenta características institucionais distintas das editoras universitárias.

Quadro 6 – Editoras excluídas da investigação

Editoras excluídas	Região
Editora do Arquivo Nacional	Rio de Janeiro
Editora FVG	Rio de Janeiro
Editora PUC –Rio	Rio de Janeiro
Editora EDICERES	São Paulo
Editora Leopoldianum	São Paulo
Editora Mackenzie	São Paulo
Editora Metodista	São Paulo
Editora Senac	São Paulo
Editora Splendet	São Paulo
Editora EDUC	São Paulo
Editora Unaspress	São Paulo
Editora Eduniso	São Paulo
Editora PUC – Minas	Minas Gerais
Editora Univale	Minas Gerais

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No recorte geográfico correspondente à região Sudeste, verificou-se que, das 39 instituições inicialmente analisadas, 13 foram excluídas por não atenderem aos critérios estabelecidos, resultando em um *corpus* final composto por 25 editoras universitárias. Dentre essas 25 instituições, 23 atenderam satisfatoriamente à investigação, seja por meio das informações disponibilizadas em seus portais institucionais, seja em decorrência do retorno obtido a partir dos contatos realizados por correio eletrônico.

Quadro 7 – Editoras que atenderam à investigação

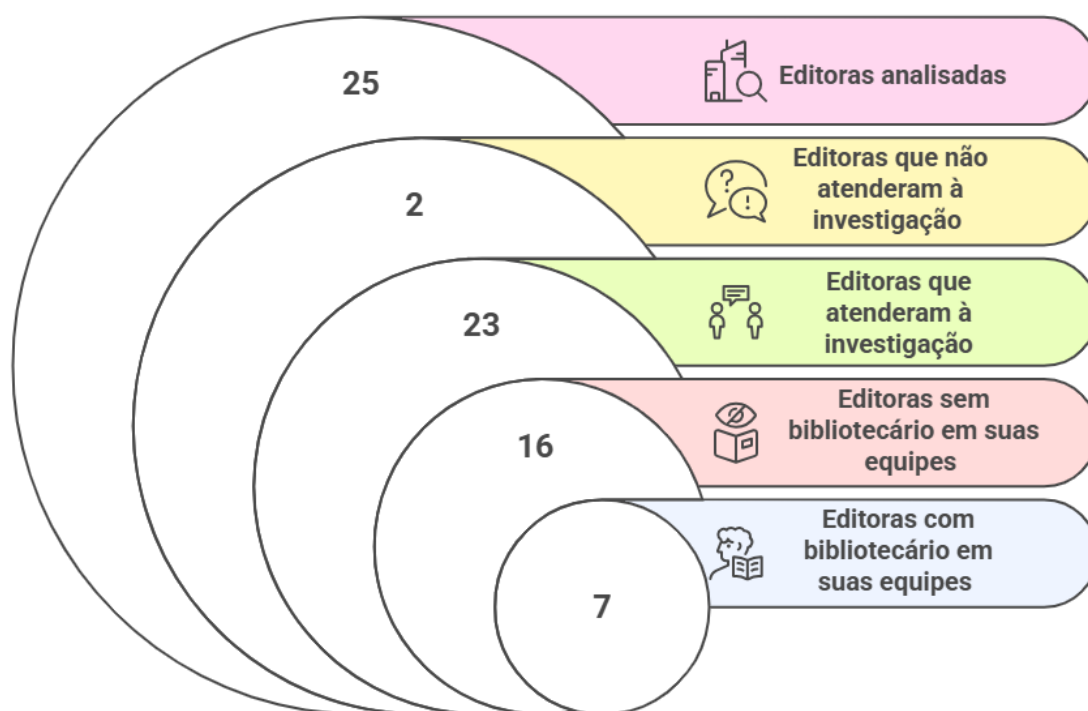
Editoras	Região
Editora Bibliex	Rio de Janeiro
Editora Fiocruz	Rio de Janeiro
Editora UFRJ	Rio de Janeiro
EdUERJ	Rio de Janeiro
EDUFF	Rio de Janeiro
EDUR	Rio de Janeiro
Essentia Editora	Rio de Janeiro
Editora da Unicamp	São Paulo
Editora UFABC	São Paulo
Editora Unesp	São Paulo
Editora UNIFESP	São Paulo

Edusp	São Paulo
Edifes	Espírito Santo
EDUFES	Espírito Santo
Editora IFMG	Minas Gerais
Editora UFJF	Minas Gerais
Editora UFLA	Minas Gerais
Editora UFMG	Minas Gerais
Editora UFV	Minas Gerais
Editora UNIFAL-MG	Minas Gerais
EdUEMG	Minas Gerais
EDUFTM	Minas Gerais
EDUFU	Minas Gerais

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Dentre as 23 editoras que atenderam à investigação, observa-se que estão distribuídas entre os estados do Rio de Janeiro (7), São Paulo (5), Minas Gerais (9) e Espírito Santo (2). Desse total, 16 informaram não contar com bibliotecários em suas equipes editoriais, enquanto 7 confirmaram a presença desse profissional em seus quadros de colaboradores. A Figura 7, a seguir, apresenta de forma sintética e ilustrativa os resultados obtidos na pesquisa.

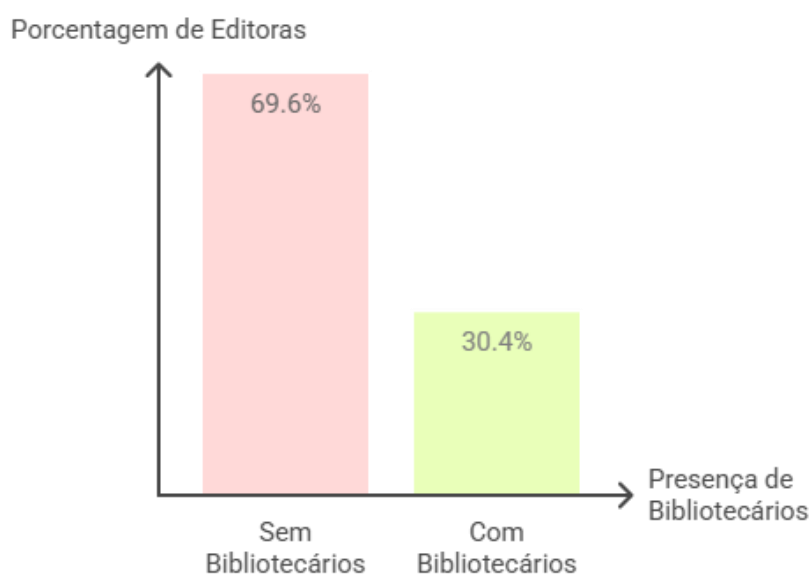
Figura 7 – Resultados da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Os resultados obtidos evidenciam um cenário heterogêneo quanto à presença de bibliotecários nas editoras universitárias analisadas, revelando diferentes configurações institucionais e níveis de inserção desse profissional nos processos editoriais. Das 23 editoras analisadas, 69,6% declararam não contar com bibliotecários em suas equipes editoriais, enquanto 30,4% confirmaram a presença desse profissional em seus quadros funcionais.

Figura 8 – Quantitativo percentual dos resultados da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Das 16 editoras que declararam não contar formalmente com bibliotecários em suas equipes editoriais, cinco estão localizadas no estado do Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora Fiocruz, EdUERJ, Edur e Essentia Editora. No estado de São Paulo, quatro editoras apresentam essa mesma condição: Editora da Unifesp, Editora da Unicamp, Edusp e Editora Unesp. No estado do Espírito Santo, observa-se a Edifes. No estado de Minas Gerais, seis editoras se enquadram nessa situação: EdUEMG, EdUFTM, Editora UFLA, Editora UFMG, Editora UFJF e Editora UFV.

Para fins de sistematização e melhor compreensão dos dados, os resultados serão apresentados por região, iniciando-se pelo estado do Rio de Janeiro, seguido por São Paulo, Espírito Santo e, por fim, Minas Gerais.

Quadro 8 – Editoras sem bibliotecário localizadas no estado do Rio de Janeiro

Estado	Editora	Caracterização das editoras
Rio de Janeiro	Editora UFRJ	Localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, a Editora UFRJ é vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e foi criada oficialmente em 1986, sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão. Atua como instrumento de comunicação institucional, integrando as áreas de ensino, pesquisa e extensão, e compõe a administração central do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, sendo definida como instância de elaboração, coordenação e execução da política editorial da produção científica e acadêmica da universidade (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2025).
	Editora Fiocruz	Localizada na Zona Norte do Rio Janeiro, a Editora Fiocruz, vinculada à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 32 anos de existência, a editora produz e difunde livros em saúde pública, ciências biológicas e biomédicas, pesquisa clínica, e ciências sociais e humanas em saúde e se destaca pela qualidade técnico-científica de suas publicações e pela relevância de sua contribuição à difusão do conhecimento científico e tecnológico no campo da saúde pública (Fiocruz, 2025).
	EdUERJ	A editora estadual EdUERJ, é vinculada à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), com sede no Campus do Maracanã, Zona Norte do Rio de Janeiro. A EdUERJ foi criada em maio de 1994 e, desde então, tem como principais objetivos a promoção, a coordenação e a regulamentação das atividades editoriais (Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2025).
	Edur	A Editora Edur, sediada no município de Seropédica (RJ), é vinculada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), é responsável pela divulgação do conhecimento produzido na universidade, investindo na edição de obras acessíveis e na promoção de iniciativas voltadas à comunidade (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2025).
	Essentia Editora	A Essentia Editora, é vinculada ao Instituto Federal Fluminense (IFFluminense) e está localizada em Campos dos Goytacazes (RJ), foi criada há quase duas décadas, quando o instituto ainda se configurava como CEFET Campos. Sua missão é estimular a produção e a divulgação de obras científicas e culturais, alinhadas ao trabalho de ensino, pesquisa e extensão desenvolvido pela instituição (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2025).

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Em resposta à investigação, a Editora UFRJ informou não contar com bibliotecário em sua equipe, embora receba suporte técnico do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ (SiBI), especialmente nas atividades de normalização e elaboração de fichas catalográficas. Conforme relatado pela própria instituição, tais profissionais “não trabalham dentro da editora, mas são de inestimável apoio”.

De modo semelhante, a Editora Fiocruz comunicou que não há bibliotecário integrando formalmente sua equipe editorial. A EdUERJ relatou que “o quadro de

funcionários da EdUERJ não conta com bibliotecários como cargo específico, sendo esses profissionais priorizados e alocados principalmente nas bibliotecas da universidade”.

Em devolutiva à pesquisa, a Edur informou não possuir bibliotecário em sua equipe editorial, embora conte com o apoio técnico de profissionais da Biblioteca Central da UFRRJ, que colaboram sempre que necessário.

Por fim, a Essentia Editora esclareceu não contar formalmente com bibliotecário em sua equipe, ainda que haja cooperação eventual desses profissionais em ações específicas, quando demandadas.

Quadro 9 – Editoras sem bibliotecário localizadas no estado de São Paulo

Estado	Editora	Caracterização das editoras
São Paulo	Editora Unifesp	A Editora Unifesp foi criada em 2008, está localizada na Zona Sul da capital e é vinculada à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). A editora dedica-se à publicação e à difusão da produção acadêmica e científica da instituição. Em seu site institucional, afirma-se que “partilhar conhecimento estimulando o diálogo com a leitura” constitui parte de sua missão, evidenciada tanto em seu catálogo e lançamentos quanto no funcionamento de sua livraria virtual, que busca aproximar os leitores do universo acadêmico (Universidade Federal de São Paulo, 2025).
	Editora Edusp	Com mais de 60 anos de existência, a Edusp é considerada uma das maiores editoras universitárias brasileiras. Vinculada à Universidade de São Paulo (USP), a editora está localizada na capital do estado de São Paulo e tem como missão estimular e promover o desenvolvimento do ensino e da pesquisa. Dedicar-se à publicação de obras relevantes em diversas áreas do conhecimento, destacando-se pela produção científica oriunda da própria universidade, sem, no entanto, limitar-se a ela (Universidade de São Paulo, 2025).
	Editora Unesp	A Editora Unesp, fundada em 1987, afirma-se como uma fonte vibrante de conhecimento, servindo como ponte essencial entre a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a sociedade global. O seu compromisso é a disseminação do saber, tanto no Brasil quanto no exterior (Universidade Estadual Paulista, 2025).
	Editora Unicamp	A Editora Unicamp foi fundada em 1982, e é um órgão da Universidade Estadual de Campinas destinado à difusão de obras de natureza científica e cultural e às funções essenciais da universidade: produção e circulação de conhecimento, integração entre ensino, pesquisa e extensão acadêmica e cultural, incentivo à leitura e à experiência da cidadania. Informamos que a Editora não conta com a colaboração de bibliotecários em sua equipe (Universidade Estadual de Campinas, 2025).

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Em retorno à investigação, a Editora Unifesp informou não contar com bibliotecários em sua equipe editorial, embora recorra à colaboração desses profissionais para a elaboração das fichas catalográficas de suas publicações. A Edusp, por sua vez, declarou não possuir bibliotecários integrando seu quadro editorial. Do mesmo modo, a Editora Unesp esclareceu não contar também com bibliotecários em sua equipe de editoração. Por fim, a Editora Unicamp afirmou não dispor da participação desses profissionais em sua equipe editorial.

Quadro 10 – Editora sem bibliotecário localizada no estado do Espírito Santo

Estado	Editora	Caracterização das editoras
Espírito Santo	Edifes	A Edifes está localizada em Vitória e é vinculada ao Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Criada desde 2015, sua missão institucional consiste em regulamentar, coordenar, fomentar e divulgar a produção de conteúdos acadêmicos e institucionais do Ifes, abrangendo tanto obras internas quanto externas (Instituto Federal do Espírito Santo, 2025).

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Em devolutiva à pesquisa, a Edifes informou não dispor de bibliotecários em seu quadro, justificando tal ausência por limitações estruturais, uma vez que conta apenas com dois bolsistas e um servidor efetivo. Ainda assim, a editora recebe apoio de uma bibliotecária do Ifes, responsável pela elaboração das fichas catalográficas de suas publicações.

Quadro 11– Editoras sem bibliotecário localizadas no estado de Minas Gerais

Estado	Editora	Caracterização das editoras
Minas Gerais	Editora UFMG	Localizada em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, a Editora UFMG é vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Criada em 1985, a editora completou 40 anos de atuação em 2025. Sua finalidade consiste em editar e difundir obras de valor científico, cultural e institucional, representando as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela universidade (Universidade Federal de Minas Gerais, 2025).
	EdUEMG	A EdUEMG, vinculada à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e sediada em Belo Horizonte (MG), foi criada em 2014 e tem como missão fomentar a produção científica e editorial da universidade, promovendo o acesso ao conhecimento por meio da publicação gratuita de livros e periódicos de relevância acadêmica e social (Universidade do Estado de Minas Gerais, 2025).
	Editora UFLA	A Editora UFLA, vinculada à Universidade Federal de Lavras (UFLA) e sediada no município de Lavras (MG), constitui o

Minas Gerais		braço editorial da instituição. Fundada em 1998, sua missão é desenvolver e executar a política editorial da universidade, disponibilizando conhecimento científico, técnico e cultural em formatos impressos e digitais, com vistas à promoção da educação, da cultura e do desenvolvimento humano (Universidade Federal de Lavras, 2025).
	Editora UFJF	A Editora UFJF, foi fundada em 1986, e é vinculada à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) tem como missão primordial fomentar e impulsionar o avanço do ensino e da pesquisa. A editora constitui-se como um relevante meio de divulgação científica, dedicando-se à publicação e à distribuição de obras nascidas das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora, 2025).
	Editora UFV	A Editora UFV, vinculada à Universidade Federal de Viçosa (UFV), foi criada em 1996 com o objetivo de disponibilizar à sociedade, por meio de livros de elevado rigor técnico, científico e literário, os resultados alcançados pela UFV e por outras instituições congêneres. Sua missão é difundir, por meio do livro, o conhecimento produzido na universidade e em outras instituições de pesquisa e ensino, bem como contribuir para o desenvolvimento cultural e artístico da sociedade (Universidade Federal de Viçosa, 2025).
	Editora UFTM	A Editora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, foi criada em 2016, e é responsável por propor e executar a política editorial da UFTM e publicar obras no formato impresso, digital e eletrônico, na modalidade de livros, periódicos, entre outros materiais aprovados pelo Conselho Editorial, provenientes das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFTM (Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2025).

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Em resposta à pesquisa, a Editora UFMG informou não possuir bibliotecário em seu quadro permanente, embora conte com a colaboração de uma profissional vinculada à Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, responsável pela elaboração das fichas catalográficas de suas publicações.

A EdUEMG, por sua vez, declarou não dispor de bibliotecários em sua equipe editorial, mas ressaltou que, sempre que necessário, recorre às bibliotecárias das unidades da UEMG para a realização de atividades específicas, como a elaboração de fichas catalográficas.

A Editora UFLA informou não contar com bibliotecário em sua equipe, embora possa contratar serviços de normalização e revisão de referências conforme a demanda. Assim como, a Editora UFJF comunicou não haver bibliotecário compondo sua equipe editorial. Já a Editora UFV esclareceu que, “embora a Biblioteca da UFV mantenha uma

boa parceria com a equipe da Editora, não há bibliotecários integrando seu corpo editorial.”

Por fim, a Editora UFTM informou que não possui bibliotecários em sua equipe, encaminhando as obras à biblioteca da instituição para a execução de atividades técnicas, como a elaboração de fichas catalográficas e o tratamento de artigos das revistas, ressaltando que tais profissionais não estão formalmente lotados na estrutura da editora.

Por outro lado, sete editoras universitárias declararam contar formalmente com bibliotecários integrando suas equipes editoriais. Dentre elas, duas estão localizadas no estado do Rio de Janeiro (Bibliex e Eduff), uma no estado de São Paulo (Editora UFABC), uma no Espírito Santo (Edufes) e três em Minas Gerais (Editora Unifal-MG, Editora IFMG e Edufu). A presença desses profissionais evidencia o reconhecimento, ainda que pontual, do papel técnico e intelectual do bibliotecário na produção editorial universitária.

Quadro 12 – Editoras com bibliotecários localizadas no estado do Rio de Janeiro

Estado	Editora	Caracterização das editoras
Rio de Janeiro	Bibliex	A editora Bibliex ou Casa do Barão de Loreto, é uma centenária instituição cultural do Exército Brasileiro que contribui para o provimento, a edição e a difusão de meios bibliográficos necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura profissional–militar e geral (Brasil, 2025).
	Eduff	A Eduff, fica localizada em Niterói, criada em 1985 e vinculada à Universidade Federal Fluminense (UFF), consolidou-se como instrumento de difusão do conhecimento acadêmico e cultural produzido pela instituição. Sua missão consiste em editar, divulgar e distribuir obras que representem a produção científica e artística da universidade (Universidade Federal Fluminense, 2025)

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Em resposta ao contato, a Editora Bibliex informou contar em seu quadro com uma profissional graduada em Biblioteconomia, além de três estagiárias do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A Editora Eduff, por sua vez, declarou contar atualmente com duas bibliotecárias em sua equipe editorial: Cíntia Sales e Thaís Louzada.

Quadro 13 – Editora com bibliotecário localizadas no estado de São Paulo

Estado	Editora	Caracterização das editoras
São Paulo		A Editora UFABC, foi criada em 2013 e é vinculada à Universidade Federal do ABC e tem por finalidade ampliar a qualidade do ensino por meio da produção de material didático

	Editora UFABC	próprio, fomentar a pesquisa científica mediante a divulgação de seus resultados e estabelecer um elo entre a universidade e a sociedade (Universidade Federal do ABC, 2025).
--	---------------	---

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A Editora UFABC apresenta, em sua página institucional, o nome da bibliotecária Lilian Aguilar Teixeira como integrante de sua equipe editorial, evidenciando a presença formal desse profissional no quadro técnico da editora. A menção expressa do nome da bibliotecária no site institucional constitui um aspecto relevante, pois confere visibilidade e reconhecimento à atuação desse profissional,

Quadro 14 – Editora com bibliotecário localizada no estado do Espírito Santo

Estado	Editora	Caracterização das editoras
Espírito Santo	Edufes	A Edufes, sediada em Vitória (ES) e vinculada à Universidade Federal do Espírito Santo, atua como órgão suplementar responsável pela publicação de obras acadêmicas e culturais. Sua missão consiste em divulgar a produção científica, tecnológica e artística da universidade, bem como em promover o acesso público ao conhecimento (Universidade Federal do Espírito Santo, 2025).

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

De mesma forma, em seu site institucional, a Edufes informa que a bibliotecária Ana Paula Rubim integra sua equipe técnica, o que demonstra o reconhecimento e a relevância desse profissional na equipe editorial.

Quadro 15 – Editoras com bibliotecário localizada no estado de Minas Gerais

Estado	Editora	Caracterização das editoras
Minas Gerais	Editora IFMG	A Editora IFMG, fundada em 2021 e sediada em Belo Horizonte (MG), é vinculada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. A editora dedica-se à edição e difusão de obras científicas, didáticas, técnicas e literárias, publicadas nos formatos impresso e digital (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, 2025).
	Editora Unifal-MG	A Editora Unifal-MG, localizada em Alfenas e vinculada à Universidade Federal de Alfenas, constitui uma iniciativa recente, instituída em 2022 pelo Conselho Universitário como órgão suplementar da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Seu propósito é incentivar a difusão de pesquisas e o intercâmbio de saberes, fortalecendo o diálogo entre a universidade e a sociedade (Universidade Federal de Alfenas, 2025).
	Edufu	Localizada em Uberlândia (MG), a Edufu, vinculada à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), foi criada em 1981 com o propósito de divulgar a produção científica e cultural da

		instituição. A editora publica obras de diferentes áreas do conhecimento, reforçando seu compromisso com a democratização do saber e a valorização da produção acadêmica (Universidade Federal de Uberlândia 2025).
--	--	---

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

Em resposta à investigação realizada, a Editora IFMG confirmou a atuação de uma bibliotecária em sua equipe editorial, o que reforça a presença, ainda que pontual, desse profissional no contexto das editoras vinculadas aos institutos federais de ensino.

A Editora Unifal-MG, por sua vez, informou possuir uma cadeira permanente destinada a bibliotecários, vinculada ao Sistema de Bibliotecas da instituição, atualmente ocupada por Marlon César da Silva e Patrícia Conceição da Silva, como titular e suplente, respectivamente. Já a Edufu destaca, em sua estrutura funcional, a participação de dois bibliotecários em seu corpo técnico, o que evidencia o reconhecimento institucional e a importância desses profissionais no processo editorial universitário. Inclusive, em seu site institucional, constam os nomes de Bruna dos Santos Pinheiro e Eduardo Pereira Resende, com a devida identificação de seus cargos como bibliotecários e de seus setores de atuação, a Divisão Editorial, reforçando a transparência organizacional e a valorização do trabalho desempenhado por esses profissionais no âmbito da editora.

No entanto, identifica-se um hiato informacional em relação às editoras que não responderam ao levantamento, como a Editora Edufscar e a Editora Unimontes, não constando, tampouco, informações a esse respeito em seus sites institucionais. Essa ausência de retorno evidencia dificuldades no acesso às informações institucionais e revela a necessidade de maior transparência quanto à composição de suas equipes editoriais. Tal limitação restringe a compreensão integral da realidade investigada, o que sugere obstáculos operacionais na comunicação entre as editoras e o público externo e aponta para um campo de pesquisa ainda aberto para estudos futuros.

Diante do exposto, observa-se a ausência significativa de bibliotecários nas equipes editoriais das editoras universitárias, embora sua atuação possa ser fundamental em diversas etapas da cadeia produtiva do livro, bem como nas atividades que compõem o funcionamento de uma editora. O bibliotecário, em razão de sua formação multidisciplinar, reúne competências técnicas e informacionais que contribuem diretamente para a qualidade da produção acadêmica e editorial.

Retomando a concepção de Valentim (2000), a autora afirma que as editoras e livrarias configuram-se como mercados informacionais ainda pouco ocupados por

bibliotecários. Passadas mais de duas décadas desde a publicação e observa-se que a análise da autora permanece atual, uma vez que o bibliotecário continua, em grande parte, ausente das equipes editoriais, permanecendo à margem de um campo de atuação que, reconhecidamente, se insere em sua esfera de competências técnicas e informacionais.

Todas as atividades descritas nas seções 4.1 a 4.1.4 configuram-se como atividades de normalização, caracterizadas por um conjunto de padrões a serem adotados no âmbito da produção e da comunicação científica, com o objetivo de contribuir para o acesso e o uso da informação contida nos textos apresentados e publicados em diferentes suportes e canais de comunicação (Rossi; Costa; Pinto, 2014).

Especificamente nas editoras universitárias, as atividades que consolidam o processo normativo são inerentes ao fazer biblioteconômico e devem ser desempenhadas por profissionais capacitados, dedicados à padronização da informação, bem como à aplicação das normativas e à adequação ao estilo editorial.

Portanto, a normalização configura-se como uma necessidade no contexto da produção bibliográfica e documental, especialmente nas instituições de pesquisa, nas quais representa um dos principais resultados das atividades educacionais desenvolvidas nesses ambientes (Batista; Oliveira, 2014).

No entanto, ausência de práticas de normalização gera prejuízos à qualidade da produção editorial, uma vez que compromete a uniformidade, a coerência e o rigor técnico necessários aos padrões de excelência no processo de editorial. Para Anjos, Calixto e Martins (2012, p. 4)

A inexistência da normalização dificulta a recuperação das fontes utilizadas para elaboração da pesquisa acadêmica. A normalização surge como um fator não só de qualidade, mas como facilitador da transferência da informação científica, pois através dela pode-se identificar melhor um documento. Sendo este, comumente denominado como qualquer suporte que contenha informação registrada, que forme uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova.

Neste sentido, Vanz (2004) afirma que um trabalho mal normalizado acarreta sérios prejuízos aos autores, que deixam de ter seus estudos devidamente reconhecidos nas citações. Esse fenômeno ocorre porque a forma de apresentação de um trabalho científico, resultante de determinada pesquisa, influencia diretamente a percepção do leitor que, futuramente, desejar ou necessitar acessar as informações ali contidas. Corroborando com esta perspectiva, Demo (1995) afirma que um trabalho científico pode ser avaliado tanto pela sua qualidade política, que diz respeito ao conteúdo abordado, quanto pela sua qualidade formal, relacionada à forma de apresentação.

Ademais, o processo de normalização também contempla a revisão das provas editoriais, que consiste na análise minuciosa do exemplar impresso, comumente chamado de “boneca do livro”. Trata-se de um protótipo em formato final, que representa o produto pronto e é utilizado para verificar se todos os aspectos de sua produção estão em conformidade com o padrão editorial.

Nesse momento, o bibliotecário realiza uma verificação detalhada de todos os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, bem como a estrutura e o formato do livro, lombada e demais componentes, assegurando que a obra esteja plenamente de acordo com os padrões vigentes. Para tanto, é preciso contar com um profissional que possua conhecimentos sólidos acerca da normalização, capaz de identificar e corrigir eventuais inconsistências antes da etapa de impressão. O bibliotecário, portanto, garante que o livro atenda aos critérios de padronização, coerência, uniformidade e excelência técnica exigidos no contexto do livro acadêmico. Dessa forma, sua contribuição na revisão das provas editoriais, fase que antecede a impressão definitiva, evita prejuízos financeiros decorrentes de reimpressões e assegura a integridade da obra antes de sua divulgação pública.

Em linhas gerais, os bibliotecários são reconhecidos como profissionais especializados na execução da normalização da produção acadêmica, especialmente no contexto das instituições de ensino. Nessa perspectiva, o bibliotecário exerce um papel primordial para assegurar a efetividade dessas práticas, em virtude do conhecimento técnico e das competências que possui no âmbito da produção e da disseminação da informação (Rossi; Costa; Pinto, 2014).

Embora a normalização seja ensinada nos cursos de Biblioteconomia em todo o Brasil, na prática é comum observar profissionais de outras áreas atuando nesse campo, que, por excelência, deveria ser ocupado pelo bibliotecário. Assim, é necessário evidenciar essa realidade e despertar a consciência sobre a importância da adequação do profissional a esse relevante ramo de atuação.

Do mesmo modo, a catalogação na fonte constitui uma das atividades técnicas inerentes ao fazer biblioteconômico, uma vez que a elaboração da ficha catalográfica é resultado direto da atuação especializada do bibliotecário. Contudo, a ausência desse profissional em determinadas editoras levanta questionamentos sobre quem, de fato, assume essa responsabilidade. Observa-se, ainda, que muitas obras são publicadas com fichas catalográficas sem a devida identificação do bibliotecário responsável, tampouco com a indicação de seu número de registro profissional. Outro questionamento recai sobre

o fato de algumas editoras adquirirem o serviço de elaboração de ficha catalográfica oferecido pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), o que reforça a carência de mão de obra bibliotecária nas equipes editoriais, uma vez que o processo se restringe à compra de uma ficha catalográfica pronta ou à sua geração por meio de programas específicos.

A falta de padronização na estrutura e na apresentação da ficha, aliada à disposição inadequada de seus elementos descritivos, revela fragilidades que comprometem a qualidade da catalogação. Tais inconsistências dificultam, e em alguns casos inviabilizam, a utilização desses registros pelas bibliotecas, prejudicando a incorporação das obras aos catálogos institucionais e aos sistemas de informação.

No que se refere à emissão de ISBN, embora a Câmara Brasileira do Livro, agência nacional responsável pela gestão do sistema, permita que qualquer pessoa física ou jurídica solicite a atribuição do número, o bibliotecário detém competências técnicas que o qualificam de forma singular para desempenhar essa atividade com rigor e observância na atribuição correta dos metadados.

Isso se deve ao fato de que o processo de atribuição de ISBN envolve diversos campos específicos, como a classificação da obra, no caso, a Classificação Decimal de Dewey (CDD); a inserção de palavras-chave correspondentes aos assuntos controlados; a indicação da edição, ano e local de publicação; o registro de coedições; a correta distinção entre coleções e obras individuais; e o controle dos demais ISBN's atribuídos, quando houver, além da diferenciação entre diferentes tipos de autoria, organização, extensão do item, suportes e a elaboração da sinopse.

Esses elementos descritivos e procedimentos técnicos integram o universo biblioteconômico e, quando desconhecidos, geram inúmeras dúvidas e inconsistências no processo de registro. Ademais, o bibliotecário é o profissional capaz de identificar com precisão as situações em que há necessidade de atribuir um novo ISBN, como ocorre nas novas edições que apresentam alterações substanciais em seu conteúdo. Assim como nos casos de reimpressões que não exigem a emissão de um novo número, uma vez que consistem apenas na reprodução de exemplares adicionais da mesma obra, sem modificações em seu conteúdo.

De modo semelhante à atribuição do ISBN, que formalmente não constitui responsabilidade exclusiva do bibliotecário, o cumprimento do Depósito Legal tampouco é formalmente designado a esse profissional pela Lei nº 10.994/2004, cuja redação permanece genérica quanto à definição do agente responsável por sua execução. Não obstante, o Depósito Legal representa um dos principais instrumentos de controle

bibliográfico universal, sendo essencial para o registro, a preservação e a disseminação da produção intelectual de um país (Grings; Pacheco, 2010). Segundo Santos, Souza e Passos (2006, p. 2), “o controle bibliográfico de um país ocorre através do controle bibliográfico universal, que funciona como um catalisador de informações.”

Para que um país exerça de modo efetivo o controle sobre sua produção bibliográfica, é indispensável dispor de mecanismos sistemáticos de registro, organização e arquivamento das publicações nacionais, capazes de constituir uma memória documental abrangente e acessível (Santos; Souza; Passos, 2006).

Desse modo, a Biblioteca Nacional, exerce a função de órgão central de controle bibliográfico do país, sendo responsável por registrar, reunir, preservar e disponibilizar a produção intelectual brasileira em todas as suas formas e suportes. Essa atribuição está diretamente relacionada ao cumprimento do Depósito Legal, instrumento por meio do qual se garante a coleta e o arquivamento de exemplares de todas as publicações produzidas em território nacional. Por meio desse instrumento, é assegurado que a produção editorial brasileira seja identificada, descrita e preservada.

Entretanto, conforme apontam Grings e Pacheco (2010), os dados provenientes da Agência Brasileira do ISBN são empregados como instrumento para mapear a produção editorial brasileira e cobrá-los quanto ao cumprimento do Depósito Legal de maneira mais eficiente, mas estes dados tem suas limitações: algumas editoras adquirem os números antes de terem a publicação pronta; outras sequer cumprem esta etapa tão importante do processo editorial, apesar da obrigatoriedade imposta pela Lei do Livro; outras ainda usam o mesmo número para mais de uma publicação. Em síntese, nem mesmo o uso do ISBN, prática que já deveria estar consolidada no meio editorial, é suficiente para assegurar um panorama fidedigno da bibliografia brasileira.

Em um cenário ideal, o devido cadastramento das obras no sistema ISBN e o envio dos exemplares às agências de controle bibliográfico universal constituiriam a fórmula perfeita para um controle preciso das produções intelectuais. Para que essas funções sejam, de fato, desempenhadas com eficiência, é necessário que um profissional qualificado as execute e compreenda a importância intrínseca desses mecanismos de controle, e ninguém mais apto para essa tarefa do que o bibliotecário.

O fazer biblioteconômico, no que se refere à gestão da produção editorial, consiste na aplicação de técnicas de organização, armazenamento, preservação e recuperação de todo o material produzido no âmbito da editora. A organização de um acervo editorial não se limita ao simples ato de dispor exemplares em prateleiras, mas requer a adoção de

métodos sistemáticos que viabilizem sua recuperação e assegurem a salvaguarda da memória institucional. Para tanto, é necessário implementar técnicas específicas de tratamento da informação, não necessariamente vinculadas à catalogação e às classificações tradicionais, mas que atendam, de forma prática e eficaz, às demandas da equipe editorial.

Nesse contexto, torna-se fundamental a adoção de ferramentas de apoio à gestão, como *softwares* de automação, planilhas de controle ou outros instrumentos que possibilitem a sistematização do acervo, de modo a contemplar as necessidades e particularidades de cada editora. Igualmente relevante é o estudo do desenvolvimento e da dimensão do acervo, o que requer a definição prévia de parâmetros claros, como a decisão sobre o armazenamento de apenas um ou mais exemplares de cada obra e os critérios de guarda dos suportes digitais, como os *e-books*. Esses parâmetros são essenciais para o estabelecimento de metas, diretrizes e ações futuras voltadas à organização e ao crescimento sustentável do acervo.

O volume de obras produzidas pode ser considerável e, sem um controle eficiente, tende a ocasionar dispersão e perda de materiais. Portanto, o desenvolvimento de uma coleção editorial, sob uma perspectiva sistêmica, demanda a análise de cada etapa do processo, tanto em relação à sua funcionalidade para o resultado final, quanto ao seu papel dentro do sistema global. Desse modo, para que tal perspectiva seja efetiva, é necessário que as coleções evoluam de forma equilibrada e planejada, evitando o crescimento desordenado, sem metas ou objetivos definidos. Assim, é por meio do viés sistêmico que a gestão da produção editorial deve manter-se plenamente alinhada aos objetivos institucionais de cada editora.

Além das produções editoriais publicadas, há também a gestão da informação documental interna: como manuais, contratos, fluxos de trabalho e demais registros administrativos, que igualmente demandam tratamento técnico adequado para garantir sua organização, acessibilidade e preservação ao longo do tempo.

Ademais, a gestão do acervo editorial abrange um conjunto de atividades que extrapolam a simples organização física das obras, incluindo também a responsabilidade pelo envio dos exemplares publicados pela editora à Biblioteca Central da instituição, bem como às bibliotecas setoriais e especializadas. Essa prática assegura o controle bibliográfico institucional, contribuindo para a preservação e a disseminação da produção intelectual da universidade. Paralelamente, o bibliotecário também é o profissional responsável pelo depósito dos livros digitais de acesso aberto no repositório institucional,

garantindo a visibilidade, a rastreabilidade e o acesso público às obras produzidas pela editora, além de reforçar o cumprimento das políticas de acesso aberto e de gestão da informação científica.

Nesse contexto de atuação, evidencia-se a presença de domínios informacionais de responsabilidade exclusiva do bibliotecário, especialmente no que se refere aos processos, instrumentos e produtos voltados à organização, representação, disseminação e recuperação da informação, reafirmando sua importância no ambiente editorial.

É, portanto, necessário conferir visibilidade a esse segmento profissional, de modo que o bibliotecário seja reconhecido como profissional indispensável no processo editorial. Para tanto, é preciso que esses profissionais ocupem os espaços que lhes são de direito, colocando em prática os conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica e demonstrando a relevância de sua atuação no contexto editorial.

Diante disso, emerge o questionamento: na ausência do bibliotecário nesses espaços, quais profissionais têm assumido as atividades que lhe são próprias e com que grau de excelência tais atribuições vêm sendo executadas? Afinal, a execução dessas funções requer formação específica e domínio técnico característicos da área de Biblioteconomia.

A presente investigação, ao mesmo tempo em que evidencia essa lacuna, abre caminhos para estudos futuros mais amplos, contemplando outras regiões do país, como o Sul, com 34 editoras universitárias, e o Nordeste, com 32, de modo a aprofundar a análise sobre a inserção e as atribuições do bibliotecário nas equipes editoriais. Pesquisas subsequentes poderão não apenas identificar como esses profissionais têm atuado, mas também quem desempenha as funções que lhes são próprias, contribuindo para o fortalecimento do debate sobre o papel do bibliotecário no campo editorial universitário brasileiro.

5 PROPOSTA PARA UM CURSO INTRODUÇÃO À PRODUÇÃO EDITORIAL PARA BIBLIOTECÁRIOS

A fim de cumprir o objetivo específico de propor um curso de extensão em “Introdução à Produção Editorial para Bibliotecários”, voltado à formação e ao aprimoramento das competências técnicas e informacionais desses profissionais, será elaborada uma proposta de curso a ser oferecida pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense (PROEX/UFF), na modalidade Educação a Distância (EAD).

O curso será ofertado no formato MOOC (*Massive Open Online Course* – Curso Online Aberto e Massivo) e disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Secretaria Especial de Educação a Distância, Inovação e Tecnologia (SEET), órgão vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/UFF). A SEET tem como principal finalidade apoiar as iniciativas da comunidade acadêmica da Universidade Federal Fluminense no desenvolvimento de cursos e projetos que utilizem tecnologias digitais de interação e comunicação aplicadas ao ensino, fortalecendo, assim, a integração entre extensão, inovação e práticas pedagógicas mediadas por tecnologias.

A proposta deverá ser submetida à Universidade Federal Fluminense por meio do Departamento de Extensão, em conformidade com o Edital de Habilitação de Ações de Extensão vigente, que regulamenta o registro das iniciativas no Sistema de Ações de Extensão da UFF (SIAEX). Para sua habilitação, requer-se a aprovação pela instância de origem, acompanhada dos documentos comprobatórios pertinentes (atas de colegiado, anuências institucionais, entre outros), bem como a observância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com a participação de discentes no quadro de recursos humanos. A tramitação inclui a análise e aprovação pela Câmara Técnica de Extensão da Proex, condição necessária para a institucionalização da proposta e para a certificação oficial da ação. Ressalta-se, ainda, que a opção por ofertar o curso por meio da Universidade Federal Fluminense (UFF) justifica-se pelo fato da autora ser servidora técnico-administrativa da instituição, o que a habilita formalmente a propor e coordenar ações de extensão. Conforme estabelece a Resolução CEPEX/UFF nº 2.549/2023, nas propostas coordenadas por técnicos-administrativos que envolvam a participação de discentes, é obrigatória a inclusão de, no mínimo, um docente na equipe executora, além da autorização formal da chefia imediata do servidor responsável pela ação.

A extensão universitária constitui-se como uma forma de articulação entre a universidade e a sociedade, materializando-se em um conjunto de ações que visam ampliar a presença da instituição para além de seus muros. Fundamenta-se na interação com a comunidade e no compromisso de promover a troca de saberes, possibilitando o compartilhamento de conhecimentos, experiências e práticas. Nesse sentido, a extensão se configura como uma ponte entre a universidade e a sociedade, orientada por múltiplos olhares e pelo propósito de integrar diferentes perspectivas em benefício da transformação social.

5.1 Desenvolvimento e implementação do curso

Com o intuito de viabilizar a execução do curso de extensão, pretende-se buscar apoio financeiro por meio de editais de fomento à extensão universitária, especialmente aqueles promovidos pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense (PROEX/UFF), como o Programa de Bolsas de Extensão (PIBEX) e o Programa de Apoio à Extensão (PAEX). O financiamento tem por objetivo garantir a infraestrutura necessária à oferta do curso, contemplando a concessão de bolsas de apoio acadêmico, a produção de materiais didáticos e a divulgação institucional das atividades. Além disso, considera-se a possibilidade de estabelecer parcerias com outras instituições e órgãos de fomento, como a FAPERJ e o CNPq, a fim de fortalecer a sustentabilidade da proposta e ampliar seu alcance social e formativo.

O curso será destinado a bibliotecários, porém não exigirá pré-requisitos, estando aberto ao público em geral, incluindo profissionais da área editorial. As inscrições serão gratuitas, realizadas por meio de formulário eletrônico (*Google Forms*), e o curso terá duração de três meses, com início e término previamente definidos, podendo também permanecer disponível por tempo indeterminado. A estrutura será composta por seis módulos temáticos, cada um acompanhado de uma avaliação final com dez questões objetivas de múltipla escolha, contendo apenas uma alternativa correta. A pontuação atribuída a cada módulo variará de zero (0) a dez (10), sendo necessária nota mínima igual ou superior a seis (6) para aprovação. Além das avaliações, o desempenho do cursista será aferido por meio da participação em fóruns de discussão, que estimularão o diálogo e a troca de experiências entre os participantes.

A proposta pedagógica do curso contempla a utilização de diferentes recursos educacionais digitais, visando promover uma experiência de aprendizagem dinâmica e

interativa. Serão disponibilizados textos em formato PDF, cuidadosamente selecionados para fundamentar teoricamente os conteúdos abordados, além de videoaulas que possibilitam o contato direto com as temáticas de cada módulo. Complementarmente, serão oferecidos materiais adicionais e sugestões de pesquisas, ampliando as possibilidades de aprofundamento e atualização profissional. Quando elaborados em design responsivo, os conteúdos ajustam-se automaticamente aos diferentes dispositivos de acesso como: computadores, *tablets* e *smartphones*, demandando apenas conexão à internet. Essa característica amplia de forma significativa as possibilidades de participação e o alcance formativo da proposta, tornando o curso mais acessível e inclusivo.

O curso poderá, conforme sua estrutura e disponibilidade financeira, contar ou não com a mediação de um tutor. Caso haja tutoria, o tutor será responsável por promover a interação entre os participantes, esclarecer dúvidas e acompanhar o desenvolvimento das atividades, assegurando a continuidade e a qualidade do processo formativo. Nessa hipótese, os fóruns de discussão também exercerão papel central na mediação das interações, favorecendo o diálogo, a troca de experiências e a construção coletiva do conhecimento entre os participantes. Ao término de todas as etapas e mediante o cumprimento dos requisitos de avaliação estabelecidos, o participante fará jus ao certificado de conclusão, emitido pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense (UFF), com carga horária total de 30 (trinta) horas.

O curso contará com a coordenação de Thais Louzada, autora desta dissertação, que será responsável pela concepção e acompanhamento das atividades propostas. Ressalta-se que, até o presente momento, o docente vinculado à equipe executora ainda não foi selecionado, em conformidade com as exigências estabelecidas pela Pró-Reitoria de Extensão.

Os Cursos Online Abertos e Massivos (MOOC) configuram-se como um modelo educacional voltado à democratização do acesso ao conhecimento, permitindo a participação de qualquer indivíduo interessado, independentemente de formação ou pré-requisitos. Essa modalidade é capaz de acolher milhares de estudantes simultaneamente, em uma única oferta, por meio de plataformas digitais de ensino. Os MOOCs disponibilizam diversos recursos pedagógicos, entre os quais se destacam vídeos, palestras, avaliações automatizadas e fóruns de discussão, que podem ser acessados a qualquer tempo e lugar, caracterizando-se, assim, como uma alternativa flexível e

conveniente para processos de qualificação e requalificação profissional (Yousef; Sumner, 2021; Goglio; Bertolini, 2021).

Nessa perspectiva, os MOOCs consolidaram-se como uma estratégia de aprendizagem sob demanda, capaz de responder às transformações do mundo do trabalho em um contexto marcado pela digitalização das atividades produtivas, pela redução dos ciclos de atualização de competências e pela emergência de novas funções profissionais. Tal dinâmica evidencia a relevância da formação continuada ao longo da vida, elemento essencial diante das constantes reconfigurações das práticas e demandas contemporâneas (Farrow, 2018).

Além de sua amplitude de alcance, os MOOCs distinguem-se pelo caráter colaborativo da aprendizagem, uma vez que promovem interação entre os participantes e construção coletiva do conhecimento. Conforme observa Zaduski (2017), o principal elemento que caracteriza um curso nesse formato é a interação entre pares, possibilitando ao estudante criar, compartilhar e transformar saberes a partir da troca com outros cursistas e mediadores.

Trazendo essa discussão para o âmbito da presente pesquisa, a formação continuada em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), no formato MOOC, além de favorecer o aprendizado, possibilita que bibliotecários se familiarizem e se apropriem dos artefatos tecnológicos que permeiam a prática profissional contemporânea. Cabe destacar que, com o avanço das tecnologias aplicadas à Educação, os MOOCs configuram-se como uma inovação pedagógica voltada ao suporte da aprendizagem autônoma e colaborativa.

Na perspectiva de Gatti e Barreto (2009), a formação continuada tem como finalidade responder às dificuldades e desafios enfrentados pelos profissionais em seu cotidiano de trabalho. Para as autoras, a formação desenvolvida em ambientes virtuais de aprendizagem constitui um caminho alternativo de capacitação, que permite ao profissional atualizar-se sem necessidade de afastamento de suas atividades laborais. Assim, oferecer formação continuada a bibliotecários por meio de recursos educacionais abertos, inovadores e flexíveis constitui uma estratégia eficaz para fortalecer a visibilidade e a difusão da atividade editorial, ainda pouco explorada no campo da Biblioteconomia. Ao mesmo tempo, essa iniciativa amplia as possibilidades de inserção profissional, promovendo o reconhecimento do bibliotecário como profissional qualificado para atuar nas diferentes etapas do processo de produção editorial.

5.2 Estrutura do curso

A seguir, serão apresentadas as ementas correspondentes a cada módulo que irão compor o curso de extensão. A organização modular visa assegurar uma progressão lógica e gradual do aprendizado, permitindo que o cursista compreenda, de forma articulada, os diferentes aspectos que envolvem o processo de produção editorial. Cada módulo foi estruturado para integrar teoria e prática, contemplando conteúdos conceituais, atividades interativas e avaliações formativas, de modo a estimular o desenvolvimento de competências técnicas relacionadas à atuação do bibliotecário no contexto das editoras universitárias.

Módulo de apresentação: Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e Introdução

Carga horária: 1 hora

Ementa: O módulo inicial tem como finalidade ambientar o cursista no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e apresentar os objetivos, a estrutura e a metodologia do curso. Nesta etapa, o participante será orientado quanto à navegação na plataforma, ao acesso aos materiais didáticos, à participação nos fóruns de discussão e ao modo de realização das atividades avaliativas. Serão disponibilizados tutoriais e videoaulas introdutórias para facilitar a familiarização com o ambiente digital e garantir a autonomia do cursista no uso das ferramentas disponíveis.

Módulo 1: O processo editorial

Carga horária: 7 horas

Ementa: O módulo propõe a apresentação do processo editorial em sua totalidade, contemplando as diferentes fases que o constituem e os profissionais que atuam em cada etapa. Serão discutidas as áreas de trabalho que compõem a dinâmica de uma editora universitária, destacando as especificidades de suas funções e a relação entre os diversos profissionais envolvidos na produção editorial, como a preparação do texto, a revisão linguística, a normalização, o projeto gráfico, a diagramação, a produção e impressão, as vendas e a distribuição, bem como os procedimentos de registro e depósito legal

Módulo 2: A estrutura de um livro**Carga horária: 2 horas**

Ementa: O módulo dedica-se ao estudo da estrutura material e formal do livro, com ênfase na análise de seus elementos constitutivos e de sua organização segundo normas técnicas e editoriais. Serão examinados componentes como capas, sobrecapa, cinta, folha de rosto, falsa folha de rosto, folha de guarda, orelhas, lombada, tipos de cortes, agradecimentos, epígrafes, apresentação, colofão, sumário, prefácio, anexos, referências, entre outros. O conteúdo contempla ainda a distinção entre elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, discutindo suas funções na construção da obra e sua relevância para a leitura e compreensão da obra. Adicionalmente, abordar-se-ão aspectos materiais relacionados ao processo de produção gráfica, incluindo tipos de papel, gramatura, dimensões do livro, uso de cores e demais recursos visuais aplicados ao projeto editorial.

Módulo 3: Normalização**Carga horária: 10 horas**

Ementa: O módulo abordará as principais normas técnicas aplicadas à normalização de livros, com destaque para aquelas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela ISO. Serão estudadas a NBR 6029 (apresentação de livros e folhetos), NBR 6023 (referências), NBR 6024 (numeração progressiva das seções), NBR 6027 (sumário), NBR 6034 (índice), NBR 12225 (lombada), NBR 6033 (abreviação de títulos de periódicos), NBR 10520 (citações em documentos) e a NBR ISO 2108 (ISBN – *International Standard Book Number*).

O conteúdo contemplará tanto os aspectos teóricos quanto às aplicações práticas dessas normas no contexto editorial, possibilitando a compreensão de sua função na padronização, na organização da informação e na garantia da qualidade formal e técnica das publicações. Além disso, discutirá a relevância da normalização para a comunicação científica, evidenciando a importância da atuação do bibliotecário no contexto editorial.

Módulo 4: Registro e Catalogação na fonte**Carga horária: 2 horas**

Ementa: O módulo abordará os procedimentos de registro de obras, contemplando o processo de obtenção do ISBN pela Câmara Brasileira do Livro e apresentando, de forma detalhada, as etapas necessárias para sua solicitação. Será igualmente tratado o processo de catalogação na fonte, também denominado catalogação na publicação, no qual a ficha catalográfica é elaborada por bibliotecário antes da publicação da obra, com o objetivo de fornecer um registro padronizado e internacionalmente reconhecido dos dados bibliográficos, cuja inserção é obrigatória, conforme determina a Lei n.º 10.753/2003 – Política Nacional do livro.

Módulo 5: Revisão de provas e organização do acervo editorial**Carga horária: 4 horas**

Ementa: Neste módulo serão abordados aspectos relativos à revisão de provas das obras que antecedem a publicação. O bibliotecário atuará na conferência de todos os elementos do livro, com o objetivo de identificar possíveis erros e inconsistências, com o fito de garantir a correção do material antes que as tiragens sejam encaminhadas à impressão. Serão igualmente discutidas práticas de organização do acervo editorial, enfatizando sua relevância para a preservação da memória institucional. Nesse contexto, serão apresentadas soluções que vão desde métodos simples de organização até o uso de softwares específicos para a gestão de acervos, de modo a otimizar a recuperação da informação e a gestão do acervo documental da editora.

Módulo 6: Depósito legal e Depósito Institucional de Publicações**Carga horária: 4 horas**

Ementa: O módulo apresentará as dinâmicas relacionadas ao cumprimento da Lei nº 10.994/2004, que estabelece a obrigatoriedade do depósito legal e determina o envio de, no mínimo, um exemplar de cada obra publicada à Biblioteca Nacional. Serão igualmente discutidos os procedimentos de encaminhamento de exemplares às bibliotecas da própria instituição, como a Biblioteca Central e as bibliotecas setoriais, com vistas à preservação da memória institucional. Ademais, será abordado o depósito de *ebooks* gratuitos no

repositório institucional, com o objetivo de promover o acesso aberto às publicações científicas e ampliar a disseminação do conhecimento.

A proposta de carga horária de 30 horas prevê, de modo geral, que será suficiente para a realização das atividades propostas no prazo de quatro semanas. Quanto à estrutura dos módulos do curso, estes serão organizados em formato semanal, de modo que cada módulo subsequente somente foi disponibilizado após a conclusão do anterior. Além dos fóruns de discussão, textos complementares, vídeos e questionários, cada módulo contará com uma apostila em formato PDF, na qual os conteúdos serão apresentados de maneira clara, sistematizada e objetiva.

Quanto à metodologia a ser adotada, os fóruns promoverão a interação e a autonomia entre os participantes, estimulando discussões e reflexões acerca dos temas abordados. Por meio de vídeos curtos, textos e questionários, será possível proporcionar aos bibliotecários momentos de reflexão sobre suas próprias experiências. Ademais, os questionários aplicados ao final de cada módulo atuarão como instrumento de revisão e consolidação dos conteúdos trabalhados, contribuindo para o fortalecimento do aprendizado ao longo das semanas.

Ainda no que se refere à metodologia, compreende-se que esta deverá estar orientada para a autoaprendizagem, na qual o foco principal não reside na certificação, mas sim na aquisição significativa do conhecimento, possibilitada pela troca de saberes e experiências entre os participantes.

Em relação aos conteúdos, pretende-se proporcionar aos participantes a aquisição e o desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos específicos em produção editorial. Busca-se, por meio da seleção e organização dos temas propostos em cada módulo, favorecer a articulação entre teoria e prática, estimulando a reflexão crítica e a aplicação dos saberes no contexto editorial.

No tocante aos métodos de avaliação, será utilizada uma linguagem acessível e objetiva, e os questionários aplicados ao término de cada módulo terão por finalidade revisar e reforçar os conteúdos abordados, constituindo-se como ferramentas de potencialização do aprendizado adquirido pelos participantes.

Cabe ressaltar que os cursos estruturados no formato MOOC (*Massive Open Online Course*), além de promoverem a interação, demandam elevado grau de autonomia dos cursistas, uma vez que não contam com a presença constante de um tutor. Este atuará como mediador do conhecimento, acompanhando o desenvolvimento do curso e das

atividades propostas, incentivando a participação dos cursistas por meio da iniciação das discussões nos fóruns e da emissão de *feedbacks* sobre suas contribuições.

Ao longo do curso, a mediação das discussões será conduzida de forma dialógica e reflexiva, buscando estimular a participação ativa e o respeito às diferentes percepções e opiniões dos participantes, construídas a partir de múltiplos olhares sobre um mesmo tema. Por sua vez, os bibliotecários cursistas assumirão o papel de agentes de seu próprio conhecimento, aprendendo de maneira autônoma, criativa, interativa e colaborativa. Todos os recursos utilizados foram planejados de forma a facilitar a assimilação do conhecimento produzido, com a finalidade de atender à proposta metodológica do curso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso que transforma o texto original em livro constitui um processo complexo que demanda a articulação entre conhecimentos de natureza teórica, técnica e empírica. Delinear e compreender esse processo, especialmente no que se refere à produção editorial do livro, foi um dos objetivos deste estudo, que buscou oferecer uma contribuição à construção de conhecimentos sobre o campo da editoração, de modo a evidenciar como o bibliotecário, em razão de sua formação multidisciplinar, pode atuar em diversas etapas desse processo. Além disso, o estudo revela a complexidade do fazer editorial, ao demonstrar que esse processo resulta da integração de diferentes saberes e técnicas que se articulam de maneira contínua e interdependente. Nesse cenário, a contribuição do bibliotecário não se restringe apenas à garantia da qualidade das obras publicadas, mas se estende também à salvaguarda da produção científica.

No que tange ao processo editorial, observou-se que a literatura clássica sobre editoração tende a atribuir protagonismo ao editor, tradicionalmente reconhecido como a figura central da cadeia produtiva do livro. Entretanto, essa perspectiva ainda marginaliza outros profissionais igualmente essenciais, como o bibliotecário, cuja atuação técnica pode contribuir significativamente para a qualidade, a organização e a visibilidade das publicações acadêmicas.

A pesquisa também contextualizou o surgimento e a consolidação das editoras universitárias brasileiras, evidenciando que seu desenvolvimento está intrinsecamente vinculado a movimentos institucionais e associativos que fortaleceram o campo editorial acadêmico, bem como ao alinhamento com a missão universitária, fundamentada na produção, preservação e disseminação do conhecimento científico, cultural e artístico. Esse propósito foi plenamente alcançado, uma vez que a investigação permitiu compreender a relevância histórica e social dessas editoras, que atuam como elo entre a universidade e a sociedade, contribuindo para a democratização do saber e para a valorização da produção acadêmica nacional.

O cerne desta pesquisa consistiu em investigar a presença do bibliotecário nas equipes das editoras universitárias, com recorte delimitado às editoras federais e estaduais localizadas no Sudeste brasileiro. A análise realizada evidenciou um cenário heterogêneo quanto à presença dos bibliotecários nas editoras universitárias analisadas, revelando diferentes configurações institucionais e níveis de inserção desse profissional nos processos editoriais. Observou-se que, parte das editoras, não há bibliotecários integrando

as equipes editoriais, ainda que suas competências, adquiridas ao longo da formação acadêmica, possam ser aplicadas de maneira efetiva nas diversas etapas do processo de produção editorial.

Embora discreta e não reconhecida, a presença do bibliotecário em editoras universitárias demanda esforços que evidenciem a sua relevância, frequentemente limitada à elaboração de fichas catalográficas. Ao evidenciar os diversos momentos em que esse profissional pode atuar, desde a normalização técnica, a emissão de ISBN, a gestão do acervo, a preservação da memória institucional até o cumprimento do depósito legal, a pesquisa amplia a compreensão sobre a relevância do bibliotecário no processo editorial do livro.

Ao sistematizar os saberes envolvidos na prática da normalização e nas demais atribuições conferidas ao bibliotecário no contexto editorial do livro, pretendeu-se evidenciar a amplitude e a importância dessas atividades no âmbito da produção acadêmica. Espera-se, assim, que tal sistematização favoreça a ampliação do reconhecimento do papel do bibliotecário no processo de produção editorial universitária, reforçando sua relevância na organização, qualificação e difusão do conhecimento científico. Desse modo, a experiência relatada sobre a normalização de livros acadêmicos, assim como sobre outras atribuições vinculadas ao fazer bibliotecário, constitui a gênese deste estudo. Todavia, a compreensão dessas práticas, ainda que significativas no contexto de uma editora universitária, não se mostra suficiente para iluminar a amplitude do campo de atuação disponível a esse profissional.

No decorrer da pesquisa, foram identificados aspectos positivos e negativos que influenciaram o desenvolvimento do estudo. Entre as principais limitações, destaca-se a restrição temporal, que impossibilitou a realização de uma investigação mais aprofundada, como a aplicação de um questionário voltado à coleta de dados detalhados sobre as atividades desempenhadas pelos bibliotecários nas editoras ou sobre quem assume tais funções na sua ausência. A submissão de um instrumento de coleta de dados, como um questionário, demandaria a aprovação do Comitê de Ética, o que exigiria um tempo superior ao disponível, configurando-se, assim, como um fator limitante.

Outro desafio enfrentado foi a carência de fundamentação teórica e empírica acerca da atuação do bibliotecário em equipes editoriais voltadas à produção do livro, uma vez que a maioria dos estudos encontrados aborda o papel desse profissional em edição de periódicos científicos, cujas dinâmicas diferem substancialmente das de um livro acadêmico. Também foram identificadas referências sobre o fenômeno conhecido

como *library publishing*, o qual, embora relevante, não se insere no escopo desta pesquisa, centrada no contexto das editoras universitárias e não em bibliotecas como editoras. Essa constatação reforça a pertinência da temática investigada, que buscou contribuir para o preenchimento dessa lacuna, promovendo uma mudança efetiva de comportamento e de percepção quanto ao papel do bibliotecário no contexto editorial voltado ao livro acadêmico, ao mesmo tempo em que dá visibilidade a um segmento informacional ainda pouco explorado.

Por outro lado, a investigação apresentou resultados positivos. O índice de retorno de 92% das editoras contatadas revelou-se expressivo, demonstrando o engajamento e a disponibilidade das instituições participantes, que responderam de forma célere e colaborativa. Ademais, foi possível constatar a presença de bibliotecários atuando em editoras universitárias, ainda que em número reduzido, o que representa um aspecto satisfatório e evidencia avanços na inserção desse profissional no campo editorial. Destaca-se, ainda, como contribuição favorável, a oportunidade da autora relatar sua própria experiência profissional, a fim de conferir sustentação empírica e teórica à pesquisa desenvolvida, estabelecendo pontes entre a prática e o referencial teórico existente. Essa abordagem permitiu atender ao objetivo de descrever as atividades e atribuições desempenhadas pelo bibliotecário ao longo do processo editorial do livro, evidenciando como sua atuação técnica se integra às diferentes etapas de produção.

Outro aspecto a ser destacado, é a proposta de implementação do curso de extensão em “Produção Editorial para Bibliotecários”, que representará um avanço significativo no fortalecimento da formação continuada desses profissionais, ampliando suas competências técnicas e informacionais e favorecendo sua inserção nas equipes de editoras universitárias. A proposta revela-se não apenas uma ação de capacitação, mas também uma estratégia de valorização profissional, ao reconhecer o papel do bibliotecário como agente essencial no processo editorial. O curso contribuirá para fortalecer a presença do bibliotecário no cenário editorial acadêmico, promovendo sua visibilidade e reafirmando a importância de sua atuação na garantia da qualidade técnica das publicações. Assim, a iniciativa configura-se como um cenário promissor para o campo da Biblioteconomia, abrindo novas perspectivas para estudos e práticas voltadas à profissionalização do bibliotecário no contexto editorial universitário.

A pesquisa também revelou aspectos inesperados, como a ausência de bibliotecários nas equipes editoriais de algumas das maiores editoras universitárias do país, entre elas a Edusp, que já publicou mais de 1.800 títulos e alcançou elevado padrão

de qualidade editorial. A editora consolidou uma identidade própria e estabeleceu novos parâmetros para a publicação acadêmica no Brasil. Segundo informações disponíveis em seu site institucional, “a excelência de seus esforços fez com que recebesse importantes prêmios ao longo dos anos e se tornasse referência pela qualidade acadêmica, editorial e gráfica de sua produção.” Nesse mesmo sentido, a Editora Unesp, instituição de prestígio e relevância no meio acadêmico, oferece diversos cursos na área editorial, como o de produção do livro; no entanto, também não conta com bibliotecários em suas equipes.

Outro aspecto inesperado a ser mencionado diz respeito à ausência dos nomes dos bibliotecários nas equipes editoriais apresentadas nos sites institucionais das editoras analisadas. Tal omissão revela um silenciamento quanto à atuação desses profissionais, cuja contribuição permanece invisibilizada. Essa situação se verifica inclusive na própria editora em que a autora atua, na qual, embora constem os nomes do diretor e dos membros da comissão editorial, não há menção às bibliotecárias efetivamente atuantes no processo de produção editorial.

Desse modo, torna-se imprescindível fortalecer a atuação do bibliotecário nas equipes editoriais, promovendo sua integração nas diversas etapas do processo editorial. Para que isso se concretize, é necessário que esses profissionais ocupem efetivamente os espaços que lhes são de direito, aplicando os conhecimentos e competências adquiridos ao longo da formação acadêmica e evidenciando a relevância de sua atuação no âmbito da produção editorial universitária.

A partir dessa análise, é possível propor subsídios a futuros pesquisadores dedicados a esse objeto de estudo, bem como sugerir caminhos para investigações mais aprofundadas que examinem as razões da ausência do bibliotecário nas equipes editoriais e identifiquem quais profissionais têm assumido atribuições que lhe seriam próprias.

Por fim, reflete-se que, na ausência desse profissional, as atividades de cunho biblioteconômico são exercidas por outros profissionais. Tal possibilidade suscita questionamentos sobre até que ponto essas funções, quando exercidas por profissionais sem a formação em Biblioteconomia, preservam sua dimensão técnico-científica, ou se acabam reduzidas a aspectos meramente operacionais. Essas atividades requerem conhecimento especializado baseado em normas consolidadas, cuja ausência pode gerar falhas de conformidade, inconsistências e limitações na qualidade das publicações. Além disso, a substituição do bibliotecário por profissionais de outras áreas contribui para a sua desvalorização profissional, reforçando estereótipos que o associam apenas a atuação em bibliotecas.

REFERÊNCIAS

- ADOBE. *Como abrir, exibir e editar um arquivo*. [S. l.]: Adobe, 2025. Disponível em: <https://www.adobe.com/br/acrobat/resources/document-files/ebook-files/mobi.html#oque-%C3%A9-um-arquivo-mobi>. Acesso em: 21 maio 2025.
- ADOBE. *O que é um arquivo ePub?* [S. l.]: Adobe, 2025. Disponível em: <https://www.adobe.com/uk/acrobat/resources/document-files/ebook-files/epub.html>. Acesso em: 21 maio 2025.
- ADOBE. *Tudo o que você precisa saber sobre o PDF*. [S. l.]: Adobe, 2025. Disponível em: <https://www.adobe.com/br/acrobat/about-adobe-pdf.html>. Acesso em: 21 maio 2025.
- ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. *Planejamento de bibliotecas e serviços de informação*. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.
- AMARO, Vagner. Bibliotecário/a no mercado editorial. *Revista Bibliomar*, São Luís, v. 16, n. 2, p. 66-68, abr. 2018.
- ANDRADE, Yasmin Diniz Dias. *Antes da biblioteca: competências e funções do(a) bibliotecário(a) no mercado editorial brasileiro*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- ANJOS, Cláudia Regina dos; CALIXTO, Ana Paula da Cruz; MARTINS, Robson Dias. Reflexões sobre o papel do Bibliotecário de referência na transferência da comunicação científica. *Biblionline*, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 12-18, 2012.
- ARAÚJO, Emmanuel. *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- ARAÚJO, Vanessa Silva; INOMATA, Danielly Oliveira. Mapeamento de competências do bibliotecário para uma atuação na indústria. *AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento*, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 1-12, maio 2021.
- ARROW, Robert. A Framework for the Ethics of Open Education. *Open Praxis*, Oslo, v. 10, n. 2, p. 163-177, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS. *Quem somos*, 2024. Disponível em: <https://www.abeu.org.br/>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR 12225: informação e documentação: lombada: apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR 6024*: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR 6027*: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR 6029*: informação e documentação: livros e folhetos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR 6034*: informação e documentação: índice: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR ISO 2108*: número padrão internacional de livro ISBN. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos. Origens da universidade brasileira. *Química Nova*, São Paulo, v. 30, n. 7, p. 1780-1790, 2007.

BATISTA, Cássia Fernanda; OLIVEIRA, Maria Cristina Piumbato Innocentini de. A normalização como atividade educativa nas universidades: um estudo sobre a prática bibliotecária. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 49-63, jan./abr. 2014.

BIO, Sérgio Rodrigues. *Sistemas de informação*: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1985.

BRAGANÇA, Aníbal. *Eros pedagógico*: a função editor e a função autor. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BRAGANÇA, Aníbal. Sobre o editor: notas para sua história. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 219-237, 2005.

BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (org.). *Impresso no Brasil*: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. a Lei n.º 10.753/2003. *Institui a Política Nacional do livro*. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Exército Brasileiro. Biblioteca do Exército – BIBLIEX. *Quem somos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2025. Disponível em: <https://www.bibliex.eb.mil.br/index.php/quem-somos>. Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. *Lei n.º 4.084, de 30 de junho de 1962*. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula o seu exercício. Brasília, DF: Presidência da República, 1962.

BRASIL. *Lei n.º 10.994, de 14 de dezembro de 2004*. Dispõe sobre o depósito legal de publicações na Biblioteca Nacional e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

BRASIL. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. Coordenação de Modernização Administrativa. *Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das IES-Federais*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1981.

BRASIL. Senado Federal. *Siglas: Manual de Comunicação da Secom*. Brasília, DF: Senado Federal, 2025.

BRUFEM, Leilah Santiago. Ação didática das editoras universitárias. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 9, p. 33-38, dez. 1993.

BRUFEM, Leilah Santiago. *Editoras universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

BRUFEM, Leilah Santiago. Política editorial universitária por uma crítica à prática. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 23-36, jan./abr. 2009.

BRUFEM, Leilah Santiago; FREITAS, Juliana Lazzarotto. Editoras universitárias e informação científica: repensando a editora na universidade. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, [s. l.], v.10, n.1, p. 1-22, jan./jul. 2017.

BRUFEM, Leilah Santiago; GARCIA, Tânia Maria Braga. A editora universitária e o compromisso da universidade com as práticas de divulgação do conhecimento produzido. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 151-164. jan./jun. 2014.

BURKE, Peter. *O que é história do conhecimento?* Tradução de Cláudia Freire. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. Quem somos, 2024. Disponível em: <https://cbl.org.br/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

CARSALADE, Flavio de Lemos. Os desafios da Edição Universitária no Brasil e cenários futuros. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE EDIÇÃO UNIVERSITÁRIA E ACADÊMICA, 4., 2022, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Abeu, 2022. p. 129-148.

CASTRO, Ana Flávia Luca; FIGUEIREDO, Aurimar de Freitas; GONÇALVES, Lucélia Cardoso; SILVA, Raquel Renzo. A universidade brasileira: da colonização aos dias atuais. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 24, n. 2, 2015.

COELHO NETO, Aristides. *Além da revisão*. Brasília: Editora Senac-DF, 2008.

COELHO, Sueli Maria; ANTUNES, Leandra Batista. Revisão textual: para além da revisão linguística. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v.14, n. 26, p. 205-224, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOLOGIA. *Resolução CFB n.º 184, de 29 de setembro de 2017*. Brasília, DF: CRB, 2017.

CREATIVE COMMONS. *Homepage*. Disponível em: <https://creativecommons.org/>. Acesso: 24 jun. 2025.

DEAECTO, Marisa Midori. Prefácio. In: MARTINS FILHO, Plínio. *Manual de editoração e estilo*. Campinas: Unicamp, 2016.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 1995.

DUMONT, Lúcia Maria Moreira *et al.* editoração no Brasil: aspectos gerais. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 156–184, set. 1979.

ESPÍNDOLA, Priscilla Lüdtke; PEREIRA, Ana Maria. Análise das políticas institucionais de catalogação em bibliotecas de ensino superior de Florianópolis (Santa Catarina, Brasil). *Biblios (Peru)*, n. 69, p. 73-86, 2017.

FARIAS, Liége Alves. *Atuação do bibliotecário em editoras comerciais e universitárias do sul e sudeste brasileiro*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; LIMA, Juliana Soares; SANTOS, Francisco Edvander Pires. Bibliotecário e editoração: mercado e competências necessárias. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 28, n. 2, p. 63-81, maio/ago. 2018.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; LIMA, Juliana Soares; SANTOS, Francisco Edvander Pires. Bibliotecário e editoração: mercado e competências necessárias. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 28, n. 2, 2018.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento científico. In: SAYÃO, Luís Fernando; MARCONDES, Carlos Henrique (org.). *Acesso livre à informação científica: iniciativas no Brasil*. Brasília: IBICT, 2010. p. 55-72.

FRITOLI, Clara Landim; KRÜGER, Eduardo; CARVALHO, Silmara Küster de Paula. História do papel: panorama evolutivo das técnicas de produção e implicações para sua preservação. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 475-502, jul./dez. 2016.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Depósito legal*. Rio de Janeiro: FBN, 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Editora Fiocruz. *Quem somos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2025. Disponível em: <https://www.fiocruz.br/editora/quem-somos/>. Acesso em: 13 set. 2025.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GATTI, Bernardete A.; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: Unesco, 2009.

GIANOTTI, Carlos Alberto; MAGADAN, Gabriel. *Um livro: Do autor ao leitor*. São Paulo: Abeu, 2018.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GOGLIO, Valentina; BERTOLINI, Patrizia. Massive Open Online Courses (MOOCs) and Lifelong Education: An Analysis of the Literature and Conceptual Framework. *International Review of Education*, Hamburgo, v. 67, n. 2, p. 277-298, 2021.

GRINGS, Lúcia; PACHECO, Edilene. Depósito legal: uma análise sobre a produção editorial brasileira registrada pela Agência Brasileira do ISBN. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: SNBU, 2010.

GUEDES, Maria do Carmo; PEREIRA, Maria Eliza Mazzilli. Editoras universitárias: uma contribuição à indústria ou à artesanaria cultural? *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 1, mar. 2000.

GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues *et al.* Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. *Revista de Gestão e Secretariado – GeSec*, São José dos Pinhais, v. 15, n. 7, p. 1-15, 2024.

GUILHERME, Faria. *Pequeno dicionário de editoração*. Fortaleza: Edições UFC, 1996.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Moderno profissional da informação: elementos para sua formação no Brasil. *Transinformação*, Campinas, v.9, n.1, p.124-137, jan./abr.1997

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua História*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira, Geraldo Gérson de Souza, Maria Da Penha Villalobos. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

HASLAM, Andrew. *O livro e o designer II: como criar e produzir livros*. São Paulo: Rosari, 2007.

HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. Rio de Janeiro: INL, 1983.

HOUAISS, Antônio. Preparação de originais I. In: MAGALHÃES, Aluísio; HOUAISS, Antônio; SILVA, Benedicto. *Editoração hoje*. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1975. p. 60-79.

IBGE. *Censo 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Normas de apresentação tabular*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. Essentia Editora. *Quem Somos*. Campos dos Goytacazes: IFF, 2025. Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/quem-somos/>. Acesso em: 13 set. 2025.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. *About ISO*. Geneva: ISO, 2025. Disponível em: <https://www.iso.org/about-us.html>. Acesso em: 13 jun. 2025.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KOTAIT, Ivani. *Editoração científica*. São Paulo: Ática, 1981.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LUBISCO, Sueli Mara Soares Pinto Ferreira. *Normalização de trabalhos científicos: princípios, normas e aplicações*. Salvador: Edufba, 2008.

MAGALHÃES, Aluísio; HOUAISS, Antônio; SILVA, Benedicto. *Editoração hoje*. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1975.

MAIMONE, Giovana; TÁLAMO, Maria de Fátima. A atuação do bibliotecário no processo de editoração de periódicos científicos. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 13, n. 2, p. 301-321, jul./dez. 2008.

MANZATO, Andréia. O papel do bibliotecário na editoração de periódicos científicos: um estudo de caso. 2019. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2., 2019. *Anais [...]*. Campinas: Unicamp, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 2002.

MARK. Joshua. Gilgamesh. *World History Encyclopedia*, United Kingdom, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-781/gilgamesh/>. Acesso em: 22 fev. 2025.

MARQUES NETO, José Castilho. *Editoras universitárias brasileiras: estudo exploratório*. São Paulo: Edunesp, 2003.

MARQUES NETO, José Castilho; ROSA, Flávia Garcia. Editoras universitárias: academia ou mercado? Reflexões sobre um falso problema. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 331-347.

MARTINS FILHO, Plínio. *Manual de editoração e estilo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

MARTINS FILHO, Plínio. *Manual de editoração e estilo*. São Paulo: Edusp, Editora da Unicamp; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2023.

MARTINS FILHO, Plínio; ROLLEMBERG, Marcello. *Edusp: um projeto editorial*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MARTINS, Milena Ribeiro. *Lobato edita Lobato: história das edições dos contos lobatianos*. 2003. Tese de doutorado em Teoria e História Literária, Instituto de Estudos Literários, Unicamp, Campinas, 2003.

MARTINS, Robson Dias; ANJOS, Cláudia Regina dos; MELO, Elisete de Sousa. A atuação do bibliotecário no uso e reuso da informação: e-science, repositórios institucionais e editoração de periódicos. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 8, n. 1, p. 106-119, jan./jun. 2015.

MENDES, Suênia Oliveira; SILVEIRA, Luciana Rodrigues; FREIRE, Tatiana Cotrim Serra. Atuação do bibliotecário no campo da editoração eletrônica de periódicos científicos: um estudo do portal de periódicos da UFMA. *Ciência da Informação em Revista*, v. 7, n. 3, p. 100-110, 2020.

MOOC. Massive Open Online Courses. *HomePage*. [Cambridge, MA, 2025].

NASCIMENTO, Janderley Vilaça do. *A importância da editoração para o bibliotecário*. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025.

NUNES, Katty Anne de Souza; FREITAS, Marilane Pacheco Rebello Freitas. Os desafios do profissional da informação: uma ênfase no Serviço de Respostas Técnicas dos Núcleos de Informação Tecnológica do SENAI Amazonas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, 21., 2010, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: UFPB, 2010.

NUNES, Michele Carvalho. *O papel do bibliotecário no processo de editoração de periódicos científicos*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. Uma breve história da UFRJ. In: UNIVERSIDADE Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2024.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. *Conversa sobre normalização de textos acadêmicos*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial*. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PAIVA, Ana Paula Mathias de. *A aventura do livro experimental*. São Paulo: Edusp, 2010.

PEDERSOLI, Ana Clara Leite. *Panorama do mercado editorial brasileiro e a atuação do bibliotecário*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2023.

PELUPÊ, Marilaine Schaun. Publicações técnico-científicas: normalização bibliográfica e atividades correlatas em Empresa de Pesquisa Agrícola. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 26., 2015. *Anais [...]*. São Paulo: FEBAB, 2015.

PIVETTA, Hedioneia Maria Foletto *et al.* Ensino, pesquisa e extensão universitária: em busca de uma integração efetiva. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 16, n. 31, p. 377-390, jul./dez. 2010.

PRUDENCIO, Dayanne da Silva; SILVA, Lucas dos Santos Souza da. Produção editorial em bibliotecas universitárias: um olhar sobre as experiências no âmbito internacional e brasileiro. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 28, p. 1-29, 2023.

REIS, Juliani Menezes dos; ROZADOS, Helen Beatriz Frota. O livro digital: histórico, definições, vantagens edesvantagens. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 11., 2016, Manaus. *Anais [...]*. São Paulo: FEBAB, 2016.

RESENDE, Thiago Pinho. *Editor-bibliotecário: uma nova profissão?* 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, Manoel Felix *et al.* Checklist para bibliotecários-editores: um instrumento para identificação da função editor gerente do processo editorial em periódicos científicos que utilizam a plataforma Open Journal System. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 13, p. 2473-2495, 2017.

ROSA, Flávia Goulart; ARGOLLO, Rita Virginia (org.). *Editoras universitárias: estratégias de gestão*. São Paulo: Abeu, 2019.

ROSINHA, Raul. Política editorial: aspectos a considerar. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília DF, v. 17, n. 2, p. 249-258, jul./dez. 1989.

ROSSI, Tatiana; COSTA, Marília Damiani; PINTO, Adilson Luiz. Competências requeridas aos bibliotecários na prestação de serviços de informação em bibliotecas universitárias. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v.19, n.1, p. 111-123, jan./jun., 2014.

SANTA ANNA, Jorge. Práticas bibliotecárias na editoração de periódicos científicos eletrônicos: uma pesquisa ação-participante no periódico pró-Discente. *Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação*, v. 13, p. 736-755, 2020.

SANTANA, Solange Alves; FRANCELIN, Marivalde Moacir. O bibliotecário e a editoração de periódicos científicos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 2-26, 2016.

SANTILLÁN-ALDANA, Julio; MUELLER, Suzana. Serviços de editoração desenvolvidos por bibliotecas universitárias. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 21, n. 2, p. 84-99, abr./jun. 2016.

SANTOS, Karine da Silva *et al.* O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 25, v. p. 655-664, 2020.

SANTOS, Gildenir Carolino. *O papel do bibliotecário na editoração científica eletrônica*. Campinas: Unicamp, 2002.

SANTOS, Gildenir Carolino; SOUZA, Rosali Fernandez de; PASSOS, Rosemary Passos dos. *O controle bibliográfico e o Depósito Legal no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006.

SANTOS, Mara Roxanne de Souza; SAMPAIO, Denise Braga. Normalização na prática: um breve relato sobre normalização e a experiência do grupo de normalizadores. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 151-165, mar./ago. 2014.

SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence; COOK, Stuart W. *Métodos de pesquisa das relações sociais*. São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, Hemerson Soares da *et al.* Bibliotecário-editor em foco: um estudo de caso no processo editorial do Jornal Páginas PET. *Folha de Rosto*, v. 3, n. especial, p. 75-84, dez. 2017.

SILVA, Vitor Daniel Gonçalves da. Perspectivas e relações entre a Biblioteconomia e Ciência da Informação e o mercado editorial. *Revista Bibliomar*, v. 21, n. 1, p. 141-144, jun. 2023.

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS. *Quem somos*, 2021. Disponível em: <https://snel.org.br/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

SOUSA, Brisa Pozzi de. Políticas para representação descritiva: ponderações para discussão. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 11, n. especial, p. 238-254, 2015.

SOUSA, Karoline Gomes de; PINTO, Virgínia Bentes. A iconografia editorial como nicho mercadológico para o bibliotecário. *Páginas A&B: Arquivos e Bibliotecas*, [s.l.], p. 131-146, 2022.

SOUTO, Leonardo Fernandes. *Normalização de documentos: qualidade e produtividade*. Brasília: Thesaurus, 1991.

SOUZA, Eliana Ferrão Quintana de. *Livrarias e editoras: um mercado de trabalho para bibliotecários?* 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

SOUZA, Eline Isobel da Cunha. Editoração: o papel do bibliotecário na construção de um livro. *Revista Vox Metropolitana*, São Paulo, n. 2, p. 58-68, fev. 2020.

SOUZA, Gustavo Orsolon de. Estudos sobre história editorial no brasil: breve mapeamento. *Revista Ágora*, Vitória, v. 34, n. 2, p. 1-21, 2023.

SOUZA, José Geraldo de. Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares. *Revista da Faculdade de Educação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 42-58, ago. 1996.

SOUZA, Rosali Fernandez de. *O papel do bibliotecário na editoração científica*. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (org.). *Profissional da informação: o espaço de trabalho*. Brasília: Thesaurus, 2017. p. 139-152.

THEODORSON, George; THEODORSON, Achilles. *A modern dictionary of sociology*. London: Methuen, 1970.

UNESCO. *Recomendação sobre a ciência aberta*. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949>. Acesso em: 16 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Editora da UERJ. *Quem somos*. Rio de Janeiro: UERJ, 2025. Disponível em: <https://www.eduerj.com/quem-somos/>. Acesso em: 13 set. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. EdUERJ. *Quem somos*. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://eduerj.com/quem-somos/>. Acesso em: 13 set. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Editora da Unicamp. *Quem Somos*. Campinas: Unicamp, 2025. Disponível em: <https://editoraunicamp.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 13 set. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Editora da Unicamp. *Quem somos*. Campinas: Unicamp, 2025. Disponível em: <https://editoraunicamp.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 13 set. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. Editora Unimontes. Montes Claros: Unimontes, 2025. Disponível em: <https://www.editora.unimontes.br/>. Acesso em: 12 out. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Editora Unesp. *Quem Somos*. São Paulo: Unesp, 2025. Disponível em: <https://editoraunesp.com.br/>. Acesso em: 13 set. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Editora Unesp. *Quem somos*. São Paulo: Unesp, 2025. Disponível em: <https://editoraunesp.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 13 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. Editora Unifal MG. *Quem somos*. Alfenas: Editora UnifalMG, 2025. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/index/>. Acesso em: 12 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Editora Edufscar. *Quem somos*. São Carlos: Edufscar/UFCAR, 2025. Disponível em: <https://www.edufscar.com.br/>. Acesso em: 12 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Editora Unifesp. *Quem Somos*. São Paulo: Unifesp, 2025. Disponível em: <https://editora.unifesp.br/>. Acesso em: 13 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Editora Unifesp. *Quem somos*. São Paulo: Unifesp, 2025. Disponível em: <https://editora.unifesp.br/quem-somos/>. Acesso em: 13 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Editora EDUFU. Uberlândia: EDUFU/UFU, 2025. Disponível em: <https://edufu.ufu.br/>. Acesso em: 12 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Editora UFABC. *Quem Somos*. Santo André: UFABC, 2025. Disponível em: <https://editora.ufabc.edu.br/quem-somos/>. Acesso em: 13 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Editora UFABC. *Quem somos*. Santo André: UFABC, 2025. Disponível em: <https://editora.ufabc.edu.br/quem-somos/>. Acesso em: 13 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Editora EDUR. *Quem somos*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2025. Disponível em:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Editora UFRJ. *Quem somos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2025. Disponível em: Disponível em: <https://editora.ufrj.br/quem-somos/>. Acesso em: 13 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Eduff. *Como publicar*. Niterói: UFF, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Eduff. *Quem somos*. Niterói: UFF, 2025. Disponível em: <https://eduff.uff.br/a-eduff/>. Acesso em: 13 set. 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL FUMINENSE. Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense. *Página inicial*. Niterói: PROEX/UFF, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FUMINENSE. Secretaria Especial de Educação a Distância. *Página inicial*. Niterói: SEET/UFF, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FUMINENSE. Secretaria Especial de Educação a Pró-Reitoria de Graduação. *Página inicial*. Niterói: PROGRAD/UFF, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Editora UFPR. *Publique conosco*. Curitiba: UFPR, 2025.

VALENTIM, Marta Pomim. *Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000.

VANZ, Samile Andrea de Souza. *A normalização de trabalhos acadêmicos: um estudo sobre a percepção dos alunos de pós-graduação do Programa de Comunicação e Informação da UFRGS*. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

YAMAZAKI, Cristina. Edição de texto na produção editorial de livros: distinções e definições. 2009. 231 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

YOUSEF, Ahmed; SUMNER, Tamara. Learner Engagement in MOOCs: A Systematic Review of the Literature (2014–2020). *Computers & Education*, Oxford, v. 163, p. 104099, 2021.

ZADUSKI, Jociane Marthendal. *A mediação pedagógica em cursos online abertos e massivos (MOOC): um estudo sobre o curso “Virtual Teacher Specialization” da Universidade de São Paulo*. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2017.

ZIKMUND, William. *Business research methods*. 5.ed. Fort Worth: Dryden, 2000.

ANEXO A – FORMULÁRIO DE AÇÃO DE EXTENSÃO



Universidade Federal Fluminense

Pró Reitoria de Extensão

Sistema de Ações de Extensão



Ação de Extensão

Título: Produção editorial para bibliotecários**Modalidade:** Curso**Edital de Habilitação:****Setor:** Eduff**Unidade:** Eduff**Coordenador:** Thaís Louzada Coutinho**Data Inicial:** não se aplica**Data Final:** não se aplica**Abrangência:** Nacional**Setores Sociais:** Público**Área de conhecimento:** Ciências Humanas**Áreas Temáticas:** Biblioteconomia**ODS:** não se aplica**Linha de Extensão:** Biblioteconomia e normalização**Palavras-chave:** produção editorial; bibliotecário; normalização**Mídias Sociais:** Divulgação no instagram da editora Eduff**Públicos-alvo:** Bibliotecários e demais interessados pelo mercado editorial**Parcerias Internas:** não se aplica**Modalidade:** EAD**Inscrição Online:** Sim**Classificação:** Curso de Extensão**Custo para participante:** Não**Carga horária:** 30 horas

Resumo

A editoração acadêmica configura-se como um campo de trabalho promissor para o bibliotecário, cuja formação multidisciplinar possibilita o desenvolvimento de diversas atividades ao longo do processo editorial. Contudo, faz-se necessário implementar ações que promovam a visibilidade desse espaço informacional ainda pouco explorado, bem como a capacitação profissional voltada ao desempenho de funções específicas, considerando o acesso a conhecimentos e práticas adequadas às demandas das equipes editoriais. Nesse sentido, será submetida à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense (UFF) a proposta de um curso de extensão, na modalidade a distância, destinado a bibliotecários que atuam ou almejam atuar em editoras universitárias. Tal iniciativa busca contribuir para a qualificação desses profissionais, especialmente no que tange à dimensão acadêmico-científica e às competências relacionadas à normalização editorial.

Objetivo

Promover a qualificação de bibliotecários que atuam ou que almejam atuar em editoras universitárias, por meio da oferta de conhecimentos teóricos e práticos sobre o processo editorial, com ênfase na normalização e nas especificidades acadêmico-científicas, de modo a ampliar sua inserção e fortalecer sua contribuição na produção e difusão do conhecimento científico. O curso possibilitará aos participantes acompanhar detalhadamente todas as etapas da produção editorial e adquirir uma compreensão abrangente acerca da edição de um livro. Ao longo das atividades, o aluno será estimulado a refletir sobre os principais aspectos e desafios do processo de produção no contexto acadêmico, bem como sobre o funcionamento de uma editora universitária, desde a definição da publicação até a entrega dos arquivos completos à produção gráfica.

Metodologia

O curso é desenvolvido em um Ambiente Virtual de Aprendizagem, no qual serão disponibilizados textos, videoaulas e exercícios.

Módulo 1 – O processo editorial

Ementa: O módulo propõe a apresentação do processo editorial em sua totalidade, contemplando as diferentes fases que o constituem e os profissionais que atuam em cada etapa. Serão discutidas as áreas de trabalho que compõem a dinâmica de uma editora universitária, destacando as especificidades de suas funções e a relação entre os diversos profissionais envolvidos na produção editorial, como a preparação do texto, a revisão linguística, a normalização, o projeto gráfico, a diagramação, a produção e impressão, as vendas e a distribuição, bem como os procedimentos de registro e depósito legal.

Módulo2: A estrutura de um livro

Ementa: O módulo dedica-se ao estudo da estrutura material e formal do livro, com ênfase na análise de seus elementos constitutivos e de sua organização segundo normas técnicas e editoriais. Serão examinados componentes como capas, sobrecapa, cinta, folha de rosto, falsa folha de rosto, folha de guarda, orelhas, lombada, tipos de cortes, agradecimentos, epígrafes, apresentação, colofão, sumário, prefácio, anexos, referências, entre outros. O conteúdo contempla ainda a distinção entre elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, discutindo suas funções na construção da obra e sua relevância para a leitura e compreensão da obra. Adicionalmente, abordar-se-ão aspectos materiais relacionados ao processo de produção gráfica, incluindo tipos de papel, gramatura, dimensões do livro, uso de cores e demais recursos visuais aplicados ao projeto editorial.

Módulo 3 – Normalização

Ementa: O módulo abordará as principais normas técnicas aplicadas à normalização de livros, com destaque para aquelas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela ISO. Serão estudadas a NBR 6029 (apresentação de livros e folhetos), NBR 6023 (referências), NBR 6024 (numeração progressiva das seções), NBR 6027 (sumário), NBR 6034 (índice), NBR 12225 (lombada), NBR 6033 (abreviação de títulos de periódicos), NBR 10520 (citações em documentos) e a NBR ISO 2108 (ISBN – International Standard Book Number).

O conteúdo contemplará tanto os aspectos teóricos quanto as aplicações práticas dessas normas no contexto editorial, possibilitando a compreensão de sua função na padronização, na organização da informação e na garantia da qualidade formal e técnica das publicações. Além disso, discutirá a relevância da normalização para a comunicação científica, evidenciando a importância atuação do bibliotecário no contexto editorial.

Módulo 4 – Registro e Catalogação na fonte

Ementa: O módulo abordará os procedimentos de registro de obras, contemplando o processo de obtenção do ISBN junto à Câmara Brasileira do Livro e apresentando, de forma detalhada, as etapas necessárias para sua solicitação. Será igualmente tratado o processo de catalogação na fonte, também denominado catalogação na publicação, no qual a ficha catalográfica é elaborada por bibliotecário antes da publicação da obra, com o objetivo de fornecer um registro padronizado e internacionalmente reconhecido dos dados bibliográficos, cuja inserção é obrigatória conforme determina a Lei nº 10.753/2003, de política Nacional do livro.

Módulo 5 – Revisão de provas e organização do acervo editorial

Ementa: Neste módulo serão abordados aspectos relativos à revisão de provas das obras antes da publicação. O bibliotecário atuará na conferência de todos os elementos do livro, com o objetivo de identificar possíveis erros e inconsistências, garantindo a correção do material antes que as tiragens sejam encaminhadas à impressão. Serão igualmente discutidas práticas de organização do acervo editorial, enfatizando sua relevância para a preservação da memória institucional. Nesse contexto, serão apresentadas soluções que vão desde métodos simples de organização até o uso de softwares específicos para a gestão de acervos, de modo a otimizar a recuperação da informação a gestão do acervo documental da editora.

Módulo 6 – Depósito legal e Depósito Institucional de Publicações

O módulo apresentará as dinâmicas relacionadas ao cumprimento da Lei nº 10.994/2004, que estabelece a obrigatoriedade do depósito legal, determinando o envio de, no mínimo, um exemplar de cada obra publicada à Biblioteca Nacional. Serão igualmente discutidos os procedimentos de encaminhamento de exemplares às bibliotecas da própria instituição, como a Biblioteca Central e as bibliotecas setoriais, com vistas à preservação da memória institucional. Ademais, será abordado o depósito de e-books gratuitos no repositório institucional, com o objetivo de promover o acesso aberto às publicações científicas e ampliar a disseminação do conhecimento.